ARQUITETURA

EDIFÍCIO PEUGEOT

janeiro, 1963



7

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL - DEPARTAMENTO DA GUANABARA



direção artística arq. Sergio Rodrigues

oca arquitetura, interiores s. a.
rua jangadeiros, 14-c. praça general osorio-rio
tels. 27-2033 · 47-8776 e 27-0254

O SOL:
INDISPENSÁVEL COMO A RÉGUA DE CÁLCULO!

Lembre-se de utilizar a luz do sol ao fazer seus projetos de construção. O sol ilumina melhor, não custa nada e torna os ambientes mais modernos e agradáveis. Colocando Chapas Goyana (plástico armado) na cobertura de indústrias, galpões, estádios etc., você conseguirá uma iluminação surpreendentemente clara e difusa, mesmo nos dias sombrios. Chapas Goyana resistem ao tempo, ao calor e à umidade — não requerem reposição! Levíssimas, dispensam estruturas pesadas e dispendiosas — e são exatamente do mesmo tamanho das telhas de cimento-amianto e alumínio.

Chapas goyana
PLÁSTICO ARMADO

produto garantido pela técnica e experiência da Goyana — o maior nome na indústria pesada de plásticos.



GOYANA S. A. INDÚSTRIAS BRASILEIRAS DE MATÉRIAS PLÁSTICAS
Fábrica: Rua Tito, 215 — Tels.: 62-3131 e 62-3232 — São Paulo ■ Filial: Rua Washington Luís, 95-A — Rio de Janeiro

Notas e comentários N.º 3

O PROBLEMA DOS RECALQUES DIFERENCIAIS ADMISSÍVEIS

Henry Lossier tem levantado debates internacionais sôbre problemas de importância capital ligados à segurança das construções.

Seu artigo sôbre "A crise na Mecânica dos Solos" suscitou pronunciamentos, inclusive do próprio Terzaghi.

Recentemente aquêle autor publicou no Génie Civil (15-2-62) um artigo intitulado "A instabilidade das fundações das estruturas hiperestáticas de concreto", o qual foi seguido por um artigo de A. Coüard (Génie Civil — 15-3-62) sob o título: "Precisão dos Cálculos de concreto armado e recalques de fundações".

Nesses artigos se aponta a importância fundamental da limitação dos recalques diferenciais nas fundações de estruturas hiperestáticas, como é o caso mais geral na construção, tendo em vista a estabilidade das mesmas e a precisão nos cálculos de concreto armado, inteiramente ilusória no caso de ocorrência de recalques diferenciais elevados.

Lossier propõe, em primeira aproximação, para vigas contínuas de concreto armado, um recalque admissível de $\frac{1}{1300}$ do vão.

Êste valor coincide bem com o proposto para construções de concreto armado pelo relatório geral de fundações no 2.º Congresso Brasileiro de Mecânica dos Solos (Recife — 1958) que foi de $\frac{1}{1000}$ do vão.

O código russo de fundações adota os valores do quadro abaixo:

Tipo estrutural	Sub-solo	
	Areia e argila rija	Argila média
Estruturas de aço ou concreto armado	0,002L	0,002L
Alinhamentos extremos de colunas com enchimento de tijolos	0,007L	0,001L
Estruturas em que um recalque diferencial não acarreta acréscimos sensíveis nas solicitações	0,005L	0,005L
Obs.: L - distância entre os centros das fundações		

Como os recalques, mesmo os absolutos, trazem inconvenientes na utilização das construções (degraus indesejáveis, rotura de canalizações, descolamento de construções vizinhas) parece medida prudente a fixação de um recalque absoluto máximo que, para o caso de edifícios, poderia ser de 30 a 40 mm.



Estacas FRANKI Ltda.

21.006 Av. Rio Branco, 311 — 10.º andar — Rio de Janeiro

SÃO PAULO — BELO HORIZONTE — VITÓRIA — CURITIBA — PÔRTO ALEGRE — RECIFE — SALVADOR — BRASÍLIA — JUIZ DE FÔRA - BELÉM DO PARÁ

ARQUITETURA

N.º 7, janeiro, 1963

Revista mensal do Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento da Guanabara — Av. Rio Branco, 277, grupo 1 301

Conselho de Redação: Maurício Roberto, presidente; Affonso Eduardo Reidy, Edgar Graeff, Ernâni Vasconcellos, Henrique E. Mindlin, Ícaro de Castro Mello, Marcelo Roberto, Marcos Konder Netto, Oscar Niemeyer, Paulo Antunes Ribeiro, Paulo Ferreira Santos e Sylvio de Vasconcellos.

Direção e Redação: *redator-chefe* — Maurício Nogueira Batista - IAB; *secretário* — Alfredo L. Britto - IAB; *departamento de arte* — Carlos Eugênio Hime - IAB.

Editor:
Alvaro Pacheco.

Colaboradores: Claudius Ceccon - IAB; Ferreira Gullar.

Publicação da Editôra Artenova Ltda. — *Diretores:* Alvaro Pacheco e Renaldo Alexandre Essinger — Trav. 11 de Agôsto, 6, grupo 201.

Esta publicação é distribuída gratuitamente a todos os arquitetos do Brasil, instituições de ensino superior, associações de classe e entidades culturais nacionais e estrangeiras, professôres de arquitetura e engenharia de todo o País, centros acadêmicos, repartições públicas federais, estaduais e municipais ligadas à arquitetura, à engenharia e à construção em geral, governos estaduais, firmas construtoras do Rio e S. Paulo, firmas de decoração, galerias de arte, escritórios técnicos.

Venda avulsa em livrarias e bancas especializadas; preço do exemplar: Cr$ 250,00; exterior — US $1; assinaturas: 1 ano — Cr$ 2.400,00; exterior: US $10; tiragem: 10.000 exemplares.

Redação: IAB-GB — Av. Rio Branco, 277, grupo 1 301 — tel.: 22-1703.

Publicidade e Assinaturas: Travessa 11 de Agôsto, 6, grupo 201 — tel.: 31-2641 — Rio.

Composição e Impressão: Livraria Freitas Bastos, S.A. — Rua 7 de Setembro, 111, Rio.

Capa: Rua do Ponte Sêca; ao fundo a Igreja do Rosário - Ouro Prêto, MG.

SUMÁRIO

Editorial

1 Rio de Janeiro, 1963

Artigos

6 Ausência de uma Crítica
Ferreira Gullar

8 Abrigos anti-atômicos
Thomas H. Creighton

9 Le Corbusier
Um quarto de século depois, Corbu visita o Brasil

19 O problema da habitação e os arquitetos

Trecho-introdução de
Alceu Amoroso Lima

Capítulo sôbre habitação *in*
"As Migrações para o Recife"
Antônio Carolino Gonçalves

História

13 Obras tombadas pelo Patrimônio
Relação completa de Minas Gerais

Concursos

24 Edifício Monumental Peugeot
Colocação das equipes brasileiras

31 Emblema Varig
Trabalhos de Wollner e Aloísio Magalhães

Reportagem

29 Objeto Estético vai se tornar Utilidade
com a Escola de Desenho Industrial da GB

Documentação

33 Inquérito Nacional de Arquitetura
Niemeyer, Bernardes e Vasconcellos respondem.

Humor

41 Claudius

Técnica

42 Arquitetura e Acústica
Alberto Vieira de Azevedo

44 Projeto de Fundações da Caixa Econômica Federal (sede)
Engenharia de Fundações S. A.

Destaque

49 Artigo de Maurício Vinhas de Queiroz, Conferência de Lewis Mumford, publicações de Arquitetura.

53 **Noticiário**

58 **Legislação**

60 **Bôlsa de Materiais**

64 **Novos Materiais**



Rio de Janeiro, 1963

O aglomerado humano do Rio de Janeiro, agora Estado da Guanabara, vive um dos momentos mais dramáticos de sua existência. Vive o instante decisivo de uma opção fundamental cujas origens remontam a 1960, época em que, perdendo o privilégio de hospedar a séde do Govêrno Federal, começou a esvaziar-se grande parte da substância que lhe assegurava a posição de polo de irradiação da vida administrativa, política, econômica e cultural do país.

A Cidade do Rio de Janeiro por suas condições de situação geográfica de implantação em uma região de extraordinária beleza natural e o de ter sido a Capital de um império e de várias repúblicas, caracterizou-se, em sua evolução, como que um "melting-pot" do nosso desenvolvimento cultural.

Estes fatôres colocam-na numa situação privilegiada para realização fundamental: a de constituir-se em um verdadeiro centro urbano integrado na cultura brasileira.

Tais características naturais e a fabulosa herança de ter sido ex-capital — em um país onde a maioria das iniciativas de caráter cultural provém da ação governamental — não bastam, entretanto, para a manutenção desta primazia.

É necessário agora que a comunidade carioca, consciente destas características, lute pela implantação de uma política capaz de, ao ordenar-lhe harmônicamente o desenvolvimento, levá-la à aquela realização fundamental.

A execução desta política é da responsabilidade daqueles que foram eleitos para gerir e decidir os destinos da Cidade-Estado. Mas, enfatizamos, ela só virá quando a população, perfeitamente cônscia do seu significado, passar a exigí-la.

A ausência de uma tal política desvanecerá fatalmente todos aqueles fatôres extremamente favoráveis e levará a cidade forçosamente a uma fase de estagnação. E, parar neste instante, significará certamente o início da degenerescência.

O ano que passou, ressalvadas algumas iniciativas isoladas e louváveis, não foi de molde a avalentar grandes esperanças quanto a implantação, a curto prazo, de uma política neste sentido.

A cidade continuou crescendo sem que um plano geral lhe regulasse o desenvolvimento. Medidas soltas, particulares e às vêzes escusas, vieram somar-se ao caótico processo de evolução urbana, disfigurando a paisagem, aumentando absurdamente a densidade demográfica da maioria das zonas, tumultuando tráfego e transformando o viver do carioca em algo muito próximo do chamado inferno.

Zonas até então livres da exploração imobiliária foram descobertos e estão sendo usadas como um rico filão. Mas, o destino dos ricos filões é um só: a exaustão total. O exemplo de Copacabana não foi apreendido e seguido, senão naquilo que tem de mais negativo e de mais anti-urbanístico e, por conseguinte, essencialmente anti-social e anti-humano.

A praga do quarto-e-sala "conjugado" ou "s-e-p-a-r-a-d-o", propagou-se pela Zona Norte atingindo Vila Isabel, Meyer, Madureira, Penha e breve estará em Campo Grande, como se a população desta cidade fôsse constituída ùnicamente de celibatários. Em sua evolução a praga roi as casas de três e mais quartos e em seu lugar faz crescer tumores enormes, maciços, cheios de cabernas "quarto-e-sala"". As duas sob a sua ação esclerosam-se e são freqüentemente enfartadas por um tráfego cada vez mais volumoso. Enquanto a população aumenta enormemente, o equipamento comunitário estaciona nos níveis já precários anteriormente. As áreas verdes públicas, isto é, praças, parques e os jardins continuam sendo as mesmas, com o agravante de desaparecimento da área verde privada, a chácara, o quintal e o jardim das casas destruidas pela praga. A bem da verdade, deve-se dizer que, vez por outra, nos locais em que elas vicejam, surge agora o jardim "moderno"", surrelista, sêco e formalista, de algum "pilotis" mais "bolado".

Êste é o esboço da visão volumétrica do cáos. A visão da vida social nestes volumes escapa a nossa apreciação. Sabemos apenas que teoria alguma de "ajustamento" conseguirá dar dignidade a vida de uma família de cinco e oito pessoas em uma dessas caixas de trinta a cinqüenta metros quadrados de área.

A êstes aspectos que são pràticamente os apresentados por qualquer cidade brasileira em "progresso", acrescentaremos aqueles que dão à cidade, sua importância cultural. Os museus, as salas de conferências, as universidades, as bibliotecas, os teatros, as salas de exposições e de consertos, ou auditórios e tôda a sua complementação comercial e turística, as livrarias, as galerias de arte, os hoteis, os cinemas, as áreas de recreio e tudo o mais.

Neste ponto, temos o que nos legou ou ainda não transferiu para Brasília o Govêrno Federal. Mas, fora disto o que fizemos?

Os teatros diminuem de número. Em seus lugares surgem bancos ou simplesmente tapumes e portas cerradas. Salas de exposições públicas: duas ou três. Apareceram, é certo as galerias de arte privadas, mas estas têm um sentido nitidamente comercial. Expõem artistas de renome, capazes de despertarem em seus clientes o sentido do "investimento-quadro", muito mais através da facilidade do crédito do que do valor da arte comerciada. Auditórios e salas de conferências, contam-se nos dedos — A ABI, o Ministério da Educação, o Clube de Engenharia... Existem alguns outros que dado o caráter mais ou menos fechados das organizações a que pertencem, raramente são utilizados.

Enquanto isto aqui ocorre, São Paulo aumenta sua vida cultural e Brasília aos poucos, vai se firmando. Aí está a sua universidade nova, vibrante a atrair o que de mais jovem e de positivo valor existe no país.

Os arquitetos cariocas tem lutado por todos os meios ao seu alcance para que uma política desta ordem seja posta em execução e passe a aglutinar todos os meios aqui existentes.

Alguns atos da Câmara e do Poder Executivo, no fim do ano passado, contém em si muita coisa positiva. A criação da Secretaria de Turismo, a Reforma Administrativa, a Lei de Estímulo a Indústria Cinematográfica, o Conselho de Cultura e alguns outros, ressalvados os pontos discutíveis e mesmo negativos, podem contribuir eficazmente para concretização daquela política.

Faltam, infelizmente, não só aos órgãos recém criados como aos já existentes, a linha mestra, a diretriz geral, o plano diretor que em grandes traços estabeleça o programa a ser por êles desenvolvido. Ordene a seqüência dos atos prioritários e elimine as áreas de conflito e de fricção que tanto tem tumultuado a evolução da cidade.

Este plano não tem importância apenas para o Estado da Guanabara. O Rio e São Paulo funcionam no Brasil como paradigmas, por serem os centros de maior importância cultural. Daí vermos cidades menores, do interior do país, copiarem servilmente e com conseqüências as mais desastrosas, os códigos de obra destas duas cidades. Copiam-lhe o aspecto urbano mais negativo. Os muros de concreto armado. Os "quarto-e-sala". Os traçados viários tomados como planos urbanísticos. Os loteamentos na base do retalho de terreno de 12 x 30, por urbanização. E tantas e tantas outras mazelas de um planejamento urbano calcado no lucro imobiliário e na exploração mais desumana, que despreza o mais importante capital de uma comunidade: o seu bem-estar.

FERREIRA GULLAR

AUSÊNCIA DE UMA CRÍTICA

No II Congresso Brasileiro de Críticos de Arte (dezembro, 1961, S. Paulo) foi levantado o problema da crítica de arte na arquitetura. Qualquer que fôsse o ponto de vista dos debatedores que intervieram na discussão, uma coisa se deu como certa: a inexistência da crítica de arquitetura no Brasil. Qual a razão disso?

Da parte de arquitetos verificou-se a queixa de que os críticos não se interessavam pela arquitetura. Os críticos se defenderam e tentaram se justificar, partindo-se então para discutir as razões da não-existência da crítica de arquitetura no Brasil, país que goza da fama de liderar o desenvolvimento arquitetônico atual.

As razões apresentadas, por críticos e arquitetos, são tôdas verdadeiras, embora não se tenham tirado delas as necessárias conseqüências nem se tenha ido, na maioria dos casos, às causas primeiras do fenômeno.

De fato, um dos principais empecilhos à crítica de arquitetura é a falta de conhecimento técnico específico, por parte do crítico, que se sente inseguro em emitir juízos em terreno tão complexo. Evidentemente, pode-se criticar a arquitetura do ponto de vista de suas soluções formais e funcionais, sem entrar em considerações técnicas de especialista. Mas o crítico deve estar aparelhado daqueles conhecimentos, mesmo quando não faça uso dêles explicitamente.

Outra razão, também ponderável, de natureza prática, é que a formação do crítico de arquitetura requer o dispêndio de muito tempo e muito dinheiro, sem falar numa disponibilidade especial, que lhe permita estudar e viajar por todo o país, uma vez que as obras de arquitetura estão espalhadas por regiões diferentes. Efetivamente, um crítico de arte, que é sempre mal remunerado no jornal para o qual trabalha, não está em condições de vencer tais obstáculos.

Mas seriam apenas essas as razões pelas quais não existe crítica de arquitetura no Brasil? Acreditamos que tais razões ganham maior sentido se situadas num contexto mais amplo que as explique e aprofunde. Não se deve esquecer a diferença básica que existe entre a produção de pintura, escultura e gravura, e da arquitetura, não só em têrmos de quantidade e freqüências, como em têrmos de compromissos social e econômico, implicado. Não existe no Brasil uma revista de arquitetura com meios suficientes para manter uma crítica atuante, ativa, capaz de discutir projetos e problemas arquitônicos com atualidade e profundidade. As revistas dessa natureza, existentes na Europa e nos Estados Unidos, são de caráter internacional e contam, além do mais, com um público internacional. O caráter profissional da arquitetura dificulta também êsse tipo de crítica, que passa a jogar, não apenas com valôres estéticos, mas também com interêsses vitais do arquiteto. Todos êsses problemas podem ser superados mas, para isso, é necessário que o próprio meio ofereça as condições necessárias para que a superação se dê. Os próprios arquitetos são extremamente cuidadosos em emitir opinião sôbre a arquitetura brasileira, preferindo manter-se em considerações gerais e vagas, "a fim de não atingir os colegas".

Esse ponto é importante e revela certa ausência, da parte dos arquitetos, de uma filosofia, de uma concepção arquitetônica integrada numa visão geral do mundo, que permita a discussão em têrmos de idéias e não em têrmos pessoais. Se alguns possuem essa filosofia e essa visão, temem, ainda, expô-la em têrmos claros e conseqüentes. Tampouco se pode, por isso, culpar os arquitetos individualmente, uma vez que só a colocação do problema da arquitetura brasileira, em tôda a sua amplitude, oferecerá explicação para o fato. As profundas contradições entre nossa arquitetura e nossa sociedade, passadas por alto na primeira fase do desenvolvimento da nossa arquitetura moderna atingem agora seu ponto de furo.

Quanto à ausência da crítica, não se pode explicá-la apenas por razões de natureza prática. É a própria concepção teórica da crítica de arte, hoje em voga em todos os países ocidentais, que estabelece o afastamento entre o crítico de arte e a arquitetura.

A crítica atual, de modo geral, tende a considerar a obra de arte como um valor absoluto, um universo fechado, sôbre o qual apenas se podem fazer discursos mais ou menos esotéricos. Não caberia aqui examinar as razões verdadeiras dessa atitude da crítica, mas o fato é que ela não vacila em afirmar a inutilidade da obra de arte e seu caráter de produto de uma elite para uma elite (de uma elite espiritual para uma elite econômica). A obra de arte não serve para nada, senão para satisfazer "necessidades espirituais" que a própria crítica tem, cada dia, maior dificuldade em definir. De qualquer modo, é fundamental para a sustentação dos conceitos críticos, hoje, a separação entre arte e função social.

Ora, a arquitetura é, por definição, um objeto útil. A condição básica da atividade arquitetônica é sua função prática. Diante da arquitetura, a crítica-da-arte-pura só tem dois caminhos a seguir: ou esquece a arquitetura ou a considera apenas como produção de formas estéticas. Como esta última posição é pràticamente insustentável, a maioria dos críticos prefere afastar-se dos problemas arquitetônicos.

O exercício da crítica de arquitetura obrigaria os críticos a mudar de vida. Entre a discussão de problemas estéticos puros e a discussão da arquitetura, com tôdas as suas implicações econômicos-sociais, vai uma distância imensa. Implica, sobretudo, um engajamento que começaria por abalar sèriamente os princípios em que se firma a crítica de arte contemporânea. Como admitir, na arquitetura, a precedência dos fatôres "práticos" sôbre os estéticos e continuar a sustentar o contrário na pintura e na escultura? A crítica de arquitetura conduz inevitàvelmente ao exame global dos problemas econômicos e sociais, e a uma tomada de posição diante dêles. Isso cheira a política, e as "belas-artes", como a bela-crítica", sonham com um mundo apolítico, ahistórico, fora do tempo e do espaço, dimensão dos deuses...

Abrigos anti-atômicos

Thomas H. Creighton

O número de maio-1962 de "Progressive Architecture" nos trouxe um pronunciamento de seu editor Thomas H. Creighton, de grande atualidade para o arquiteto norte-americano — o programa de "Abrigos Anti-atômicos".

O assunto, apesar de estar um pouco deslocado de nossa realidade recebeu uma abordagem tão lúcida e com observações tão importantes sôbre a atitude do arquiteto ao projetar, que consideramos oportuna sua transcrição em nossa Revista.

O programa de "abrigos anti-atômicos" apresenta problemas difíceis para os arquitetos. Tenho discutido esta questão com um número considerável de profissionais interessados em suas implicações e concordamos em adotar a seguinte posição:

— Nenhum arquiteto tem interêsse em projetar e construir para a destruição; seu seu propósito é edificar para o futuro. No entanto, como o problema torna-se cada vez mais divulgado, é comum os clientes buscarem os arquitetos à procura de conselhos e, em alguns casos, pedindo mesmo sugestões específicas. Nenhum conselho "arquitetônico" é viável.

— Em 1.º lugar, o mínimo que se poderia dizer é que os dados técnicos obtíveis são falhos e contraditórios. O programa — ponto do qual o arquiteto sempre parte para poder projetar — não existe. Qualquer tentativa de projetar um abrigo anti-atômico que apresente uma eficácia desejável, implica em uma série de suposições, tais como: a que distância dar-se-ia a explosão hipotética; qual seria o tamanho da bomba lançada sôbre o local, explodiria ela no ar ou no chão, haveria a possibilidade de uma tempestade de fogo, que tornaria qualquer abrigo absolutamente ineficaz; e assim por diante. E mesmo para fazer estas suposições de programa e determinar dados para o projeto, o arquiteto teria de se basear num testemunho técnico falho, que vai desde as infantis generalidades publicadas, tanto por fontes oficiais como particulares, até as conclusões de GERALD PIEL, editor da revista "Scientific American", que prediz a ineficácia de qualquer abrigo anti-atômico se uma bomba de 20 megatons explodir no ar.

— Assim, os aspectos "técnicos" do problema arquitetônico tornam-se suposições vagas e a questão de como projetar um abrigo anti-atômico não tem resposta concreta.

— Porém a questão mais importante para os arquitetos é "porque" considerarmos sèriamente os abrigos anti atômicos em têrmos arquitetônicos. O planejamento de abrigos é preparação — em têrmos psicológicos e físicos — para uma guerra. É portanto anti arquitetura. A finalidade da arquitetura é a criação de ambientes propícios ao desenvolvimento das civilizações. A guerra destrói aquilo que as civilizações construiram, portanto a guerra é a antítese da arquitetura. Planejar para a guerra impede o cumprimento daquilo que foi projetado, donde a guerra é a antítese do planejamento que visa a construção. Tôda guerra é destrutiva; a guerra atômica, tudo indica, será totalmente destrutiva. Planejar com vistas à destruição é uma contradição arquitetônica; planejar para a destruição atômica é um absurdo arquitetônico.

Nesta etapa do desenvolvimento do homem, quando tantas áreas do mundo necessitam desesperadamente de planejamento original e de construção e tantas outras precisam de novos planejamentos e de mais construções, o dispêndio de bilhões de dolares com o propósito de fazer anti arquitetura ao invés de arquitetura para se ter a vaga esperança de uma mera sobrevivência num mundo impossível, sem a perspectiva da melhoria do meio ambiente do homem num mundo em evolução, é uma atitude que nós, como arquitetos, não podemos endossar.

— Êste é um problema a respeito do qual cada pessoa responsável deve tomar suas próprias decisões. O Instituto Americano de Arquitetos não tem posição oficial, embora seu Presidente Phil Will tenha dito que "os arquitetos da nação deveriam estar preparados para participarem vigorosamente" numa política de abrigos anti atômicos. Tenho encontrado poucíssimos profissionais que estejam de acôrdo com esta afirmativa. Que opiniões têm os nossos leitores?



Le Corbusier

Le Corbusier



Dezembro de 1962 foi marcado pela presença, entre nós, de Le Corbusier. Viajando em caráter estritamente privado — como fêz questão de frizar antecipadamente — veio vêr, em Brasília, o terreno onde se erguerá, segundo projeto seu, a embaixada da França.

O caráter da viagem assim estabelecido, excluia os rigidos e protocolares programas que costumam ser traçados para estas ocasiões.

Mas Le Corbusier havia deixado aqui, em outras estadas, sementes que germinaram. E, germinando, estabeleceram entre êle e a nossa cultura arquitetônica laços que não poderiam contentar-se com uma passagem incógnita, fria e desprovida de significação.

Todos esperavam vêr como reagiria o grande arquiteto ante a arquitetura que, a partir de sua pregação, desde 36, aqui se desenvolveu.

A sua presença no Brasil foi fundamental para aprofundar as raizes de sua teoria de arquitetura e determinar a experimentação dessa teoria em uma escala que, até hoje, o próprio Le Corbusier não teve a oportunidade de realizar. A grande questão não era saber como reagiria o famoso arquiteto ante a obra deste ou daquele realizador. A expectativa era a de um "julgamento" de nossa arquitetura, quase tôda ela bastante marcada pela própria concepção corbusiana.

A questão permaneceu sem resposta. O "julgamento" não foi declarado. A rigor nenhum dos dois deveria ser esperado. O gênio criador, via de regra, exclui as aptidões para a crítica. Pelo menos para a crítica profissional, esta que se quer isentar, construtiva ou educativa. A crítica, quando nele aflora, é quase sempre personalíssima, violenta quando não francamente negadora — salvo quando ocorrer numa intimidade de mestre para discípulo, ocasião em que se pode fazer terna, construtiva e emuladora. A mensagem deixada por Le Corbusier — cujo texto vai adiante reproduzido — era de certa forma a única coisa que dêle poder-se-ia esperar. Primeiro porque a nosso vêr, não cabe ao realizador transvestir-se costumeiramente em árbitro. Sua própria condição, de realizador e de teorizador de uma concepção arquitetônica exclui, por assim dizer, èticamente, o exercício da crítica.

A mensagem contém aquilo que era lícito esperar. E, partindo de Le Corbusier, o "urso", é muito significativo — a referência fraterna à Brasília de Lucio Costa e Oscar Niemeyer (seus amigos e fiéis "companheiros de lutas") e, dentre o que viu, a alusão ao que, por certo, mais lhe despertou a afinidade: a obra de Afonso Reidy e o monumento de Hélio Marinho e Marcos Konder. Mas, "há muitos outros testemunhos".

Eis o texto da mensagem:

"Para os meus amigos do Brasil.

Despeço-me, hoje, dos meus amigos do Brasil. E, para começar, do próprio Brasil, país que conheço desde 1929.

Para o grande viajante que eu sou, ha no planisfério, entre as montanhas, sôbre os planaltos e planícies onde os grandes rios correm para o mar, áreas privilegiadas; o Brasil é um dêsses lugares acolhedores e generosos que se gosta de chamar amigo.

Brasília está construida: vi a cidade apenas nascida. É magnífica de invenção, de coragem, de otimismo; e fala ao coração. É obra dos meus dois grandes amigos e (através dos anos) companheiros de luta, — Lucio Costa e Oscar Niemeyer. No mundo moderno, Brasília é única. No Rio há o Ministério de 1936-45 (Educação e Saúde), há as obras de Reidy, há o monumento aos mortos da guerra. Há muitos outros testemunhos.

Minha voz é a de um viajante da terra e da vida. Meus amigos do Brasil, deixem-me que lhes diga obrigado! Le Corbusier, 29 de dezembro de 1962, Rio de Janeiro".

Assinalamos a seguir parte do que foi, no Rio, o programa de Le Corbusier.

Ao saber do desastre sofrido pelo arquiteto Jorge Moreira e que o mantém no leito até hoje, fêz questão de ir visitá-lo.

No Museu de Arte Moderna foi-lhe prestada uma viva homenagem — de livre adesão — a qual compareceram inúmeros arquitetos, artistas, intelectuais e outras personalidades. Neste almôço, foi saudado pelo Deputado Gustavo Capanema que ao fazer-lhe o elogio, disse:

"Sr. Le Corbusier, o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro reúne aqui um grupo de pessoas entrelaçadas pela mesma fervorosa admiração por vós, para prestar-vos uma homenagem cordial e sincera. As grandes homenagens hão de fazer-se com a simples verdade. Se eu fôsse capaz de dar precisa expressão ao pensamento de quantos participam desta mesa, pondo, em dois ou três traços o esssencial da vossa prodigiosa personalidade, a imensa grandeza do vosso gênio, penso que, com esta verdade pura, haveria de comover-vos tanto como se ouvisseis as

ovações da cidade inteira. Digo-vos isto recordando um episódio que vós mesmo contais. Numa noite de outubro de 1928, já de madrugada, numa buate de Praga, no meio das efusões mais cálidas, o poeta Nesvald se levanta e percorre as mesas gritando:

"Le Corbusier é um poeta". Vós, a quem aquela palavra já tinha sido dita por boca irônica, confessastes depois: "Eu tive naquela noite a minha primeira profunda recompensa".

Sr. Le Corbusier: foi a vossa mentalidade de poeta que, concebendo desde cedo o princípio da racionalidade, do funcionalismo da construção, tendo começado por dizer que a casa é uma "máquina de morar", princípio que ficou sendo o primeiro grande sinal da arquitetura nova e em tôrno do qual algumas figuras exponenciais da Europa e da América formaram convosco o grupo dos renovadores, foi a vossa alma lírica que logo percebeu que isto não bastava, que a arquitetura não podia ser isto apenas. A arquitetura, a arte de construir, em têrmos racionais, os abrigos — casas, edifícios, palácios, templos — é acima de tudo uma obra de poesia: "A arquitetura, dissestes vós, é o jôgo sábio, correto e magnífico das formas sob a luz".

Esta concepção poética ia desdobrar-se logo nos seus corolários. A arquitetura terá de envolver tôda uma série de exigências: o sol; a sensação de espaço; a presença das ervas e das árvores. Tudo significava que, para vós, a arquitetura se completa necessàriamente com o urbanismo e forma com êle uma coisa só, um corpo único de idéias e planos.

Mas porque sois o poeta, de uma poesia de lirismo, não vos detivestes no círculo da simples concepção genial. A lirismo, dizieis, é "o explosivo divino".

Destes logo início à vossa revolução. Peregrinastes pelos continentes — União Soviética, Extremo Oriente, África, Estados Unidos, América Latina — espalhastes por tôda parte as doutrinas novas e fostes levantando as belas construções, que, multiplicadas pelas mãos dos vossos discípulos vão modificando, estupendamente, a estrutura e a fisionomia das cidades".

"Permiti-me, ainda, Sr. Le Corbusier — que vos diga a verdade final. Por que é que pudestes tirar do vosso gênio essa obra milagrosa? Que qualidades profundas, que suportes subterrâneos havia em vós, condicionando tão revolucionária aventura? Copiarei de um dos vossos livros esta pequena confissão: "Há nos meus antepassados a permanência de um fato: a liberdade de pensamento e o desinterêsse dos benefícios materiais". São duas linhas nítidas do vosso caráter. Não sei de homem mais livre do que vós. A liberdade, sem limite nem concessões, é a atmosfera constante do vosso espírito.

Não sei de homem mais livre do que vós. A liberdade, sem limite nem concessões, é a atmosfera constante do vosso espírito.

E é bem certo que tendes vivido com a despreocupação da fortuna, vós que com os instrumentos que inventastes poderieis se os encaminhasseis nesse sentido, estar entre os milionários. É significativo de tão alta pureza o terdes inserido, numa das páginas de "Le Ville Radieuse", sem nenhuma relação com o texto, estas palavras de Krishnamurti: "Não é nobre ser pobre, mas é uma nobreza saber desprender-se das coisas".

Sr. Le Corbusier, levantamos as nossas taças para beber em sinal de admiração pela grande obra revolucionária que no terreno das idéias e das realizações, conseguistes fazer no sentido da arquitetura moderna, e também movidos de gratidão pelos notáveis benefícios de que essa obra está enchendo o nosso país".

Respondendo Le Corbusier disse que "o milagre brasileiro é que aqui as coisas são feitas, o país realiza o que em outras nações são ainda idéias e só serão realizadas dentro de vinte ou trinta anos". Afirmou ainda que sentia-se feliz por estar no Brasil pela terceira vez e que era para êle uma verdadeira recompensa observar a harmonia, a honestidade e a simplicidade da arquitetura brasileira.

No restaurante "Esquilos" na Floresta da Tijuca os arquitetos da equipe do projeto do Ministério da Educação reuniram-se para prestar-lhe uma íntima e calorosa homenagem.

Roberto Burle Marx, em sua chácara, ofereceu-lhe um almôço ao qual compareceram arquitetos, intelectuais, jornalistas e artistas.

Arquitetura espera poder, nos próximos números, publicar artigos de arquitetos e intelectuais brasileiros sôbre a influência de Le Corbusier na arquitetura brasileira contribuindo desta forma para, dentro da linha até agora adotada, a criação de uma maior consciência dos rumos desta mesma arquitetura e a sua vinculação ao processo de desenvolvimento cultural do país. ■

Obras tombadas pelo Patrimônio

Minas Gerais

Mercado da Praça Barão de Guaicuí, Diamantina, Minas Gerais.





Barão de Cocais

Igreja Matriz de São João Batista
Igreja de N. S. do Rosário.
Igreja de N. S. de Sant'Ana.

Belo Horizonte

Conjunto paisagístico do Pico e da parte mais alcantilada da Serra do Curral.
Capela de São Francisco de Assis da Pampulha e suas obras de arte.
Casa da Fazenda do Leitão, atual sede do Museu Histórico de Belo Horizonte.

Belo Vale

Casa da Fazenda da Boa Esperança.

Caetá

Casa à rua Israel Pinheiro, n.º 32, ex-Comendador Viana, n.º 68.
Igreja Matriz de N. S. do Bonsucesso.
Igreja de N. S. do Rosário.
Morro Vermelho
Igreja Matriz de N. S. de Nazaré.

Penedia

Conjunto arquitetônico e paisagístico do Santuario de N. S. da Piedade.

Conceição do Mato Dentro

Dom Joaquim.
Chafariz da Praça Dom Jenquim.
Igreja de N. S. do Rosário.
Igreja Matriz de N. S. da Conceição.

Congonhas do Campo

Igreja Matriz de N. S. da Conceição.
Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, e seu conjunto arquitetônico, escultórico e paisagístico.

Diamantina

Conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade.
Casa à Praça Juscelino Kubischek (Edifício do Fôro).
Casa à rua Francisco Sá, n.º 50.
Casa com fôrro pintado, à rua Tiradentes, n.º 36.
Casa da Chica da Silva, à rua Vieira Couto, ex-Lalau Pires n.º 286.
Casa do Padre Rolim, atual sede do Museu do Diamante, à rua Tiradentes.
Casa do Mercado à praça Barão de Gauicui.
Igreja de N. S. do Amparo.
Igreja de N. S. do Bonfim.
Igreja de N. S. do Carmo.
Igreja de N. S. das Mercês.
Igreja de N. S. do Rosário.
Igreja de São Francisco de Assis.
Igreja Matriz de Sant'Ana.

Itabira

Ermida de N. S. do Rosário.

Itabirito

Igreja de N. S. do Rosário
Igreja de São Vicente.
Pico do Itabirito.

Juiz de Fora

Coleções do Museu Mariano Procópio.

Lagoa Santa

Túmulos do Dr. Pedro Guilherme Lund e de seus colaboradores inclusive o pequeno cemitério em que se acham situados.

Lavras

Igreja Matriz de N. S. do Rosário.

Manga

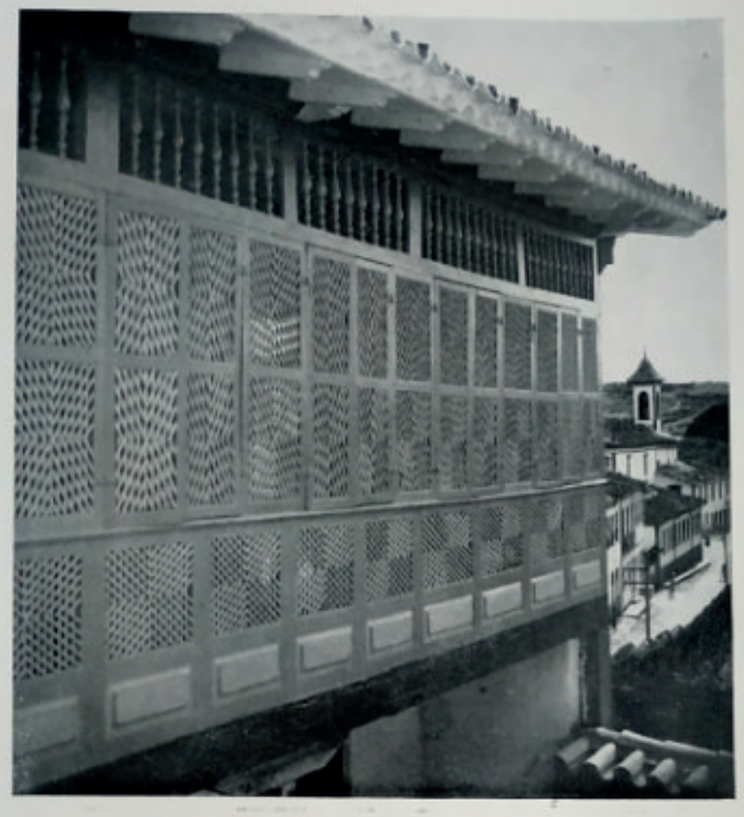
Igreja Matriz de N. S. da Conceição.

Mariana

Conjunto arquitetônico e paisagístico da Cidade, (monumento nacional pelo Decreto-Lei n.º 7.713, de 6.VII.1945).
Capela de N. S. dos Anjos, da Arquiconfraria de São Francisco).
Casa Capitular.

Págs. 14-15: Chafariz dos Contos, Ouro Preto, M.G.





Casa do Seminário Menor, inclusive sua capela de N. S. da Boa Morte.
Fonte da Samaritana.
Igreja de N. S. do Carmo.
Igreja de N. S. das Mercês.
Igreja de N. S. do Rosário.
Igreja de Sant'Ana.
Igreja de São Francisco de Assis.
Igreja Sé Catedral.
Paço Municipal, na Praça João Pinheiro.
Passo da Ladeira do Rosário.
Passo da Ponte da Areia. Camargos.
Igreja Matriz de N. S. da Conceição. Furquim.
Igreja Matriz de Bom Jesus do Monte. Monselho Horta.
Igreja Matriz de São Caetano. Passagem.
Igreja de N. S. da Glória. Santa Rita Durão.
Casa com rótulas, na rua do Rosário.
Igreja Matriz de N. S. de Nazaré.
Igreja de N. S. do Rosário.

Matozinhos

Lapa da cêrca Grande.

Minas Novas.

Casa à Av. Getúlio Vargas, S/N, conhecida como "Sobradão".

Nova Era

Igreja Matriz de São José.

Nova Lima

Remanescentes da capela da Fazenda da Jaguara, incorporados à Igreja Matriz de N. S. do Pilar.

Ouro Branco

Igreja Matriz de Santo Antônio.

Ouro Prêto

Igreja Matriz de Santo Antônio.

Ouro Prêto

Conjunto arquitetônico e paisagístico da Cidade, (Monumento Nacional pelo Decreto n.º 22.928, de 12.VII.1933).
Antigo Paço Municipal, atual sede do Museu da Inconfidência, na Praça Tiradentes.
Antigo Palácio dos Governadores, e atual sede da Escola Nacional de Minas e Metalurgia, na Praça Tiradentes.
Capela de N. S. da Piedade.
Capela de N. S. das Dôres.
Capela de N. S. do Rosário, do Padre Faria.
Capela de Sant'Ana.
Capela de São João.
Capela de São Sebastião.
Capela do Bom Jesus das Flôres de Taquaral.
Capela do Senhor do Bomfim.

Casa dos Contos, atual sede dos Correios e Telégrafos, à rua São José.
Chafariz da Praça de Marília.
Chafariz da rua Antônio de Albuquerque.
Chafariz de São José, ou dos Contos.
Chafariz do Alto das Cabeças.
Chafariz do Passo de Antônio Dias.
Igreja de N. S. das Mercês e Misericórdia.
Igreja de N. S. das Mercês e Perdões.
Igreja de N. S. do Carmo.
Igreja de Santa Efigênia, ou N. S. do Rosário do Alto da Luz do Padre Faria.
Igreja de São Francisco de Assis.
Igreja de São Francisco de Paula.
Igreja de São José.
Igreja do Bom Jesus de Matozinhos, ou de São Miguel e Almas.
Igreja Matriz de N. S. da Conceição, de Antônio Dias.
Igreja Matriz de N. S. do Pilar de Ouro Preto.
Oratório da rua Barão do Ouro Branco.
Passo da Ponte sêca, à rua Antônio de Albuquerque.
Passo da Praça Tiradentes.
Passo da Rua São José, na rua São José.
Passo de Antônio Dias.
Passo do Rosário.
Ponte da Barra.
Ponte de Antônio Dias.
Ponte de São José.
Ponte do Pilar.
Ponte do Rosário, na rua Getulio Vargas.

Paracatu

Capela de N. S. do Rosário.
Igreja Matriz de Santo Antônio.

Pitangui

Paço Municipal, à rua José Gonçalves, n.º 29.

Prados

Igreja de N. S. da Penha, em Vitoriano Veloso.

Raposos

Igreja de N. S. da Conceição.

Resende Costa

Casa natal do inconfidente Resende Costa, na Praça Cônego Cardoso n.ºs 48-90.

Sabará

Casa à rua Borba Gato, n.º 7
Casa da Intendência, atual sede do Museu do Ouro, na rua da Intendência.
Chafariz do Caquende.
Chafariz do Rosário.
Hospício da Terra Santa e sua capela de N. S. do Pilar.
Igreja de N. S. do Carmo.
Igreja de N. S. da Conceição.
Igreja de N. S. das Mercês.
Igreja de N. S. do O.
Igreja de N. S. do Rosário.
Igreja de São Francisco de Assis.
Passo do Carmo.
Passo da rua Sapucaí.
Prefeitura Municipal, à rua Dom Pedro II.

Arraial Velho

Igreja de Sant'Ana.

Pompeu

Capela de Santo Antônio do Pompeu.



Cachoeira do Campo

Igreja Matriz de N. S. de Nazaré.

São Bartolomeu

Igreja Matriz de São Bartolomeu.

São Julião

Ruínas e remanescentes da Fábrica Patriótica.



Pág. 16: casa 266 da rua Lafaiete Peres (Casa de Chica da Silva); Diamantina; acima, casa 7 da rua Borba Gato, Sabará; à esquerda, casa de câmara e cadeia, Praça João Pinheiro, Mariana.



Santa Bárbara

Conjunto arquitetônico, e urbanístico do Colégio do Caraça.
Casa no Largo do Rosário, atual sede dos Correios e Telégrafos.
Igreja Matriz de Santo Antônio.

Brumal

Igreja de Santo Amaro.

Catas Altas

Igreja Matriz de N. S. da Conceição.

Santos Dumont

Casa natal de Santos Dumont, no sítio Cabangu.

São João del Rei

Conjunto arquitetônico e paisagístico da Cidade.
Casa na rua Marechal Deodoro, n.º 12, sede do Museu Regional.
Igreja de N. S. do Carmo.
Igreja Sé de N. S. do Pilar.
Igreja de São Francisco de Assis.
Passo da rua Duque de Caxias.

Sêrro

Conjunto arquitetônico e paisagístico da Cidade.
Casa dos Otoni, à rua General Pedra.
Igreja do Bom Jesus de Matozinhos.
Igreja Matriz de N. S. Conceição.
Igreja de N. S. do Carmo.

Tiradentes

Conjunto arquitetônico e paisagístico da Cidade.
Casa com fôrro pintado, à rua Padre Toledo, n.º 8.
Casa do Padre Toledo, à Rua Padre Toledo.
Chafariz de São José.
Igreja de N. S. do Rosário.
Igreja de Santo Antônio.

Uberaba

Igreja de Santa Rita.

Detalhe da Igreja do Rosário, Ouro Preto; Passos de Bom Jesus de Matozinhos, Congonhas do Campo, entrepostos n.º 3



O problema da habitação e os arquitetos

O Instituto de Arquitetos do Brasil está empenhado em criar uma consciência nacional do problema habitacional. Nestas páginas foram publicados já dois documentos do IAB-GB, as conclusões da "I Jornada de Habitação" e a proposta, justificada, de modificação do texto do Decreto 1.281 que criou o Conselho Federal de Habitação.

Agora, prosseguindo no nosso intento, trazemos aos leitores o estudo de Antônio Carolino Gonçalves sôbre a habitação em Recife, trabalho publicado in "As Migrações para o Recife — II — Aspectos do Crescimento Urbano" Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais — Ministério da Educação e Cultura — Recife — 1961.

Os dados apresentados por ACG bastam-se a si próprios e dispensam qualquer comentário. Chamamos atenção apenas para o fato de que o livro em questão, focalizando outros aspectos do crescimento urbano do Recife, recomenda-se a todos os interessados nos problemas de planejamento urbano, desenvolvimento econômico e social.

Abrindo a transcrição do estudo de ACG estampamos — à guisa de introito — um trecho do Prof. Alceu Amoroso Lima, no qual está sintetizado com impressionante vigor o profundo drama social e econômico daquela região do país.

Os aspectos captados pela viva e lúcida inteligência do Prof. A. A. L. infelizmente permanecem e cabe, aqui, apenas uma retificação: os dados do então prefeito do Distrito Federal, Negrão de Lima, são otimistas. O "Plano de Emergência" do Presidente Jânio Quadros, publicado em meados de 1961, ao tratar das "Comodidades Urbanas Básicas — Habitação" estimava, baseado "em dados numéricos obtidos por pesquisas diretas *ainda incompletas*" (o grifo é nosso) o número de barracos no D.F. em 200.000, que eram ocupados por 38% da população do Rio de Janeiro.

M. N. B.

Se Recife é metrópole das mansões feudais em ruínas ou ainda vivas, se ali a nova economia do açúcar ou das indústrias já começou a era dos arranha-céus — também é o palco da mais negra miséria. Se há no Rio 600.000 favelados, como revela o prefeito Negrão de Lima, não sei se com rigor estatístico, ainda seriam, no seu drama inconcebível e condenatório de meio século de incúria nossa, uma percentagem, digamos, de 20% da população. Os cálculos otimistas dão ao Recife 350.000 mocambeiros dos morros e das palafitas, o que representa 50% da sua população! E se os moradores dos seus morros, — como tive pessoalmente oportunidade de verificar em companhia do seu dinâmico prefeito, Prof. Pelópidas da Silveira, vivem melhor que os dos nossos — em compensação os dos autênticos "mocambos" e particularmente das palafitas, das margens do rio, vivem em condições absolutamente infra-humanas, que desafiam tôda comparação. É um dos mais tremendos contrastes dessa metrópole das contradições, que aí está a desafiar todo o século XX, — tanto as velhas gerações de políticos ou de técnicos, desmoralizados pela incrível desproporção entre o crescimento orgânico e demográfico do Brasil e a incapacidade de suas estruturas sociais, em canalizar êsse crescimento para o bem comum da nacionalidade em bloco, — como as novas gerações que estão entrando para o cenário da vida pública ou particular, já com o rito do cepticismo lamentàvelmente contraindo os jovens lábios em flor.

Ao Recife vem ter tôda a miséria do Nordeste. É o escoadouro, como é a Meca, de todo o desespêro que passa, serra acima, e vem ter às margens do Rio trágico ou antes por êle desce, à procura do que lhes falta lá em cima! Sente-se, palpàvelmente, nas ruas da capital, essa contínua descida das águas turvas do drama nordestino. Palpa-se a miséria a cada passo. Não conheço nem o Oriente nem a África do Norte e dizem que para falar de miséria, é preciso ter visto o que por lá se vê. Desgraçadamente, creio que não é preciso ir tão longe para se ter uma visão direta e concreta do que é o drama de viver, para mais de metade da população de um país considerado como rico, pelos irmãos ainda mais pobres que o circundam. Basta subir a um morro do Rio, para se compreender o que é o sofrimento que já não se sente. E é êsse o mais terrível dos sofrimentos humanos. O sofrimento começa a desumanizar quando começamos a não senti-lo. Passou a barreira da sensibilidade, como os aviões a jacto começam a ultrapassar a barreira do som. E como a barreira do som é... o silêncio, a barreira da sensibilidade é... a indiferença. E isso significa, nem mais nem menos, do que a desumanização. E com ela a passividade, a mendicidade, o flanco aberto a todos os condottieri, *o amoralismo, a escravidão que não tem nome de escravidão, e é, como o sofrimento não-sofrido, a pior delas.*

Pois é isso que se sente no Nordeste, desde a sua porta monumental. E o Recife é a porta monumental do Nordeste. É desde a entrada que o drama se pressente. Está nas ruas, está nas faces, está na desnutrição, está na mendicância, está nas palafitas, está no povo mal vestido e calçado, está na ausência de condução, está na corrupção dos costumes, está na miséria ostensiva como na pobreza envergonhada. O contraste é constante e doloroso.

A. A. L.

II — ASPECTOS ECONÔMICOS

1. *Habitação*

Antes de fazer referência aos efetivos prediais do Recife, ocupamo-nos do problema das habitações — na sua maior parte "mocambos" — de grande parte da população municipal.

Já o Instituto Joaquim Nabuco, desde as suas primeiras atividades, se vinha preocupando com as condições insalubres das habitações de grande parte das populações urbanas e rurais do Norte do Brasil, afetando, de modo sensível e adverso, a saúde dos seus componentes e limitando-lhes, efetivamente, o desenvolvimento cultural e econômico.

Pensou-se, desde aquela época, na realização de pesquisas — não complementadas, infelizmente, não obstante se haver solicitado a cooperação de organismo internacional — a fim de que fôssem organizados planos de construção de casas populares, adequadas, higiênicas e econômicas — um plano modesto, mas de acôrdo com as condições regionais, cujas características qualitativas levassem em consideração os valôres humanos e o seu "habitat".

Em face da extensão do problema não se pode pensar, em têrmos de solução, na construção de casas populares senão com a utilização de materiais regionais; novas técnicas de construir poderiam ser tentadas, novas fontes de material — materiais locais estudados e tratados tècnicamente — novos processos para melhorar as casas atuais, numa combinação das tradições regionais com as modernas técnicas de construção.

Ao lado dos requisitos estéticos tradicionalmente desejados pela população da área, as pesquisas poderiam ter, definitivamente, selecionado plantas e estruturas; métodos de construção e industrialização; financiamento; sem deixar de considerar outros aspectos, também essenciais, como a localização, o nível econômico, a cultura, as diferenças sociais, a disponibilidade de recursos, etc.

Em 1939, preocupado com o problema, o Govêrno Estadual promoveu o primeiro levantamento dos mocambos do Recife, com vista à adoção de uma política habitacional popular cuja ineficiência provaram quase vinte anos já decorridos de sua adoção.

Foram então recenseados 45.581 mocambos, sendo o tipo predominante o de coberta de palha com piso de terra, sendo as paredes de taipa, madeira não aparelhada, zinco ou palha (30.886 unidades ou 67,8%).

Habitações das mais primitivas não é de admirar-se que 51,4% fôssem próprias.

A população recenseada nos mocambos elevou-se a 164.837 pessoas, correspondendo a cêrca de 50% da população então existente.

Estas informações são suficientes para evidenciar os grandes efetivos de habitações de qualidade inferior existentes no Recife e habitados por uma massa considerável de pessoas, constituindo famílias vivendo de salários e outras rendas inferiores ao limite mínimo para uma vida com um mínimo de decência.

Em face dos resultados publicados do censo dos mocambos, foi iniciada uma campanha oficial contra êsse tipo de habitação popular e a favor da construção de tipos populares de casas de alvenaria destinadas, ao que se presumira ingênuamente, a substituir os mocambos que começaram a ser destruídos — muitas vêzes de forma arbitrária e policial.

O extraordinário afluxo de pessoas vindas do interior, para tentar a aventura urbana no Recife, se veio agravando ano a ano, podendo-se atribuí-lo — sem referir a condições específicas das áreas de expulsão dos emigrantes, a serem estudadas e caracterizadas em outras partes da presente pesquisa — ao melhoramento das condições de assistência social e médica; à superestimação das possibilidades de colocação de mão-de-obra, com a instalação de novas indústrias; e, não menos, à própria campanha de concessão de casa gratuita ou barata que aumentou o fluxo de gente para o Recife, em desproporção com a capacidade local de absorção em atividades econômicas produtivas.

A fixação dêsses grupos vindos irregularmente para o Recife parece ter-se orientado, preferencialmente, para as zonas marginais e de alagados e de morros, embora focos de mocambo sejam encontrados em áreas vizinhas ao centro urbano (Cais do Aterial, Cais do Apolo, Brum, Avenida Sul, etc.) e na faixa praieira ("Brasília Teimosa" no Pina), sem incluir, é claro, as casas dos pescadores.

A recuperação dos alagados com a valorização dos aterros tem expulsado os mocambos de áreas mais próximas do centro, tornando-os menos visíveis.

Os resultados dos 20 anos de campanha contra os mocambos são verdadeiramente melancólicos.

Após ser constatada a existência de 45.581 mocambos, as atividades da campanha assim podem ser resumidas:

Mocambos destruídos	32.436
Casas construídas	4.353
— 2 quartos	4.143
— 3 quartos	210

Na verdade os mocambos não foram destruídos, mas, sim, transferidos de áreas mais próximas do centro da cidade para outras mais distantes. Os registros da Prefeitura Municipal, quanto à demolição de mocambos, são da ordem de 15.000 apenas.

Para a substituição dos mocambos, as casas construídas — de alvenaria, predominantemente — compunham-se de sala e de 2 e 3 quartos para tipos A e B, com área de construção de 42 e 51 metros quadrados, respectivamente.

Algumas observações ainda: os terrenos para as construções populares foram, preferencialmente, de alagados ou mangues, depois de beneficiados pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento, sem prévia verificação das possibilidades de abastecimento e de transporte para as suas populações.

Espanta, ainda, registrar que apenas em um dos conjuntos habitacionais, representando 5% do total dos prédios construídos, há serviço de esgôto adequado, enquanto nos demais os serviços e instalações são precários. Considerando-se os aspectos educativos de que se deveria revistir a campanha, a omissão é incompreensível.

Estima o S.S.C.M. haver abrigado nas suas construções cêrca de 25.000 pessoas.

Além das casas construídas pelo S.S.C.M., póde-se apurar o montante das casas populares construídas por diversas instituições federais, sob o impacto da campanha de aquisição de casa própria ou de moradia melhor (Tabela 18); a participação no setor da casa popular, visando a substituição direta do mocambo, parece ter sido mínima.

Não se incluem na tabela acima as construções feitas à base de pedidos individuais de financiamento pelos associados das instituições acima referidas, feitas, na sua quase totalidade, por contribuições não moradores em mocambos, em virtude mesmo do seu alto nível econômico.

O aumento do deficit de habitação, provocado pela forte emigração do interior para a capital, foi agravado ainda mais pelos seguintes motivos:

a) falta de coordenação entre os diversos organismos encarregados de resolver o problema da habitação, com multiplicidade de funções e diversidade de ação executiva;

b) a prioridade do critério político sôbre o critério técnico, na execução dos programas dêsses diversos organismos;

c) o baixo nível de vida da população que não permite a promoção de alojamento adequado, revelado pela predominância dos salários baixos — iguais ou inferiores ao salário-mínimo oficial — que reduzem a capacidade de pagamento de aluguéis;

TABELA 18

Casas populares construídas por instituições federais — 1939/58

INSTITUIÇÃO	N.º de casas
Fundação da Casa Popular	740
IPASE	296
I.A.P. dos Bancários	242
I.A.P. dos Comerciários	586
I.A.P. dos Industriários	986
I.A.P. dos Marítimos	36
I.A.P. dos Transportes e Cargas	592
Total	3.478

TABELA 19

Comparação entre os resultados do Censo dos Mocambos (1939) e de uma amostra do Arquivo do S.S.C.M. (1959)

ESPECIFICAÇÕES	— PERCENTAGENS	
	Arquivo do SSCM (1959)	Censo dos mocambos (1939)
Total de casas	100,00	100,00
1. Coberta:		
Telha	83,2	6,6
Palha	13,2	77,1
Zinco	3,2	16,3
2. Paredes:		
Taipa	63,1	...
Alvenaria	25,7	...
Madeira	11,2	...
3. Piso:		
Cimento	54,8	13,7
Tijolo	34,2	3,6
Terra	11,0	82,7
4. Instalações:		
Luz	57,4	...
Água	26,5	...
Fossa	16,2	8,9
5. Regime de ocupação:		
Alugada	77,5	43,1
Cedida	13,8	5,2
Própria	8,7	51,7
6. N.º de quartos:		
1	14,7	60,9
2	49,4	35,1
3	32,9	3,6
4	3,0	0,4
7. N.º de ocupantes:		
6 — 8	2,9	...
9 — 11	62,4	...
12 — 14	31,8	...
175 — 17	2,9	...

TABELA 20

Construções licenciadas — 1939/58

(médias anuais)

PERÍODOS	N.º de Construções	Área de piso (m2)		Aumento de População	Área por habitantes
		TOTAL	Por Construção		
1949/53	5.840	293.000	50,20	20.380	14,40
1954/58	2.310	230.900	100,00	28.520	8,10
1939/43	1.560	...	...	12.240	...
1944/48	4.660	259.800	55,70	17.620	14,70

d) a elevação desproporcional do custo da construção civil, reduzindo a capacidade efetiva das carteiras populares imobiliárias (no momento, mesmo, ao que tudo indica, os órgãos da previdência social estão mais inclinados a conceder créditos imobiliários aos seus associados do que a construir casas);

e) a alta taxa de crescimento da população, mesmo descontando-se os desfalques sofridos pela mortalidade infantil.

A demanda de casas populares no Recife continua além das possibilidades das organizações oficiais encarregadas de matéria; sòmente o S.S.C.M., segundo relatório recente, tem em seus arquivos 5.900 famílias *inscritas e não atendidas*, embora vivendo em condições de sub-habitação.

Dêsse material foi retirada uma amostra visando situar as condições atuais do problema, comparando-as, tanto quanto possível, com os resultados obtidos, 20 anos atrás, pela Comissão Censitária dos Mocambos. (Tabela 19).

No tocante à readaptação dos emigrantes do interior para a capital, constatamos que têm sido fornecidas passagens e outras facilidades para o retôrno, ao interior, de famílias desajustadas do Recife. Assim é que se dispõe de informações quanto às passagens fornecidas no ano de 1957, as quais foram da ordem de 1.200, verificando-se que, em ordem decrescente, os municípios de origem declarados pelos chefes de família foram os seguintes: Pôrto Real do Colégio (Alagoas); Nova Cruz (Rio Grande do Norte); Maceió (Alagoas); Campina Grande e João Pessoa (Paraíba); Garanhuns, Arcoverde e Caruaru (Pernambuco), parecendo que o deslocamento das famílias se teria processado através dêsses centros menores que teriam sido etapas no seu deslocamento para o Recife, funcionando como centro principal de convergência.

De 1949 dispõe-se, também, de algumas indicações sôbre o transporte de famílias desajustadas, no Recife, para os seus municípios de origem; fornecidos, naquele ano, passagens ferroviárias a 360 famílias que se destinaram, mais freqüentemente, a Caranhuns, Arcoverde, Caruaru, Pesqueira, Catende, Belo Jardim, Sertânia e Palmares, em Pernambuco; e a Itabaiana (Paraíba).

O exame dos dados da tabela anterior revela uma situação mais favorável dos atuais mocambos em relação aos recenseados 20 anos atrás, no tocante, por exemplo, ao material empregado na coberta das referidas habitações, a telha tendo substituído a palha e o zinco; e ao piso, com a maior predominância do cimento e do tijolo sôbre a terra batida.

No tocante ao regime de ocupação a maioria dos mocambos de propriedade dos moradores foi substituída pela maior percentagem atual dos mocambos alugados, o que representa, salvo as restrições impostas pela amostra, uma situação econômica inferior ou se explica pelo próprio critério de inscrição que rebaixa, para contagem de pontos, a posição do candidato que declara possuir casa própria.

Os mocambos tornaram-se com maior número de quartos e verificou-se uma pequena melhoria no tocante às condições do destino dado aos dejetos.

Os dados fixam as características gerais dos atuais moradores de mocambos, candidatos a casas populares, o que constitui, evidentemente, uma seleção dentro do universo, justamente o grupo que, pelos seus recursos, se capacita de poder candidatar-se a uma casa melhor.

O número médio de ocupantes de mocambos foi de 11,0 pessoas, o que, em face das reduzidas áreas ocupadas pelos mocambos, bem revela a promiscuidade da vida nessas habitações inferiores.

Nas famílias pesquisadas, a responsabilidade econômica pelos encargos domésticos era assumida pelo pai (86,6%) e, também, pela mãe (13,4%), e, ainda pelos filhos (42,2%); e por agregados (2,1%).

O problema da casa popular no Recife permanece vivo, sendo observados os elevados dos aluguéis está na dependência das áreas de localização — áreas urbana ou suburbana, ruas de acesso garantido ao local de trabalho — observando-se preços aqui citados como exemplos: para casas de 2 e 3 quartos, os preços de aluguel variando de Cr$ 1.000 a Cr$ 2.000 (para os chamados mocambos melhorados) e de Cr$ 1.500 a Cr$ 3.000 (para as casas de taipa).

Muitos divulgados e, até, explorados, flagrantes fotográficos de mocambos de área urbana do Recife já fixaram, definitivamente, as condições subhumanas em que vive grande parte da população recifense; lado a lado, muitas vêzes, com novos edifícios de apartamentos.

Não se dispõem de dados fidedignos em relação aos efetivos prediais e domiciliares do Recife, a não ser os dados censitários. Com base nestes recenseamentos é que podemos estimar os prédios e domicílios existentes no Recife, hoje, para uma idéia da concentração predial e domiciliar da área recifense.

Em 1950 foram recenseados, no Recife, 104.800 domicílios, dos quais 30.300 (21,7%) dotados de instalação d'água encanada; 53.000 (37,9%) de iluminação elétrica; e 56.400 (40,4%) possuindo instalações sanitárias de qualquer natureza.

Estimada a população do Recife, para 1958, em 733.900 habitantes, admitindo-se a mesma densidade domiciliar verificada para 1950, poder-se-ia estimar possuir o Recife cêrca de.... 145.000 domicílios, efetivos não muito distante do número de prédios.

Pode-se estimar possuir, hoje, o Recife 160.000 prédios, dos quais se guardadas as mesmas proporções verificadas há 20 anos atrás, cêrca de 90.000 são mocambos ou casas em más condições de habitabilidade.

A Campanha de Erradicação da Malária, órgão do DNRu, recenseando as habitações recifenses localizadas em áreas malarígenas, encontrou os efetivos de 83.895 prédios, distribuídos em dois tipos: A (Casa em bom estado, com paredes de alvenaria, taipa ou madeira, mas pintadas e de bom acabamento) e B (Casas em mau estado, sem pintura e de mau acabamento):

Tipo A	16.146
Tipo B	67.749
Total	83.895

Assim, praticamente, 50% da área domiciliar do Recife se localizam dentro da área malarígena, o que, evidentemente, constitui uma situação desfavorável às condições de saúde do Recife.

Examinando-se os movimentos das construções civis verifica-se que o seu desenvolvimento não tem seguido o ritmo crescente da cidade, pelo menos no tocante às construções licenciadas devidamente pela Prefeitura e dentro dos limites alcançados pela fiscalização municipal; mais uma prova do excesso de construções nas áreas marginais, aglomerando as populações menos favorecidas nos morros e nas zonas do mangue.

Há evidentemente uma desproporção muito grande entre o número de novas construções e o aumento da população; se não houve aumento de casas em condições, deve ter havido aumento dos mocambos — o que vem confirmar o que se esperava.

Agravou-se, no último qüinqüênio, a crise da falta de habitação, devido, em outros motivos, ao aumento dos preços dos materiais de construção, aos reajustamentos salariais e, talvez, mais do que isso é estabilização legal dos aluguéis e à aplicação de reservas em outros investimentos que se foram tornando mais reprodutivos.

Largas áreas do Recife as ressentem da falta dos componentes do meio habitacional, o que é agravado pela excessiva concentração urbana, hoje no Recife superior a 5.300 habitantes por quilômetro quadrado.

Se as considerar a densidade líquida — isto é levando em conta as áreas efetivamente ocupadas — então aquêle valor seria muito mais alto.

Essa concentração excessiva se reflete, negativamente, na formação de bons hábitos, na educação dos filhos, no exercício de atividades econômicamente produtivas; daí ser larga a margem de pessoas que no Recife não apresentam sequer as condições físicas — para não falar em condições sócio-econômicas — para um trabalho realmente capaz de lhes proporcionar os meios indispensáveis a uma vida com um mínimo de decência. ■

A.C.G.

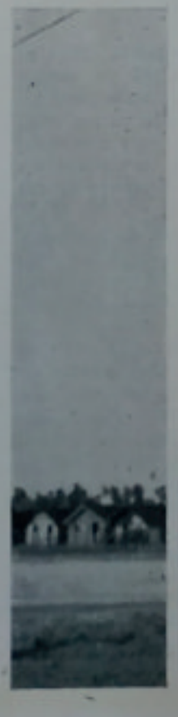


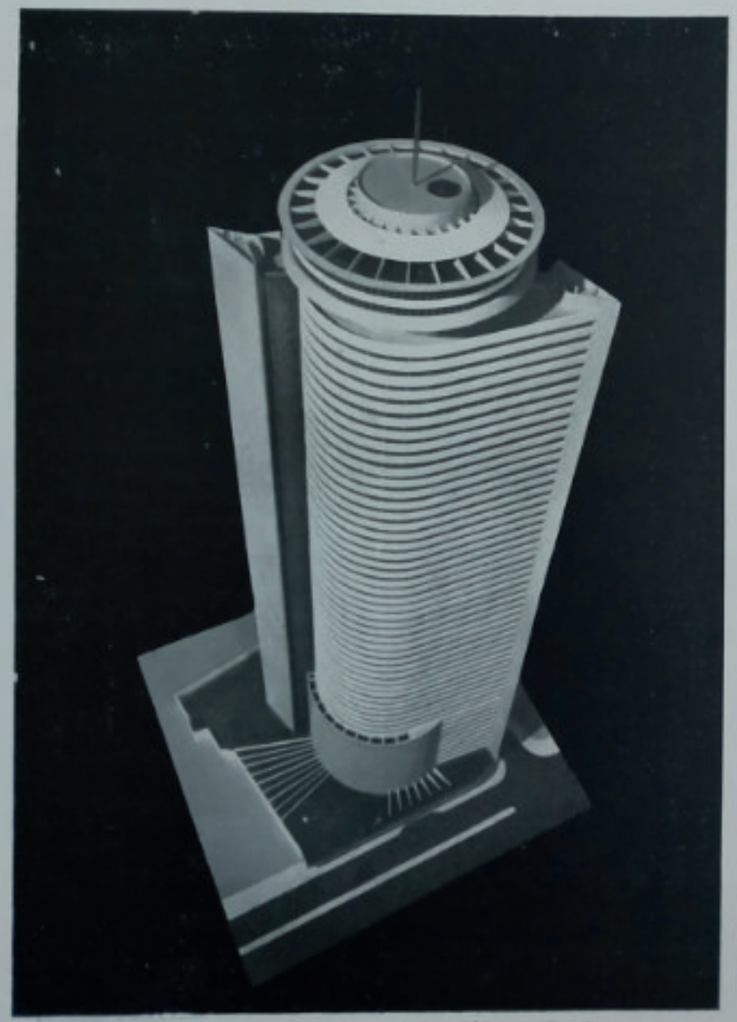
Foto: José Medeiros — Imagu



Edifício Monumental Peugeot

CONCURSO

anteprojeto n.º 3



A arquitetura brasileira conquistou em fins de março-1962, uma vitória das mais significativas no panorama mundial — o 1.º Prêmio e uma menção honrosa no Concurso Internacional de Anteprojetos para o Edifício Peugeot em Buenos Aires.

Este fato por demais auspicioso para nós, não recebeu na época um registro merecido na Revista do IAB-GB, devido a difícil etapa em que nos encontrávamos. Agora que as dificuldades estão sendo superadas, e apesar do tempo passado, não podíamos deixar de documentar êste feito notável.

O Concurso

O Edifício Monumental Peugeot será resultado de um empreendimento da Firma Peugeot com financiamento da "Foreign Building And Investiment Company" e terá como característica fundamental a de tornar-se o Edifício mais alto da América do Sul.

Para obtenção do projeto realizou-se um Concurso Internacional de Proporções gigantescas. 886 equipes de 55 diferentes países confirmaram suas inscrições.

Na sua elaboração e organização a "Foreign Building" contou com o assessoramento do arquiteto argentino Federico A. Ugarte, e para julgá-lo nomeou um júri integrado por personalidades da arquitetura mundial. O arquiteto americano Marcel Breuer e o brasileiro Affonso E. Reidy representaram a União Internacional de Arquitetos; o francês Eugene Baudoin e os argentinos Martin Noel e Albert Prebish à Federação Argentina das Sociedades de Arquitetos; e o arquiteto Francisco Garcia Vasquez, à Sociedade Central de Arquitetos.

Após um mês de trabalho, a Comissão Julgadora apresentou seu veredicto sôbre os 233 trabalhos apresentados. Duas equipes brasileiras se incluiam entre os premiados. Uma, conquistando o primeiro prêmio (cinco milhões de pesos argentinos), com a garantia de ver seu trabalho desenvolvido e construído, composta de três arquitetos de São Paulo — Plínio Croce, Roberto C. Aflalo e Gian Carlo Gasperini — e um arquiteto argentino, Eduardo P. Suarez. A outra, reunindo os arquitetos cariocas Marcos Konder Netto e Ulisses Burlamaqui, recebeu uma menção honrosa. Segue-se o resultado da premiação.

1.º Prêmio: 5.000.000 pesos — anteprojeto n.º 182

Equipe brasileira

Arquitetos:

Roberto C. Aflalo
Plínio Croce
Gian Carlo Gasperini
Eduardo P. Suarez

2.º Prêmio: 2.250.000 pesos — anteprojeto n.º 142

Arquitetos franceses:

J. Boinoux
M. Folliasson

3.º Prêmio: 1.750.000 pesos — anteprojeto n.º 99

Arquitetos espanhois:

José Manuel Fernández Plaza
Julio Bravo Giralt
Pablo Pintado y Riba
Eng. Alfonso Alvarez Martinez

4.º Prêmio: 1.000.000 pesos — anteprojeto n.º 114

Arquitetos franceses:

Georges Bize
Jacques Ducolliet

5.º Prêmio: 750.000 pesos — anteprojeto n.º 46

Equipe uruguaia dos arquitetos:

Milton Pinto
Leonardo Turovlin
Enrique Besulevsky

6.º Prêmio: 500.000 pesos — anteprojeto n.º 198

Equipe peruana dos arquitetos

Carlos Arana Holder
Antenor Orrego Spelucin
Juan Torres Higueras
Luis Vásquez Pancorvo

Quatro menções honrosas

400.000 pesos para cada uma

1 — Anteprojeto n.º 25

Equipe argentina dos arquitetos

José Luiz Bacigalupo
Alfredo Luis Guidadi
Jorge Osvaldo Riopedre
Hector Ugarte
Juan Maria Cáceres Monié
Fernando Ferrero
Alicia Mabel Mainero
Eng. Isaac Danon

2 — Anteprojeto n.º 120

Equipe de Colorado, USA, dos arquitetos

Harvin Hatami
W. Lister

3 — Anteprojeto n.º 204

Equipe de Missouri, USA, dos arquitetos

Charles T. Berger
Harold J. Landrum

4 — Anteprojeto n.º 71

Equipe argentina dos arquitetos

Carlos F. Lange
Luiz A. Rébora

Outras menções honrosas

sem prêmio em dinheiro

1 — Anteprojeto n.º 3

Equipe brasileira de arquitetos

Marcos Konder Netto
Ulysses Burlamaqui

2 — Anteprojeto n.º 110

Equipe inglesa

Arq. Eduardo Ferrazas de la Peña (mexicano)
Arq. Ahmed E. Oral (inglês)
Willian Jack (inglês)

3 — Anteprojeto n.º 113

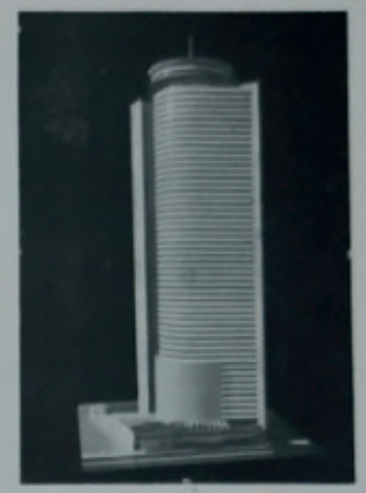
Arquiteto italiano

Maurizio Sacripanti

Parecer do Juri

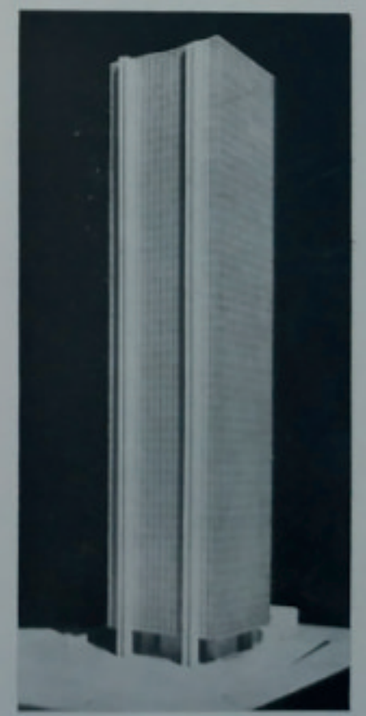
Primeiro prêmio: Anteprojeto n.º 182

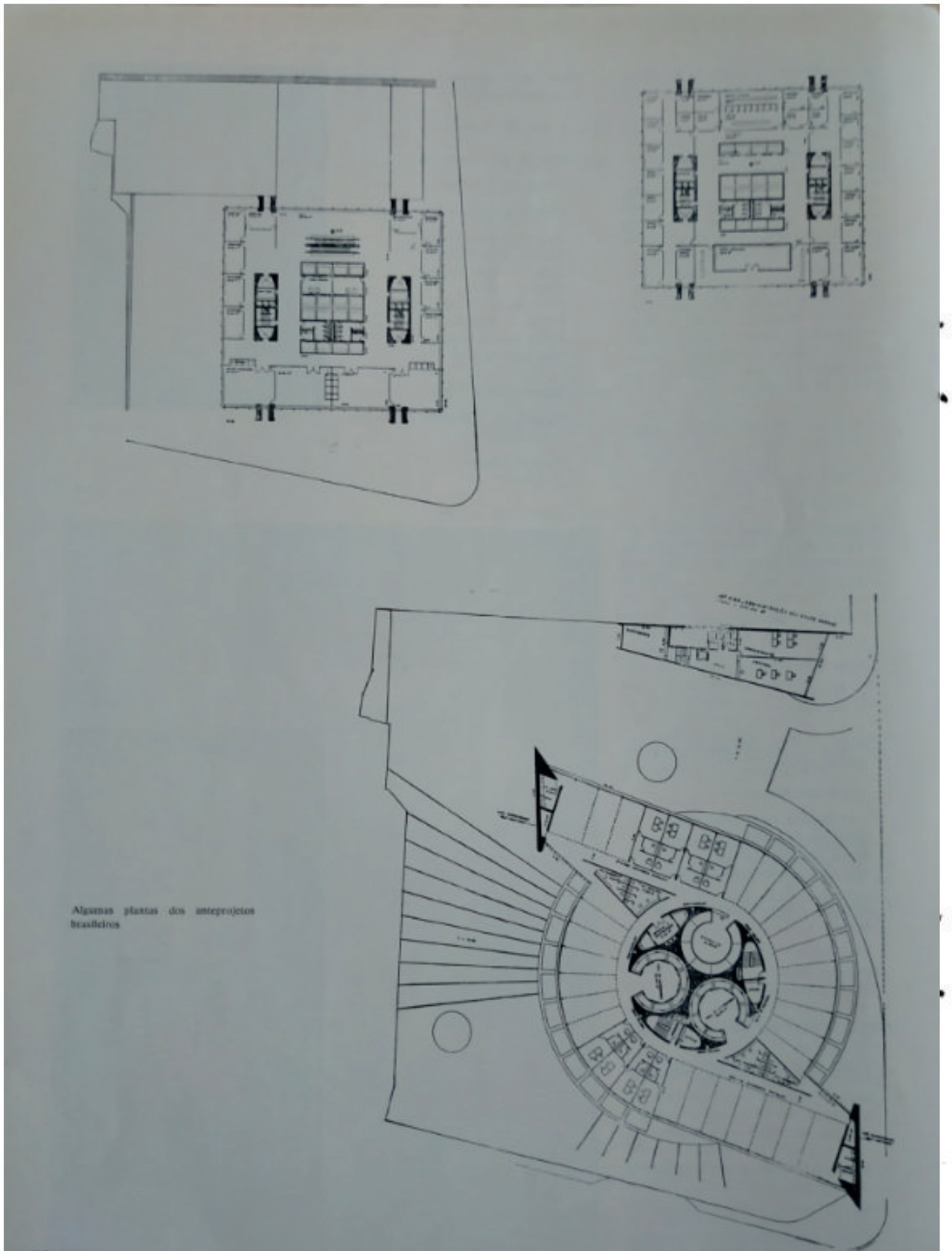
"O projeto se adapta perfeitamente a expressão arquitetural de Buenos Aires, integrando-se à paisagem urbana



anteprojeto n.º 3

anteprojeto n.º 182





Algumas plantas dos anteprojetos brasileiros

graças a seu volume equilibrado, simples, e claramente expresso. Esta simplicidade trará uma nota de ordem ao complexo urbano a que êle se integrará.

O sistema de circulação de veículos se adapta, perfeitamente, a realidade local e responde as exigências que êste problema apresenta. O conjunto se distingue por um singular poder de síntese transformando um programa complexo em outro de aparência simples, expresso numa linguagem nobre, coerente, sem muita pesquisa.

A estrutura é bem estudada, clara, lógica e simples, integrando-se perfeitamente a cada parte do edifício. Ela é engenhosa e evita a multiplicidade de elementos suportes no interior, concentrando os esforços em seis pontos, bem distribuidos nas fundações.

Os elementos estruturais permitem obter o máximo de aproveitamento para as instalações mecânicas, a serem colocadas nos andares intermediários com um mínimo de perfurações.

As instalações estão bem estudadas e de acôrdo com a estrutura. Se bem que a solução proposta para o ar condicionado, que ocupa uma zona ao longo das janelas (superfície envidraçada do térreo à cobertura), represente a perda de uma faixa perimetral.

É necessário, portanto, assinalar que o projeto poderá ser melhorado, se tomarmos em consideração uma solução arquitetônica que favoreça a proteção dos efeitos solares tendo em conta as diversas orientações. O juri aceita as diversas reduções que o autor propos para os elementos do conjunto, pois estão de acôrdo com a solução proposta e com a idéia de liberdade, sôbre a qual baseia-se o regulamento do concurso. O edifício é bem delimitado e seu funcionamento é lógico, embora fôsse preferível concentrar nos pavimentos superiores, os espaços reservados à moradia, separando-os totalmente dos pavimentos destinados a escritórios.

Os acessos para pedestres estão bem concebidos, abrem-se fàcilmente para ruas largas, permitindo integrar perfeitamente o edifício com as artérias que o envolvem.

A superfície destinada a escritórios é ampla, representando 50% da área total.

A sugestão de equipar a garagem com elementos mecânicos adequados, foi aceita, embora seja necessário reconsiderar esta solução, para atender a economia e maior facilidade de evacuação apresentada por soluções baseadas em vias normais.

O que caracteriza êste projeto é a seriedade com que foi estudado, visível em tôda a apresentação".

Características principais do anteprojeto n.º 182, apresentadas em seu memorial descritivo

A obra projetada se compõe fundamentalmente de três elementos: uma tôrre, uma esplanada e um bloco baixo.

A tôrre é um elemento monolítico que se destaca da composição erguendo-se à maneira de um símbolo da técnica moderna.

A esplanada é um elemento de ligação que funciona como plataforma de distribuição do tráfego horizontal e vertical. Como conceito é o elemento básico para a compreensão da obra projetada.

O bloco baixo, situado atrás da esplanada, é uma conseqüência da topografia do terreno e complementa a composição geral, harmonizando o conjunto das construções vizinhas, sendo uma seqüência lógica e natural.

Todos os serviços gerais do edifício foram localizados no subsolo. Nos subsolos encontram-se também as garagens destinadas ao estacionamento de carros, resolvido com um sistema mecânico constituido por doze elevadores montados dentro de suas respectivas torres metálicas que, por sua vêz, tem um movimento de translação (sistema Bowser), os quais receberão os carros num piso de distribuição geral (segundo subsolo), afim de distribuí-los pelos seus pisos de estacionamento.

O conjunto cultural (teatros) situa-se no corpo posterior, na esplanada, com acesso direto da rua e do hall de elevadores do edifício. Foi concebido como elemento autônomo, vinculado à composição geral.

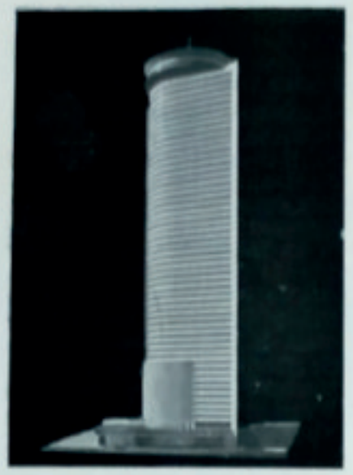
O conjunto de escritórios está totalmente localizado na tôrre, com seus serviços gerais em pisos intercalados com acesso, ao nível da esplanada. A relação entre o espaço útil (população), percurso (altura do edifício) e número de elevadores (tráfego) determinou o dimensionamento do edifício. Como conseqüência do dimensionamento do edifício. Como conseqüência do dimensionamento da tôrre, conjugado com o melhor aproveitamento da circulação vertical, alcançou-se um alto índice no aproveitamento da superfície, de ordem de 82,4%.

A superfície dos escritórios está totalmente livre de colunas internas. Dois maciços tubulares reúnem todos os centros nevrálgicos do edifício, tais como as canalizações de ar, água, eletricidade, telecomunicações, etc. Estes enormes pilares constituem os elementos de rigidez da tôrre. Quatro grupos externos de colunas duplas constituem os únicos apóios periféricos.

A estrutura é de concreto armado, cuja técnica é de execução corrente no país, oferecendo baixos custos de mão de obra e utilizando materiais de produção local. A distribuição de seis apoios permitiu criar dois vãos laterais em balanço de 6,60 metros e um único vão central de 24 metros com relativa redução na espessura das lages. Para vãos e alturas iguais uma estrutura de aço teria flexas maiores. Este princípio tem sido mundialmente comprovado em recentes construções. Alcançou-se desta maneira um elevado índice de economia em volume e pêso para a estrutura, equivalente a consumos iguais para edifícios de menor porte. O princípio de estrutura adotado confere ao edifício um elevado valor de expressividade arquitetônica.

Entretanto, sendo elementos constantes em tôda a altura do edifício, as colunas dos poços dos elevadores não constituem pontos de apoio da estruturas. Elas alcançam ùnicamente os setores para os quais estão destinadas, desaparecendo sucessivamente e deixando espaço útil para os escritórios. Da mesma forma os grupos de instalações sanitárias se deslocam, setor por setor, seguindo o movimento das etapas dos elevadores. Ao final de cada setor (12 pisos) estão localizados os pisos mecânicos, verdadeiras centrais de equipamento do edifício. Em cada piso mecânico, se encontrarão as instalações destinadas aos pisos inferiores, quais sejam: tanques de reserva de água e bombas, sub-estações de fôrça, usinas refrigeradoras centrífugas, acondicionadores, bombas e caldeiras, assim como pequenas oficinas de manutenção, e vestiários para pessoal de serviço. No alto da torre, além de um piso mecânico, está situada a central de refrigeração dos equipamentos frigoríficos, constituída por duas materias por torres refrigerantes.

As instalações sanitárias estão localizadas na parte central da torre, entre os poços dos elevadores. Cada setor conta com sistema sanitário limitado entre dois pisos mecânicos donde se encontram os equipamentos de ventilação forçada e os desvios de canalizações. Os quatro grupos de colunas da fachada estão equipados com um sistema de águas e deságuas para permitir a instalações de núcleos sanitários privativos para os escritórios de direção. A máxima flexibilidade nas instalações é permitida pela existência de grossas lages que alojam tôdo o sistema de iluminação e de "canaletas"



anteprojeto n.º 3

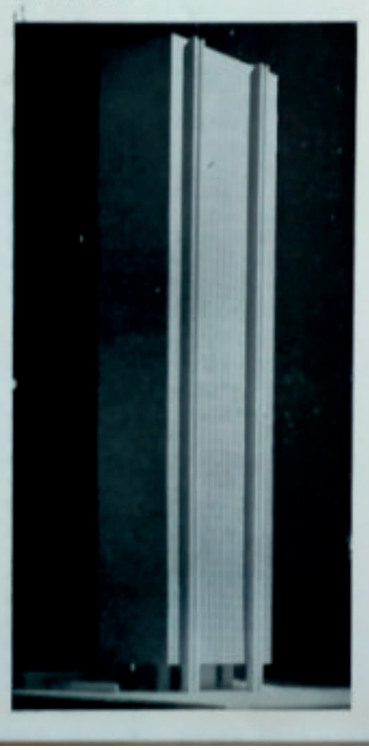
de piso para a passagem de tubulações de luz e telecomunicações.

A climatização é total para todo o edifício. Foi previsto para tal fim o mais moderno sistema de acondicionamento de ar para inverno e verão, constituído por cinto centrais térmicas servindo cinco zonas distintas: uma para os subsolos e planta baixa, localizada no último subsolo, e quatro para a tôrre nos pisos mecânicos. Na tôrre, cada central térmica atende os seguintes sistemas: um *sistema periférico* constituído por acondicionadores centrais de ar primário e unidades acondicionadoras de trocs nos ambientes, junto as janelas, providas de serpentinas secundárias de água.

Para reduzir a carga de refrigeração do edifício durante o verão, foi previsto o revestimento das fachadas com vidros duplos anti-térmicos e venezianas reguláveis entre ambas as placas dos vidros, assegurando uma perfeita redução dos agentes atmosféricos, atenuando o efeito do "brilho" externo e a claridade constante dos ambientes. Para a manutenção e limpeza das fachadas se adotará um carrinho externo automático, montado sôbre trilhos na parte alta da tôrre, com um percurso de 360º.

Os sistemas de tele-comunicações e correio interno está previsto por intermédio de condutos destinados a êste fim dentro dos 'massiços", partindo dos balcões de informações situados no hall de entrada.

anteprojeto n.º 182



Parecer do Juri

Menção honrosa — Anteprojeto n.º 3

"Trabalho que consta com engenhosa resolução para os distintos problemas apresentados nas diversas plantas, demonstrando a presença de um projetista sensível e hábil.

Todo êle se concretiza na caligrafia dos planos, onde os ambientes se integram e vinculam com fluidez e harmonia.

Em troca, a linguagem plástica com que se expressa o autor nas fachadas não representa contribuição de alto interêsse.

A estrutura não se implanta realisticamente e, igualmente, os estudos de instalações hidráulicas, ar condicionado e elétricas são um tanto esquemáticas.

A garagem está ótimamente resolvida, baseada num "spiral-way", com planos em níveis distintos; mas os serviços de lubrificação, lavagem, etc. colocados sôbre a divisória do terreno e com vinculação indireta consideramos objetáveis.

O rendimento de escritórios é alto, tendo sido obtido 54% da superfície coberta total para esta finalidade".

Características principais do anteprojeto n.º 3 apresentadas pela equipe

Ao estudarmos o Edifício Peugeot, destinado a ser o mais alto da América do Sul, com área de 140.000m2, não pudemos esquecer os objetivos comerciais do investimento, o integral respeito ao programa e às posturas municipais da cidade de Buenos Aires. Esta linha de raciocínio levou-nos à procura de um partido que, além de tècnicamente viável e funcionalmente válido, fôsse, acima de tudo, plàsticamente atraente.

A difícil solução do grupo-garagem, destinado a 1.500 veículos, foi resolvida em grande parte com uma rampa helicoidal equivalente a 12 pavimentos, inscrita num plano circular, a qual teve influência decisiva na concepção geral do projeto, induzindo expontâneamente à idéia do edifício Tôrre. Apenas nos pavimentos-tipo foram agregadas duas alas simétricas à planta circular, o que possibilitou maior rendimento de área por andar, a par de um aspecto formal para o prédio mais dinâmico e variado do que aquele gerado por um simples volume cilíndrico. Por outro lado, o volume assim obtido favoreceria bastante o problema da ação dos ventos, fator da máxima importância em edifícios de grande altura, principalmente levando-se em conta o regime de ventos em Buenos Aires, que apresenta em certos períodos do ano intensidade altíssimas.

O sistema estrutural adotado foge de efeitos gratuitos, evitando ônus desnecessários ao empreendimento, afastando-se do convencionalismo em voga. Com a transferência, através de vigas de grande secção, das cargas dos pilares metálicos das fachadas, para o muro de concreto que limita a garagem em espiral, evitou-se, nos pavimentos inferiores, os excessivos pilares de dimensões avantajadas, tão comuns em casos análogos. Preservadas *as condições locais de tráfego*, vistas da cidade, orientação solar e implantação urbanística, obtivemos o partido que nos pareceu mais adequado, tentando romper com os "chichés" habituais de um prisma envidraçado nascendo sôbre um embasamento ocupando todo o terreno. Desejávamos que o Edifício Peugeot — futuro símbolo e monumento da cidade de Buenos Aires — coerente com os aspectos funcionais e construtivos, expressasse nitidamente o espírito de nossa época.

Objeto Estético vai se tornar Utilidade

Velho sonho de arquitetos, artistas plásticos e — num âmbito mais amplo — de todos aquêles que sempre lutaram pela integração da arte na indústria acaba de se tornar realidade: o Governador Carlos Lacerda assinou decreto criando a Escola Superior de Desenho Industrial, primeiro estabelecimento do gênero em tôda a América Latina e órgão que, por suas implicações, vem atingir o núcleo do impasse, até hoje não resolvido em nosso país, entre o objeto estético, mas industrialmente inútil, e o produto estritamente funcional, isto é, divorciado de quaisquer preocupações plásticas que porventura o vinculassem a um estágio superior da criação industrial.

O QUE É O DESENHO INDUSTRIAL

"O *industrial design* é uma disciplina atual" (1) que, embora intimamente ligada aos problemas da arquitetura contemporânea, tem sido, no Brasil, quase sempre esquecida pelas Faculdades de Arquitetura, inconscientes das incalculáveis possibilidades que entre nós, país em desenvolvimento industrial vertiginoso, representa êste novo e ainda inexplorado campo de atividade.

Para que se compreenda como evoluiu o desenho industrial, necessário é que se proceda a uma retrospectiva histórica, cujo ponto de partida é a revolução industrial que, em meados do século XIX, investiu contra os valores estéticos vigentes, então representados, no setor dos objetos de uso, pelo "artesanato rebuscado que recobria as formas de uma decoração parasitária. A separação de arte e artesanato, promovida pelo individualismo burguês, encaminhava o "artista" para o solipsismo e o artesão para o decorativismo espúrio. A indústria, tornando possível a produção em série das formas copiadas do artesanato, tirava-lhe o valor "estético" que repousava, de fato, na raridade dos exemplares, no tempo de trabalho gasto." (2)

E assim nasce o conflito entre arte e artesanato. Seu primeiro sintoma é o movimento *Arts and Crafts*, onde Ruskin toma a defesa do trabalho artesanal contra o que considerava um verdadeiro assalto à beleza. Na Holanda, um dos componentes do grupo *De Stijl*, Van de Velde, vai mais longe, afirmando que "não se tratava de submeter a indústria às formas ditas estéticas do artesanato, e sim de buscar nos próprios meios específicos da produção industrial sua linguagem formal específica." (3)

A crise se estende então ao campo das artes de expressão individual — pintura e escultura — e Mondrian, em lance semelhante ao de Van de Velde, "propõe uma arte não-individualista e cujo objetivo final seria a reintegração da pintura e da escultura na arquitetura, na cidade, na vida cotidiana." (4)

Todo êsse caldeamento encontra enfim seu ponto de fusão, quando Walter Gropius lança, em 1919, na cidade de Weimar, os fundamentos da *Bahaus*, colocando assim, pela primeira vez, o problema em têrmos práticos.

A *Bahaus*, que surge da união de uma escola de artes e ofícios com uma escola de belas artes, procurará novamente reunir arte e artesanato. Todo o seu programa de ensino seguirá essa orientação. Para Gropius, as escolas de belas artes não tinham mais sentido após o advento da indústria, pois "ensinando estilos mortos, terminava por gerar párias ou gênios; como os gênios são raros, o grosso da produção dessas escolas é de párias mesmo. São jovens que aprendem coisas inúteis, no afã de se tornarem artistas, enquanto poderiam ser de grande utilidade como desenhistas de objetos de uso, atividade que requer talento mas que dispensa a excepcionalidade do gênio ..." (5)

As formulações revolucionárias da *Bahaus*, em meio à burguesia alemã, alemã do primeiro após guerra, despertou a atenção dos conservadores provocando seu fechamento e sua posterior transferência para a cidade industrial de Dessau, onde as novas concepções de arte e sociedade de Gropius encontraram melhor acolhida. Em 1933, o nazismo fecha a segunda *Bahaus* e seus membros se dispersam.

O roteiro traçado por Gropius teve em Max Bill, que estudara na *Bahaus*, seu maior seguidor. Bill, entretanto, modifica algumas das concepções do mestre e faz ressurgir o individualismo no seio do desenho industrial. Assim é que "enquanto Gropius defendia a função como o elemento básico da forma, Fill, sem negar êsse princi-



pio, afirmava a beleza como outra função" (6), pois experiência anterior demonstrara que "a indústria só se interessa pela *boa forma* como meio de afirmação no mercado e está sempre pronta a adotar qualquer *má forma*, desde que isso interêsse do ponto de vista econômico". (7)

Max Bill não foi apenas o grande escultor que todos conhecem, mas também o responsável pela fundação da Escola Superior da Forma, em Ulm, um dos maiores focos de irradiação do *industrial design*. Quando de sua visita ao Brasil, por ocasião da I Bienal de São Paulo — em que foi, aliás, premiado —, Bill, com suas esculturas e conferências sôbre as possibilidades da integração da arte na indústria, despertou entre nós o interêsse pela arte concreta e as preocupações com o desenho industrial. Tal interêsse, porém, não foi suficiente para que se formassem no Brasil, senão com raras exceções (como é o caso isolado do pintor Almir Mavignier, hoje um dos melhores *industrial designers* de Ulm), desenhistas que pudessem realmente contribuir para a criação de formas industriais, de fato integradas num eventual contexto estético.

A Escola Superior de Desenho Industrial, ora criada na Guanabara, tentará suprir tal deficiência, corrigindo o marginalismo dessa atividade entre nós, evitando que continuemos, como hoje acontece, a pagar "royalties" de patentes de formas importadas e fazendo com que objetos de uso, estèticamente belos, não se tornem, como há anos sucede, usufruto exclusivo de uma minoria privilegiada.

DOCUMENTO E CURRICULO

O ato de assinatura do documento que criou a Escola Superior de Desenho Industrial teve lugar no Salão Nobre do Palácio Guanabara, no dia 5 de novembro de 1962. A êle compareceram, além do Governador do Estado, o Secretário de Educação, Professor Flexa Ribeiro, e outras personalidades ligadas ao ensino da Arquitetura e às artes plásticas em geral. Em seu discurso, o sr. Carlos Lacerda ressaltou a importância do acontecimento, dizendo que "a Escola Superior de Desenho Industrial, além de formar quadros para a utilização devida dos materiais e para a educação do gôsto e do uso funcional de uma civilização industrial nascentes, visa também uma alta tarefa, esta sim profundamente nacionalista, a de imprimir ao povo brasileiro, através dos produtos industriais que consome, uma forma que lhe seja própria, ao mesmo tempo funcional e de sentido estético profundo, pois a obra de arte, sabe-o bem o homem moderno, não se mede apenas pelos quadros que êle prega na parede, ou pelas esculturas que coloca nas praças, mas por tudo que usa, desde a navalha de barba até a gravata que põe em tôrno do pescoço".

Por sua vez, o sr. Flexa Ribeiro anunciou a formação de um grupo de trabalho, composto pelos srs. Maurício Roberto, presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil — Departamento da Guanabara; Wlademir Alves de Souza, professor da Faculdade Nacional de Arquitetura; Lamartine Oberg, diretor do Instituto de Belas Artes; e arquiteto Sérgio Bernardes, encarregado de estatuir as normas, regulamentos e finalidades da mais jovem escola superior do Estado. Além disso, em determinado momento, foi possível ao Govêrno do Estado em colaboração com o Ministério das Relações Exteriores, fazer vir ao Brasil o diretor de um dos melhores centros de *industrial design*, dos Estados Unidos da América do Norte, o professor Joseph Carrero, diretor da Escola de Desenho Industrial do Museu de Arte de Filadélfia. Há ainda a possibilidade de trazer ao Brasil, no começo do próximo ano, o professor Robin Daven, diretor do Royal College of Art, da Inglaterra.

O currículo, já aprovado, da Escola Superior de Desenho Industrial tomou por base o curso da Escola de Desenho Industrial do Museu de Arte de Filadélfia, incluindo, em seus quatro anos de duração, disciplinas como Teoria da Percepção, Artes Gráficas, Pintura, Forma e Estrutura, Anatomia, Psicologia, Matemática, Sociologia, Técnicas Visuais, Economia, Desenho Industrial, Fotografia, etc., num total de 28 horas semanais de aula para cada série. ■



Obs. — (1) a (7) Ferreira Gullar, "Situação do Desenho Industrial", em Movimento, n.º 7, de novembro de 1962, págs. 31/32.

Emblema Varig

Emblema de Alexandre Wollner (1.º prêmio)



O Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento da Guanabara promoveu recentemente um concurso aberto à arquitetos, artistas plásticos e desenhistas industriais para a atualização do emblema da VARIG — Viação Aérea Sul Riograndense.

Chegaram ao IAB-GB, trabalhos de tôdas as regiões do Brasil.

Dos oitocentos desenhos recebidos atestam a ampla repercussão do Concurso, e a receptividade dos artistas brasileiros aos problemas da comunicação visual.

ATA DO JULGAMENTO

Aos treze dias do mês de agôsto de mil novecentos e sessenta e dois, às treze horas, na sede do Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento da Guanabara, reuniu-se a Comissão Julgadora do Concurso para o Emblema da VARIG, estando presente os Senhores Henrique de Souza Costa (representante da VARIG), Noel Saldanha Marinho (representante do IAB-GB), Ivan Ferreira Serpa (representante do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro), Caio Aurélio Domingues (representante da Associa-Brasileira de Propaganda) e Flávio D'Aquino (representante da Associação Brasileira de Críticos de Arte).

A dita Comissão, após examinar os setecentos e setenta e sete trabalhos, concedeu os seguintes prêmios:

1.º Prêmio — Passagem de ida e volta do Brasil a Nova Iorque, com ajuda de custa de US$ 100, ao concorrente sob o pseudônimo de "SIGNO";

2.º Prêmio — Passagem de ida e volta do Brasil a Buenos Aires, ao concorrente sob o pseudônimo de "QUINCAS BORBA".

Decidiu ainda a Comissão conferir uma "Menção Honrosa" ao concorrente sob o pseudônimo de "IUCAS".

Procedida a identificação dos vencedores, constatou-se que haviam sido contemplados:

1.º Prêmio — "SIGNO" Sr. Alexandre Wollner.

2.º Prêmio — "QUINCAS BORBA" Sr. Aloisio Magalhães.

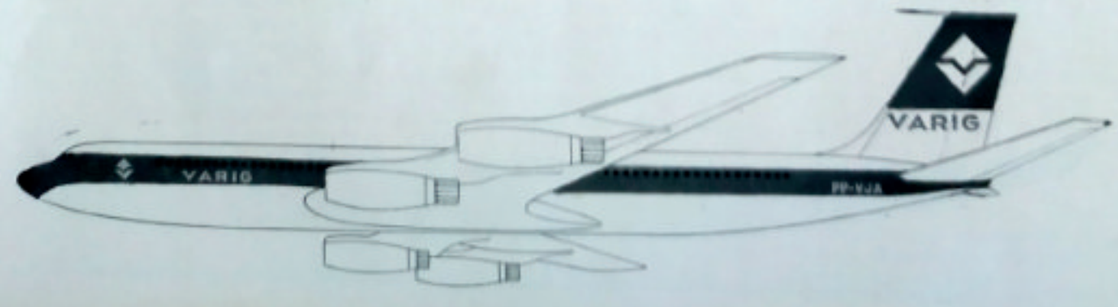
Menção Honrosa "IUCAS" Sr. Luiz F. de Noronha e Silva.

Não tendo atingido as condições mínimas previstas do EDITAL, não foram conferidos os prêmios que tinham por tema a figura de Ícaro.

Nada mais havendo a deliberar, foi encerrado o julgamento, tendo sido lavrada a presente Ata, devidamente assinada pelos membros do Júri.

Rio de Janeiro, 13 de agôsto de 1962.

ass.) *Henrique de Souza Costa*
Noel Saldanha Marinho
Ivan Ferreira Serpa
Caio A. Domingues
Flávio D'Aquino



Emblema de Aloisio Magalhães (2.º prêmio)



MEMÓRIA JUSTIFICATIVA DE ALOISIO MAGALHÃES

O desenvolvimento dos estudos de Comunicação Visual e as suas aplicações práticas em tôdas as relações entre uma emprêsa e o seu mercado, levou a reconsideração do conceito de símbolos e emblemas.

O antigo modo de encarar o problema colocava-o mais perto da idéia de amuletos que propriamente de marcas de fábrica. Êsse conceito foi substituído pelo o de "imagem corporativa", ou antes, pela idéia de um sistema que englobando todos os aspectos da emprêsa crie para ela uma personalidade própria e definida.

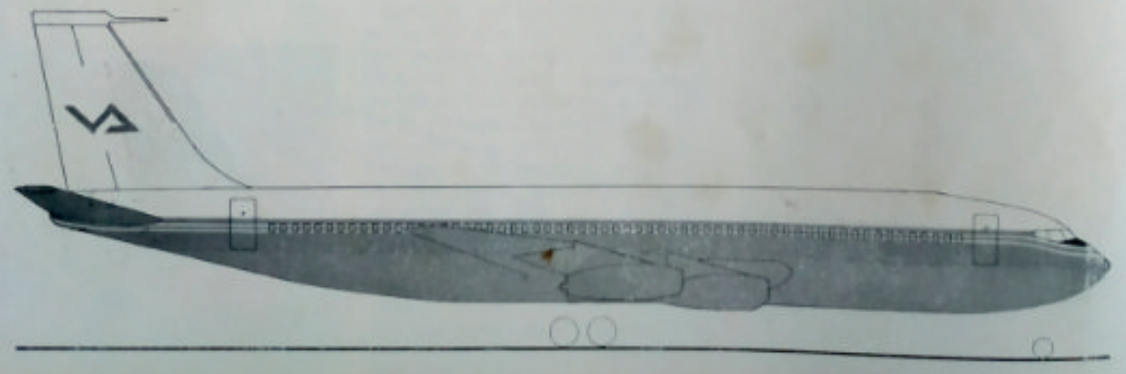
Agora o símbolo surge, não como uma solução isolada — uma inspiração momentânea que, boa ou má, nasce desligada do contexto que a justifique — mas como o resultado de um estudo sistemático do qual êle, o símbolo, é a síntese. Enfim, o símbolo não é um distintivo, mas uma informação concentrada, a mais rápida e sintética de tôdas as informações.

Nos parece extremamente perigoso colocar um problema de tal importância na base de "Uma idéia + Um desenho = Uma viagem a Nova Iorque" ou de "Encontre um nôvo emblema para a Varig". Esse trabalho deveria ser executado por uma equipe de técnicos e não por amadores mais ou menos inspirados.

Poderíamos citar como exemplos de trabalhos dessa envergadura o magnífico estudo de Edward Larrabee Barnes Associates e Charles Forberg para a Pan American World Airways, ou o trabalho de Rudolf Bircher para a Swissair. Entretanto, já que a idéia de concurso era fundamental, que se fizesse um com o espírito do Concurso para o Símbolo da Exposição Nacional Suiça (1964). Ora, dito isto, o natural seria que nos abstivéssemos de participar do concurso. Contudo, o problema de um símbolo para a Varig é de tal maneira sedutor, que ainda contrariando as nossas convicções profissionais, decidimos dêle participar.

O trabalho ora apresentado tem tôdas as deficiências das limitações impostas pelo regulamento do concurso: é um trabalho individual, quando deveria ser o resultado do estudo de uma equipe de profissionais.

Ele é apenas o partido que deveria ser exaustivamente estudado até encontrar-se o desenho definitivo. Nasceu da observação do logotipo usado pela Varig. Notamos que a palavra não forma um todo, que fragmenta-se em duas formas que lhe tiram a unidade: VA e RIG. O paralelogramo formado pelas hastes do V e do A é de tal maneira evidente que elegemo-lo como partido. Assim a nova marca não nasce desamparada, a sua fixação junto ao público é muito mais fácil e econômica, e criamos um nôvo interêsse para o logotipo VARIG, transformando uma deficiência em atração. Além desta vantagem inicial, o desenho encontrado presta-se a uma série de utilizações e apelos extremamente adequados a uma companhia de aviação. A marca não se limita a ser um sinal de identificação, passa a ser um apêlo, um imperativo: VA pela VARIG, VA VARIG. O desenho atende igualmente às exigências feitas a uma boa marca: fácil reconhecimento, estrutura simples e clara, capacidade de inversão, de ampliação e redução ao máximo sem se deformar, resistência a desfoques e condições adversas de visibilidade, sem perder o seu poder de identificação. ■



Inquérito Nacional de Arquitetura - 7

Publicado originalmente no Jornal do Brasil

OSCAR NIEMEYER SOARES FILHO

Nasceu no Rio de Janeiro a 15 de dezembro de 1907 e formou-se na ENBA em 1934. Em 1937 foi construída sua primeira importante obra, o edifício da Obra do Berço, na Lagoa Rodrigo de Freitas Rio; Projetou juntamente com Lúcio Costa o pavilhão brasileiro da Feira Internacional de Nova Iorque — 1939, quando recebeu o título de cidadão honorário de Nova Iorque. Fêz parte da equipe que projetou o Ministério da Educação, hoje Palácio da Cultura, Rio, e em 1947, a convite da ONU, tomou parte na comissão que elaborou os planos da sede daquela entidade internacional. Estêve em Moscou realizando uma série de palestras e tem recebido do mundo inteiro convites para realizar projetos, conferências e trabalhos importantes. Sua obra é bem vasta e, além dos trabalhos já citados, podemos destacar — Hotel de Ouro Prêto — 1940; Conjunto da Pampulha, Minas — 1942; Teatro Municipal de Belo Horizonte, Minas — 1943; Edifício do Banco Boavista, Rio — 1946; Instituto Técnico da Aeronáutica, São José dos Campos, São Paulo — 1947; Conjunto Governador Kubitschek, Belo Horizonte, Minas — 1951; Hospital Sul América, da Fundação Laragotti, Rio — 1952; Residência do arquiteto, Rio — 1953; Projeto para o Museu de Arte Moderna de Caracas, Venezuela — 1955; Conjunto do Ibirapuera para a Exposição do IV Centenário de São Paulo — 1951; Escola Secundária de Belo Horizonte, Minas — 1954; Conjunto industrial Carlos de Brito, São Paulo — 1950; e finalmente o conjunto de obras públicas da nova Capital Federal, Brasília — 1957-1960.

SERGIO WLADIMIR BERNARDES, RIO

Nasceu a 9 de abril de 1919, no Rio de Janeiro. Estudou na Faculdade Nacional de Arquitetura — UB, e ainda, quando estudante, já possuía projetos construídos. Recebeu o Grande Prêmio de Arquitetura da Trienal de Veneza, com a residência Hélio Cabal, na Av. Visconde de Albuquerque, Rio; o Prêmio Internacional da 1.ª Bienal de São Paulo com a residência D. Maria Carlota Macêdo Soares, Fazenda Samambaia, Petrópolis — 1953; 1.º prêmio no Concurso para o Edifício do Senado Federal no Rio — 1955; 1.º prêmio no concurso para a Igreja São Domingos, São Paulo — 1952; Estrêla de Ouro na Feira Internacional de Bruxelas pelo Pavilhão do Brasil. Outros trabalhos importantes — Pavilhão da Cia. Siderúrgica Nacional na Exp. do IV Centenário de São Paulo — 1953; Fábrica Coca-Cola, Rio; Autódromo de Adrianópolis; Pouso Fernão Dias; Country Club de Petrópolis; Pavilhão da Exposição Internacional de Indústria e Comércio do Rio de Janeiro — 1959; Projeto para o Aeropôrto de Brasília — 1960; Residência de campo Paulo Sampaio, Petrópolis — 1953; Residência Cincinato Cajado Braga, São Paulo; Residência de campo Carlos Lacerda; Residência Alberto Ortemblad: Conjunto de apartamentos na Av. Niemyer; Residência do arquiteto (em construção), também na Av. Niemeyer.

SILVIO DE VASCONCELOS

Nasceu em Belo Horizonte, no ano de 1916. Cursou a Escola de Arquitetura daquela Capital, diplomando-se em 1944. Nesta mesma Escola estudou Urbanismo, e ocupa, hoje, a cátedra de Arquitetura no Brasil. É chefe do distrito da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), em Minas Gerais. Além de uma série de trabalhos realizados em Minas Gerais, possui publicados alguns livros e vários artigos, tais como Arquitetura no Brasil — Sistemas Construtivos — Pintura Mineira e Outros Assuntos, A Evolução do Espaço Arquitetônico.

ARQUITETURA, encerra neste número a publicação do Inquérito Nacional de Arquitetura publicado originalmente no Suplemento Dominical do Jornal do Brasil, no início de 1961.

O INA, imaginado e organizado pelo arquiteto Alfredo Britto, tinha por objetivo "fazer um levantamento do pensamento dos arquitetos brasileiros sôbre a situação de nossa arquitetura hoje, de suas relações com o contexto sócio-econômico do país, seus problemas, definições e perspectivas face à arquitetura contemporânea".

Um critério orientou a escolha dos arquitetos participantes do INA: Reidy, Warchavchick, Mindlin, Artigas, Lucio Costa. MMM Roberto, Niemeyer, Rino Levi, Sergio Bernardes e Silvio Vasconcelos foram convidados pela atuação marcante na "implantação de uma arquitetura viva e atual em nosso país e, até hoje, serem os vanguardeiros neste setor de nossa cultura.

Borsoi, Morales, Fayet, Demetrio Ribeiro, Graeff, Flavio Marinho Rego, João Henrique, José Claudio Gomes, Fragelli e Marcos Konder, representando o grupo de arquitetos jovens que "buscam novas posições frente ao pensamento arquitetônico brasileiro".

Dos convidados, apenas Artigas e Rino Levi, alegando absoluta falta de tempo, não responderam as questões formuladas.

Apesar da contribuição dada ao complexo cultural do país a arquitetura brasileira não mereceu, até hoje, da parte dos nossos intelectuais a atenção que dever-se-ia esperar. Fora alguns pronunciamentos laudatórios e fáceis, calcados muito mais no efeito que esta mesma arquitetura provocou no exterior, nada, ou quasi nada, tem sido escrito no Brasil sôbre a arte de projetar e o seu produto.

O INA foi uma tentativa de minorar êste vazio. O seu objetivo principal era trazer ao grande público o debate das questões arquitetônicas e dentre estas as que mais intimamente se relacionavam com o processo brasileiro de desenvolvimento.

O silêncio da intelectualidade do país sôbre a arquitetura levou os arquitetos a tentarem a crítica da própria obra. É certo que êles não são os mais indicados para o exercício desta tarefa. A sua opinião crítica, por estar muito ligada ao ato de fazer, reflete marcadamente sua concepção arquitetônica o que dá a êstes pronunciamentos um tom muito mais doutrinário do que propriamente analítico.

Estamos certos, entretanto, de que os depoimentos colhidos pelo INA muito contribuirão para o estudo desta fase da evolução de nossa arquitetura, fato que o justifica e recomenda plenamente.

A par de sua expressão formal, teve a arquitetura contemporânea brasileira um desenvolvimento equivalente nas investigações arquitetônicas — soluções funcionais, estruturais e construtivas?

ON A arquitetura brasileira evoluiu em função do progresso técnico, social e material do nosso País. Sua forma plástica decorre dêsses fatôres e, principalmente, da utilização do concreto armado, — que lhe permite e sugere as maiores possibilidades.

SWB Analisando as componentes arquitetônicos, soluções funcionais, estruturais e construtivas, podemos avaliar a complexidade e as sutilezas que envolvem um planejamento arquitetônico.

O que vem a ser soluções funcionais?

A coordenação de progresso em todos os sentidos, para uma determinada época, para uma determinada região, para um determinado povo.

Uma solução funcional depende de análise de uma série de fatôres como sejam: pesquisa de programa, pesquisa econômica, planejamento arquitetônico, análise dos sistemas construtivos, coordenação do planejamento em todos os setores.

As soluções estruturais por sua vez dependem da pesquisa do sistema estrutural quanto a utilização do material adequado a cada caso, se concreto, ferro, madeira, pedra, tijolo; se pré-fabricada ou não e da interligação ao meio ambiente ao planejamento arquitetônico.

Quanto às soluções construtivas vem como conclusão das soluções funcionais e estruturais.

Se considerarmos que uma das principais indústrias do país é a da construção civil, chegamos à conclusão de que o nível médio da arquitetura contemporânea brasileira é muito baixo.

Os bons exemplos são esparsos em relação ao número de construções realizadas. A expressão formal dessa arquitetura fica conseqüentemente prejudicada pela ausência de conjugação com as demais componentes arquitetônicas.

SV Inicialmente convirá observar que, na realidade, a expressão formal da arquitetura contemporânea brasileira não alcançou de fato a importância exagerada que freqüentemente lhe é conferida. Isso porque essa expressão geralmente se limita a pormenores de acabamento ou de estrutura ou a "máscaras" exteriores sem integrar-se na obra pròpriamente dita. Vestíbulos de edifícios, estabelecimentos comerciais, decoração, revestimentos, apoios, enfàticamente valorizados singularizando a construção mas que, na verdade, não encontram correspondência de apuro com os demais elementos, com o conjunto ou condições da obra.

A expressão formal de nossa arquitetura permanece também muito apegada à originalidade, para não dizer mesmo ao "epater", e não à verdade arquitetônica indispensável mesmo nas inovações. Por outro lado comporta-se muitas vêzes, essa expressão, como um deslumbramento ante a técnica, desejo quase infantil de abusar dela, buscando-lhe as últimas conseqüências, como se o possível devesse prevalecer sôbre o conveniente. Inúmeros são os exemplos de prédios, externamente modulados, com apoios simètricamente distribuidos mas cuja estrutura nada tem a ver com a aparente lógica construtiva. Inúmeros são os exemplos de suportes que não suportam nada e de ousadias cujo interêsse se restringe exclusivamente à mesma ousadia. Convirá apenas esclarecer que por arquitetura contemporânea brasileira se entende a generalidade e não os exemplares excepcionais que por sua própria excepcionalidade não podem ser invocados como representativos da construção nacional.

Conclui-se então que, apesar de tudo, não se pode partir da preliminar de que a expressão formal de nossa arquitetura tenha atingido um desenvolvimento considerável, fazendo supor que as demais condições arquitetônicas não a tenha acompanhado pari-passu. Naturalmente rompeu-se com o formalismo acadêmico e com as tentativas pseudo-estilísticas. Formas adequadas ao nosso tempo estão sendo tentadas e provadas como válidas. Entretanto, o desenvolvimento equivalente dos demais componentes arquitetônicos vem se apresentando no Brasil, se não de forma mais acentuada, pelo menos mais importante do que a expressão formal. As alterações dos partidos em planta, sejam das residências ou dos locais de trabalho, criando a comunidade doméstica, impossível no formalismo acadêmico — as salas de estar, a eliminação das peças vedadas ao uso familiar, a higienização dos cômodos pela sua melhor ventilação, iluminação e aeração, as cozinhas tècnicamente planejadas, os pátios internos, os móveis, os espaços flexíveis, etc. etc. — constituem por certo inovações do desenvolvimento arquitetônico tão valiosas, ou mais, do que as conquistas formais. Mesmo porque servem diretamente às necessidades vitais do homem e não apenas ao seu contemplativo, embora seja êste também de importância.

De outro lado o aparecimento da arquitetura social, incorporando às suas preocupações problemas cruciantes da população, e as tentativas experimentais de aperfeiçoamento da técnica para maior durabilidade e economia das construções, apresentam-se também como fatôres positivos dignos de nota da arquitetura contemporânea brasileira. E especialmente dela, porque na maioria dos países civilizados do mundo, de há muito, êste desenvolvimento vinha se processando, só surgindo no Brasil trazido pelos ventos da nova arquitetura.

Qual o papel do arquiteto brasileiro no momento sócio-econômico do País?

ON A arquitetura é um reflexo do ambiente em que se realiza. Se as condições sociais e o progresso técnico são justos e se correspondem, ela será equilibrada **e de alto nível; se, ao contrário a sociedade** apresenta diferenças de classe e fortuna, se atende a interêsse alheios à coletividade, ela poderá ser bela, mas seu conteúdo estará prejudicado. A posição do arquiteto no momento sócio-econômico brasileiro deve ser, portanto, de apoio aos movimentos progressistas capazes de dar à sociedade uma estrutura melhor e à arquitetura as características sociais e humanas correspondentes.

SWB O papel do arquiteto brasileiro, antes de mais nada, é planejar para o Brasil. Criar uma arquitetura que se enquadre dentro de nossa economia, da nossa maneira de ser, das nossas regiões, de nosso povo. O arquiteto é o analista, e coordenador legítimo do progresso do País, para o confôrto e bem-estar social.

SV O papel do arquiteto no momento brasileiro infelizmente não se fêz sentir ainda em tôda sua plenitude. O arquiteto, assim como se permite deslumbramento ante a técnica e os mistérios da plástica, permitiu-se também, e conseqüentemente, perplexidade ante o momento histórico, alienando-se dêle para colocar-se como um elemento de cúpula, de elite e de superfluidade, muito pouco distante do **artista** do século XIX, sujeito aos caprichos e complacências dos poderosos. Continua a preocupar-se mais com os efeitos que possam causar sua obra, em benefício da embriaguez da fama, do que com os problemas sociais e econômicos intrínsecos à sua profissão. Constrói prédios belos por fora, porém com inumanas habitações por dentro; edifícios ousados em suas formas mas com defeitos técnicos insanáveis; conjuntos isolados soberbos — contudo, de preço astronômico e que podiam ter sido multiplicados em benefício do povo, se mais bem planejados. Entretanto não há dúvida de que o papel do arquiteto é o da participação efetiva, consciente e eficaz, não só no campo do planejamento inteligente do meio físico. O arquiteto é o encarregado da síntese de tudo aquilo que cerca o homem e, como tal, devia esforçar-se mais por desempenhar essa tarefa na conjuntura nacional. Seja influindo na política, imiscuindo-se em seu desenvolvimento, lutando pelo bem-estar do povo, planejando-lhe o confôrto, transformando-se, enfim, também num homem do povo e não só das elites, perdido nos meandros da metafísica estética.

Ao projetar deve o arquiteto partir de uma forma intuitiva ou do equacionamento de elementos técnicos e dados objetivos?

ON Cada arquiteto tem um sistema próprio de trabalhar. O que adoto é estudar em primeiro lugar o programa, as possibilidades econômicas e os meios técnicos de que vou dispor, deixando por uns dias que a solução se processe em meu subconsciente, sem procurar encontrá-la de imediato, como simples tarefa de cálculo ou de engenharia. O programa e os meios técnicos sugerem a forma plástica.

SWB O arquiteto, ao projetar, deve partir do equacionamento de elementos técnicos e dados objetivos, controlados pela sua filosofia, pela sua personalidade, pela sua intuição.

SV O projeto é sempre uma síntese. Por conseguinte, tanto a intuição como o equacionamento dos dados objetivos devem ocorrer concomitantemente. Nesta duplicidade de coordenadas (engenho e arte) é que reside precisamente a dificuldade da arquitetura. Tanto mais capaz será o arquiteto quanto conseguir atender adequadamente a ambas coordenadas. Acontece apenas que mesmo para o equacionamento dos dados objetivos a intuição sempre deve estar presente como fôrça criadora, necessária ao encontro das soluções. Não se pode considerar só a intuição em desapreço das condições arquitetônicas. Isso seria transformar a arquitetura em arte gratuita e alienada da realidade. Não se podem também considerar só os dados objetivos para mecânicamente resolvê-los. Isso seria reduzir a arquitetura a um processo mecânico de juntar elementos desinformados de conteúdo. O verdadeiro processo arqui-

tetônico é aquêle que coordena INTUITIVAMENTE os DADOS OBJETIVOS. Arquitetura é uma soma e não uma divisão; síntese e não análise. Só que por intuição não se pode aceitar apenas o estalo ou o sôpro divino que **acontece**. Intuição no caso é a capacidade, a experiência acumulada, os conhecimentos, a imaginação cultivada, que transfere para o subconsciente os processos mentais que racionalmente se realizam no consciente.

Que pensa das correntes Organicista e Racionalista como tendências da arquitetura contemporânea? Quais suas relações com a realidade brasileira?

ON Para responder a esta pergunta, transcrevo trecho do artigo que publiquei na revista **Módulo** (21), no qual expresso minha repulsa a tôdas as tendências e escolas que limitam e empobrecem as características criadoras que a arquitetura como obra de arte deve apresentar:

Considero que uma obra de arquitetura, passa assumir categoria de obra de arte pròpriamente dita, precisa, como condição básica, apresentar um conteúdo mínimo de criação, ou seja, uma contribuição pessoal do arquiteto. Sem isso, ela se limita a uma repetição de formas e soluções já conhecidas de escolas que, aos poucos, se vão tornando clássicas e superadas.

Sou a favor de uma liberdade que não se subordine servilmente às razões de determinadas técnicas ou do funcionalismo, mas que constitua, em primeiro lugar, um convite à imaginação, às coisas novas e belas, capazes de surpreender e emocionar pelo que representam de nôvo, criador; liberdade que possibilite — quando desejável — as atmosferas de êxtase, de sonho e poesia. É claro que essa liberdade não pode ser usada livremente. Nos locais urbanos, por exemplo, sou, ao contrário, pela sua limitação, ou melhor, pela preservação da unidade e harmonia dos conjuntos, com a omissão de soluções que a êles não se integram plàsticamente, embora belas, embora de alto nível arquitetônico. E com êsse objetivo, em Brasília, nos setores urbanos a que me referi, fixamos volumes, espaços livres, alturas, materiais de acabamento externo etc., tendo em vista impedir que a Cidade cresça, como as demais cidades modernas, num regime de desarmonia e confusão. Mas nas casas individuais, nos prédios afastados cercados de áreas livres, garantimos uma total liberdade de concepção, dentro, é lógico, das regras de proporção que a arquitetura sempre exigiu.

Entretanto, contra êsse critério de liberdade plástica se levantam certos setores da arquitetura contemporânea. São os tímidos, os que se sentem melhor e mais seguros dentro de regras e limitações, limitações que não lhes permitem uma fantasia, um compromisso, uma contradição com os princípios funcionalistas que adotam e que os levam, passivamente a soluções às vêzes vulgares, de tão repetidas. E, para argumentar, defendem intransigentemente o funcionalismo, as razões construtivas, as conveniências de padronização etc., argumentos que não se afirmam quando se trata de obras especiais para as quais o problema econômico é secundário. Apelam ainda para razões sociais que julgam exigir obras simples e econômicas, como se êsse argumento já não estivesse superado, pelo menos para aquêles que se interessam realmente pela questão social e sabem que sua solução foge às atribuições do arquiteto ou da arquitetura, reclamando, fora da profissão, uma atitude coerente, de apoio aos movimentos progressistas. E reagem, numa posição de defesa, contra a especulação plástica dos elementos das estruturas, que desejam rigorosamente funcionais, especulação que consideram formalista e contrária às razões técnicas, esquecendo-se de que também assumem compromissos dessa ordem, sem dúvida mais graves e, para êles, mais difíceis de explicar.

Exigem, por exemplo, que as soluções se contenham em plantas simples e compactas, visando volumes puros e geométricos — solução que às vêzes adoto, mas que não aceito como um dogma —, e para isso acomodam, dentro dessas formas preestabelecidas, programas complexos, que exigiriam, justamente para atender às razões funcionais que tanto defendem, partidos diferentes e recortados. E assim, para manter o purismo desejado, o purismo aparente, criam o verdadeiro formalismo, o formalismo mais grave e inconteste, porque não se resume na especulação plástica de elementos estruturais da arquitetura, mas no seu próprio desvirtuamento, no que ela apresenta de básico e funcional por excelência. E, sem sentir, fixam detalhes arquitetônicos que se repetem e se impõem como características de uma nova escola, escola que tende para o formalismo e a monotonia, fazendo com que os prédios percam o caráter indispensável que suas finalidades e suas conveniências programáticas deveriam sugerir. E, assim, edifícios públicos, escolas, teatros, museus, residências etc. passam a ter aspectos idênticos, apesar de seus programas tão diversos, programas que, bem aproveitados, deveriam conduzir a soluções do maior interêsse, com a utilização da técnica moderna em tôda a sua plenitude. Com êsses comentá-

A iniciativa privada que possuisse certo número de funcionários seria obrigada a construir dentro de um raio determinado moradias que fôssem necessárias, financiadas automàticamente pelos institutos, garantidos pelo seguro habitacional quanto à possibilidade de mudança, transferência ou demissão de funcionários. Os sindicatos de classe seriam os coordenadores da legitimidade da operação funcionários-institutos-companhias de seguros. As organizações bancárias financiariam a curto prazo, com aval dos institutos de previdência, o início das operações. Tôdas as iniciativas reguladas pelo plano nacional de habitação estariam totalmente isentas de impostos.

SV Acacianamente dizendo, o Brasil é um País imenso, com regiões fortemente diferenciadas. A solução do problema da habitação de seu povo não pode, portanto, ser uniforme. Fundamentalmente há dois aspectos gerais a considerar: o das populações marginais improdutivas e o das populações ponderáveis. Para as primeiras o problema não é o de se lhe darem habitações, mas sim meios de sobrevivência digna. Caridade não resolve nada. Para as segundas, a solução é fazer com que as habitações lhes sejam acessíveis. Proporcionar meios para que construam ou adquiram casas e não para que as possam obter graciosamente ou com vantagens excepcionais. Paternalismo também não resolve nada. Se a população desprovida de moradias constrói em terrenos alheios (favelas) e tem, por seu trabalho, acessibilidade aos bens de consumo, certamente haverá meios de se colocarem ao seu alcance também as habitações. Esta possibilidade não existe porque: o preço dos terrenos é no Brasil extraordinária e inexplicàvelmente alto (latifundiarismo urbano); não há transporte rápido que possibilite ao trabalhador residir longe do seu local de trabalho, em bairros periféricos de terrenos mais baratos; existe uma desenfreada especulação imobiliária que transformou os edifícios de habitação coletiva em objetos de luxo, entendidos êsses edifícios como investimento de pingues lucros e não como solução para o problema habitacional, razão de sua invenção e existência em todo o mundo; a técnica construtiva brasileira, em razão das grandes emprêsas só se dedicarem a realizações de grande lucro, não se interessou ainda pelo barateamento das obras, não havendo padronização de material, nem experiências destinadas à economia dos serviços, nem mesmo contabilidade de custo para análise mais correta da situação, visando encontrar e corrigir as deficiências do processo construtivo.

Não se pode acreditar, assim, que o problema se resolva por intermédio de institutos, organizações, confrarias etc. que se destinem a FAVORECER casas às populações sem teto. Essas iniciativas pecam por princípio, constituindo-se em favor, propiciando prioridades, política e privilégios. A verdadeira solução depende muito mais de iniciativas indiretas: barateamento dos terrenos, financiamento, transporte, educação, técnica construtiva e cooperação.

Acredita na síntese das artes na arquitetura? Como se realizaria?

ON É difícil se realizar a síntese das artes numa obra de arquitetura pela quase impossibilidade de encontrar artistas do mesmo nível, que saibam se entender e completar, que possam — seria o ideal — iniciar os trabalhos juntos, desde os primeiros croquis, cada um consciente de sua tarefa. Isso não exige apenas capacidade técnica e talento, mas, também, temperamentos que se harmonizem nas dificuldades inevitáveis durante a execução da obra.

SWB Acredito que a arquitetura seja a coordenadora de tôdas as artes. Penso que a arquitetura dê motivação a essas artes. Como diz Lúcio Costa "em todo planejamento existe uma intenção plástica"; se planejarmos com a intenção de entrosar, coordenar com a pintura, escultura, música, assim como tôdas as manifestações de espírito humano, teremos um todo em perfeito equilíbrio e harmonia.

SV A síntese das artes na arquitetura é uma linda proposição, mas ainda não suficientemente esclarecida. O que se pretende é realmente uma síntese ou uma simples concomitância? Cuida-se de um objetivo estético ou de proporcionar trabalho aos artistas plásticos como algumas leis já promulgadas (Bahia) consagraram? Na verdade, uma verdadeira síntese das artes, uma incorporação delas num só todo, sua interpenetração e coexistência indivisível como talvez verificou-se na Grécia, parece ideal longínquo senão inviável. Jugular, por outro lado, as artes à decoração arquitetônica seria abastardá-las. Melhor seria colocar o problema de outra maneira: como o da difusão e valorização das artes plásticas, em conjunção com o desenvolvimento da arquitetura, de modo a que nessa última tenham elas lugar, mas sem pretensão de síntese cuja complexidade ainda não se apresentou compreensível.

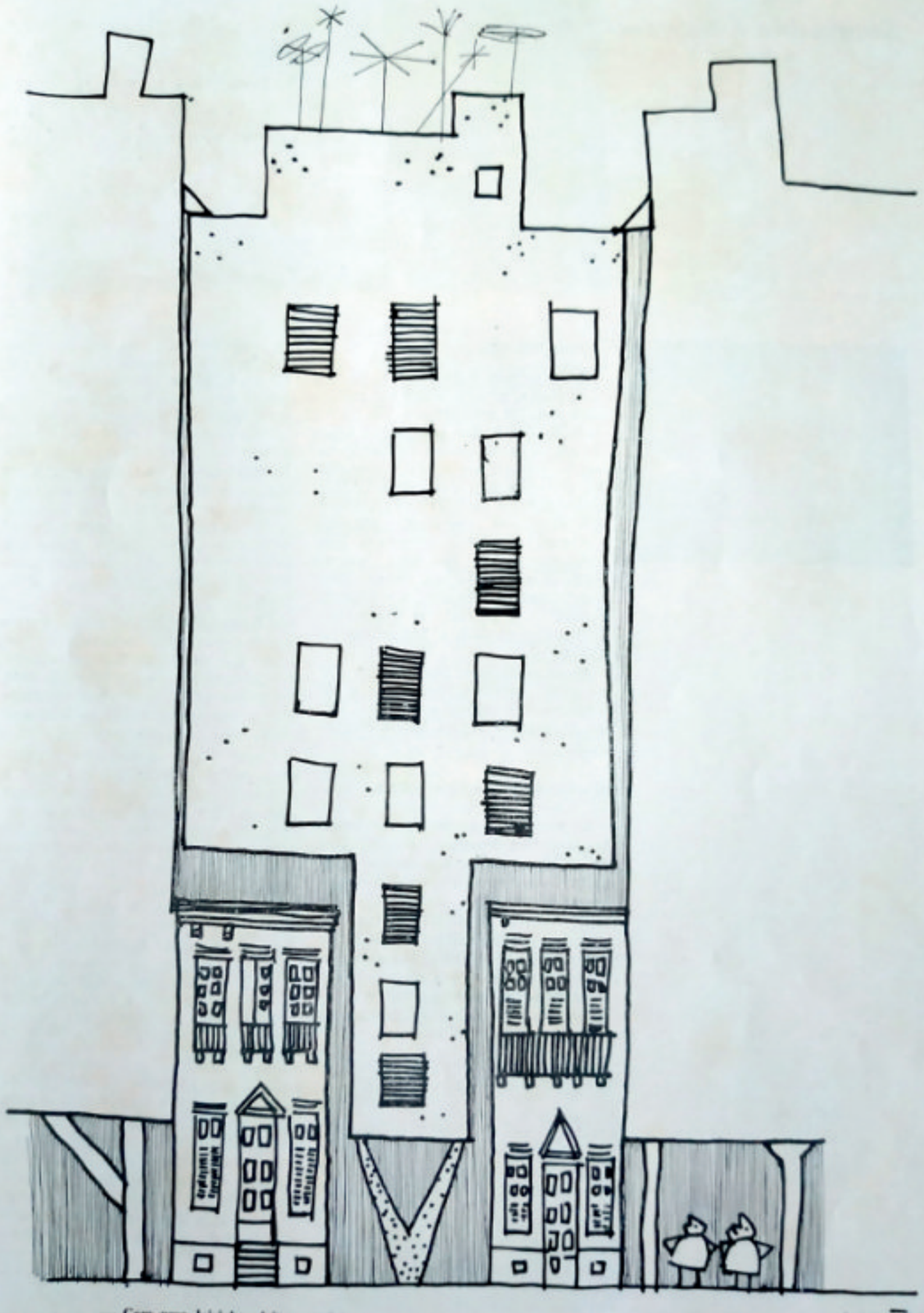
Qual a importância de Brasília no desenvolvimento da arquitetura brasileira?

ON Acho que Brasília representa para o nosso País uma importância didática sem precedente, estabelecendo princípios e conceitos que até hoje não se tinham definido, situando, por exemplo, em seus devidos têrmos a habitação coletiva, que entre nós a exploração imobiliária desvirtua e desmoraliza, construindo prédios de apartamentos uns contra os outros, sem luz, ar e vegetação, desprovidos dos complementos (escolas, mercado, comércio, clube etc.), que a justificam e recomendam. Em Brasília temos, afinal, um exemplo realizado de habitação coletiva, onde os blocos se distribuem generosamente entre jardins, cercados de vegetação, constituindo uma unidade autônoma provida de todos os elementos indispensáveis. Isso sem falar nos princípios de urbanismo que o Plano de Lúcio Costa fixou: um planejamento lógico e humano, um zoneamento claro e definido, um sistema de circulação para pedestres e veículos independente e sem cruzamentos e, ainda, completa liberdade de concepção para os prédios isolados — que a arquitetura já realizada em Brasília sugere livre de escolas e preconceitos — liberdade que se restringe sòmente aos conjuntos urbanos, cujas conveniências de harmonia devem ser respeitadas. Conceito a meu ver fundamental e infelizmente até agora omitido em nosso meio.

SWB Não se pode ter arquitetura sem arquitetos.

Não se pode ter arquitetura brasileira, ou qualquer outra, sem que exista o espírito de arquiteto, manifestado na sua plenitude em Brasília. Brasília é uma cidade puramente administrativa, e, portanto, de características inteiramente especiais, sem o cunho regionalista que se deve preconizar para outros planejamentos. O seu planejamento arquitetônico, a cargo de um gênio como Oscar Niemeyer, com uma personalidade ímpar, veio mais uma vez lançar ao mundo a maior promoção que a arquitetura brasileira já deve no exterior, após Pampulha. Visados como estamos, através da **chance** dada a Oscar, nós, arquitetos, temos a alta responsabilidade de continuarmos a nos reafirmar cada vez mais, num sentido mais profundo, cada um dentro de sua própria personalidade.

A primeira grande contribuição à arquitetura consiste em: espírito, abnegação e tenacidade. A segunda contri-



— Com uma leizinha ajeita-se tudo!...

LAVDUS

Arquitetura e Acústica - III

Alberto Vieira de Azevedo

Arquiteto, sócio do IAB, Secretário da Comissão de Estudos de Acústica da Associação Brasileira de Normas Técnicas, Membro Eleito do Instituto Brasileiro de Acústica.

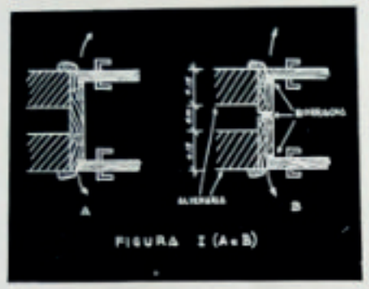


FIGURA I (A e B)

I — Introdução

Abordaremos hoje o caso especial das portas, no que tange aos problemas relativos à acústica. A boa ou má vedação das portas pode ser a causa de ruídos importantes e desagradáveis, muito embora em casas residenciais tal problema não apresente gravidade. Entretanto em edifícios de apartamentos, escritórios, hospitais, onde encontramos extensos corredores com inúmeras portas, êsse fato assume proporções assustadoras. Portas ruidosas, corredores sonoros, a circulação natural e inevitável, os murmúrios, tudo concorre para o borburinho insuportável.

Ao examinarmos, por isso, um tipo de porta, devemos verificar se o seu fechamento é ruidoso e se o local exige da porta um bom isolamento sonoro.

II — O que cabe ao arquiteto

Ao arquiteto não se exige o projeto de portas especiais, salvo no caso de estúdios, cinemas e teatros. Uma porta é via de regra um artigo de fabricação em série, devendo-se portanto utilizá-la conforme se apresenta no mercado. Portas especiais são dispendiosas e, especificá-las para edifícios de apartamentos e escritórios é um utopia. Devemos os arquitetos, então, evitar a colocação de portas inúteis e indevidamente situadas, procurando conciliar as exigências da insonoridade e as da circulação, questão ùnicamente de planejamento.

III — Portas

As portas podem ser classificadas em comuns, acolchoadas, duplas e especiais. Como porta comum, podemos considerar àquelas construidas sem a preocupação da insonoridade, apresentando características acústicas muito variáveis. As portas mais pesadas não devem necessàriamente ser consideradas como as mais insonoras. É importante que o seu fecamento seja o mais hermético possível, a fim de se evitarem vasamento acústicos. Portas que deixam frestas são péssimas isolantes sonoras. Quando tais frestas chegam a medir 6 mm, deixam passar tanto ruido quanto uma porta entre-aberta ou mesmo aberta por completo. Aumentar a sua espessura ou pêso de nada adiantaria, pois suas frestas continuariam a deixar passar a mesma quantidade de ruido. Daí concluirmos ser mais importante construir uma porta perfeitamente ajustada.

As portas acolchoadas não devem merecer demasiada confiança no que tange a insonoridade. É comum encontrarmos portas acolchoadas em uma ou ambas as faces, rotuladas de insonoras. Entretanto, muito cuidado com elas.

Portas duplas apresentam o grave inconveniente de se exigir o abrir e fechar sucessivo de duas portas a uns dez ou vinte centímetros uma da outra. Fora isso devem ser respeitadas como as melhores isolantes de som até então inventadas, sendo de mais fácil confecção e de menor custo. Para conseguirmos dela os melhores resultados, devemos obedecer aos seguintes princípios fundamentais:

a) Cada uma das portas deve ser de fechamento o mais hermético possível, não se pretendendo esperar um bom isolamento sonoro de duas péssimas portas;

b) O espaço entre as duas portas deve ser tão grande quanto possível, não devendo ser inferior a dez (10) centímetros.

A distância ideal seria de 30 a 40 cm, permitindo uma insonoridade média de 55 db. Excelente resultado, se comparado a uma porta comum, onde não houve a preocupação da insonoridade (7 a 15 db).

c) Não deverá haver nenhuma ligação rígida entre as duas portas. O caixão comum é um grande in-

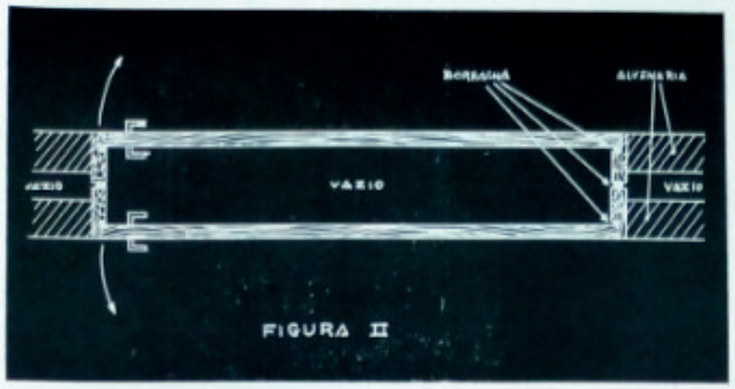


FIGURA II

conveniente, principalmente sendo dupla a parede. Deve-se executar o caixão com a aduela seccionada, conforme o desenho B, da figura I. O desenho A da mesma figura I apresenta a maneira errada de execução do caixão.

A figura II mostra o funcionamento da porta dupla mais simples. Às vêzes procura-se aumentar a distância entre as duas portas criando-se um passadiço pequeno entre elas (vide figura III).

As portas especiais existem com fartura no mercado. Algumas patenteadas outras clandestinas. Pouquíssimas funcionam. A maioria de nada vale. É preciso uma certa cautela na aquisição de tais portas. Indaguem do fabricante se pode dar, por escrito, garantia de sua insonoridade e qual é o grau de insonoridade da mesma (quantos decibeis).

Algumas destas portas especiais se apresentam como isolantes, por possuirem "vasta camada de ar entre suas placas". Entretanto, não passam de simples fôlhas de compensado fino, separadas por três centímetros de distância entre elas. Outras, entretanto, se apresentam como duas fôlhas grossas de madeira, tendo, como miolo, aglomerado de cortiça. Existem também combinações de materiais rígidos com materiais elásticos alternadamente.

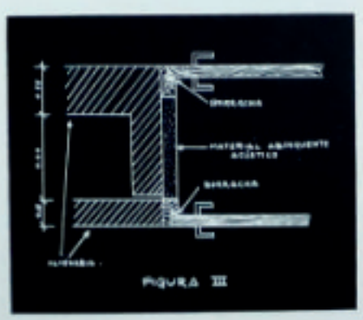
Enfim, inúmeras são as portas especiais. O que deve ficar bem claro é a execução impecável dessas portas. É mister que elas descansem sôbre batentes de feltro e borracha perfeitamente aplicados, convindo também que a madeira esteja perfeitamente séca, a fim de se evitar uma retração posterior. Convém insistir quanto ao ao seu fechamento hermético inclusive em sua parte inferior. Sabemos dos inconvenientes de um batente, de uma diferença de nível, que poderá fazer tropeçar aos distraídos, mas, para se obter um bom resultado, não devemos permitir nenhuma fresta, o que prejudicaria irremediàvelmente uma porta. Detalhe importante é que a porta deve manter-se apertada contra o marco.

IV — Conclusão

Dentro do exposto, chega-se a conclusão que, para se conseguir o máximo de insonoridade de uma porta, o arquiteto deve exigir:

a) Garantia da insonoridade da porta em decibeis;
b) Garantia de durabilidade da porta;
c) O fechamento hermético da porta sôbre o marco, inclusive na sua parte inferior, sendo necessário o elevamento do piso e o emprêgo de batentes de borracha;
d) Portas pesadas e maciças. Quanto mais pesadas e maciças mais insonoras serão;
e) Ausência de fechaduras, pois os "buracos" das fechaduras são considerados pontos fracos;
f) Quando possível, usar portas duplas, obedecendo aos princípios acima expostos. ■

NOTA — No número anterior, onde apresentamos um estudo completo de um auditório, citamos em planta a aplicação de portas duplas e paredes duplas, as quais devem obedecer as especificações do número presente.


FIGURA III

Fundações do Edifício-Sede da Caixa Econômica Federal, no Rio de Janeiro

arquitetos:
Ney Fontes Gonsalves
J. A. Ortigão Tiedemann
Paulo Cardoso Mourão

fundações e infraestrutura:
Engenharia de Fundações S. A. — Engefusa —



CARACTERISTICAS DO EDIFICIO

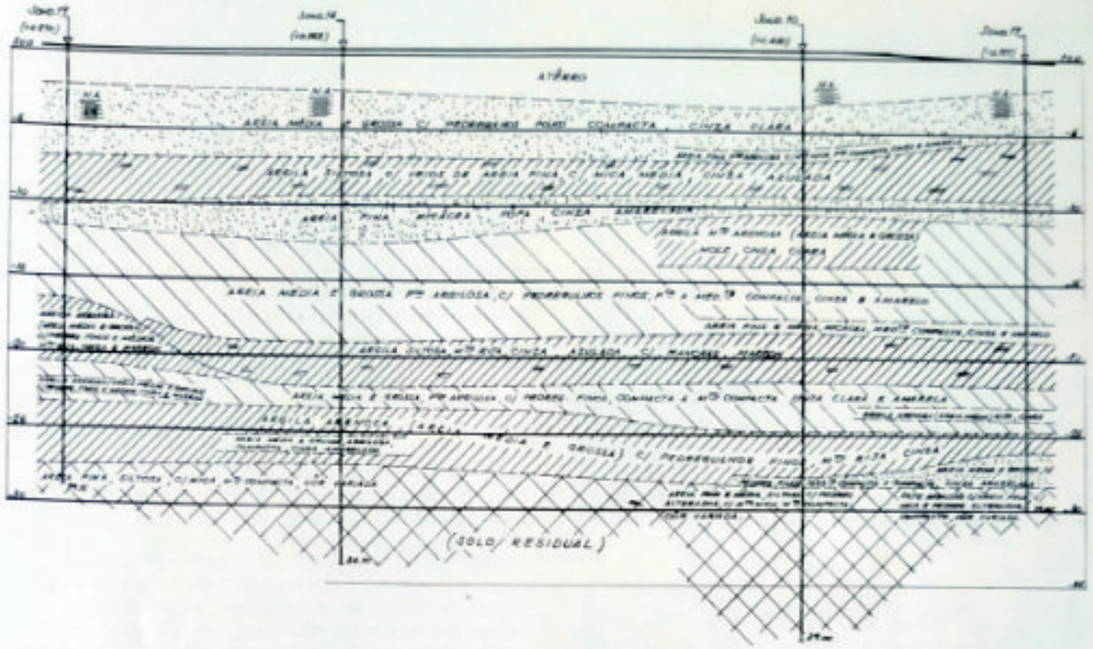
O Edifício-Sede da C.E.F. do Rio de Janeiro, na Avenida Rio Branco, abrangendo uma área de 5.980 m2, será constituído de um corpo central de 34 pavimentos e 2 outros laterais de 4 pavimentos. Em tôda a área foi, construído um subsolo, de 3 pisos no corpo central e 2 nos corpos laterais, atingindo profundidades de 10,67 m e 7,72 m, respectivamente, abaixo do nível da rua. A estrutura será de concreto armado e dimensionada para elevadas sôbrecargas (garagem, casas-forte, arquivos, teatro, etc.), de acôrdo com o projeto arquitetônico e especificações elaboradas pelo Serviço de Engenharia da C.E.F. do Rio de Janeiro.

Os projetos de arquitetura, de estrutura, de fundação e os métodos construtivos desta realização apresentam características ainda não encontradas em outros empreendimentos nesta Capital.

CARACTERISTICAS GEOTECNICAS DO TERRENO

Os resultados das investigações geotécnicas realizadas em tôda a área de construção indicam a ocorrência de várias camadas de solo sedimentar, com espessura total de aproximadamente 25 a 28 m, sobrejacente ao substrato da rocha gnáissica decomposta. Anexo apresentamos 2 cortes esquemáticos do subsolo, indicando as diferentes classificações geotécnicas das camadas atravessadas pelas sondagens.

O subsolo foi caracterizado inicialmente por sondagens de reconhecimento, com medida de resistência à penetração, para efeito de anteprojeto das fundações. Posteriormente, o Serviço de Engenharia da C.E.F. forneceu os resultados das investigações complementares, que serviram de base ao projeto definitivo de fundações e aos métodos construtivos da infra-estrutura do edifício. Constaram êstes trabalhos de sondagens com extração de amostras indeformadas, ensaios de penetração contínua,



provas de cargas profundas (em pequenas placas) e de determinação da permeabilidade "in situ" do terreno; foram realizados ensaios geotécnicos de laboratório nas amostras indeformadas extraídas (adensamento, cizalhamento direto, compressão simples e compressão tri-axial).

FUNDAÇÕES — SOLUÇAO ADOTADA

A adoção de fundações profundas foi uma decorrência das características próprias do edifício e do subsolo.

Elaboramos um projeto de fundações em tubulões de concreto armado e em estacas de aço. As fundações foram constituídas de 127 tubulões pneumáticos, de concreto armado, com bases alargadas e de 146 estacas de aço. As estacas de aço projetadas correspondem aos pilares para os quais os esforços resultantes, nas fundações, são de tração (teatro e garagem).

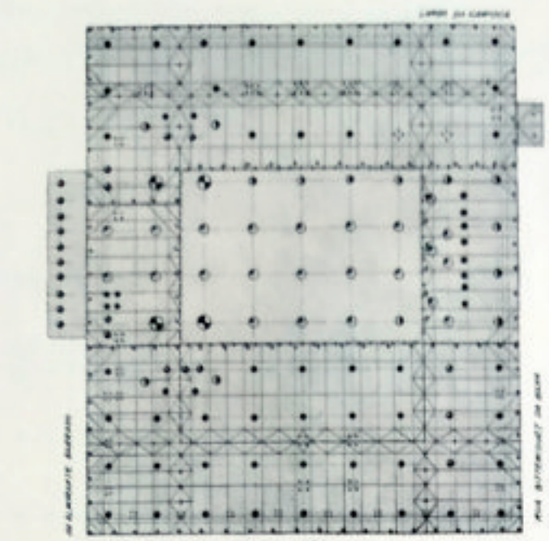
As fundações do corpo central foram projetadas em tubulões, com bases alargadas na profundidade de — 26,00 metros, onde ocorre uma camada de argila muito arenosa (areias médias e grossas), com pedregulhos, de consistência dura; a resistência à penetração, do amostreador-padrão, varia de 25 a 30 golpes, e os ensaios de adensamento indicaram um índice de compressão = 0,1. Aproximadamente 2 metros abaixo dêste terreno de fundação, as sondagens revelaram o aparecimento do substrato de solo residual (areias médias siltosas) muitos compacto, e com índice de compressão de K = 0,06.

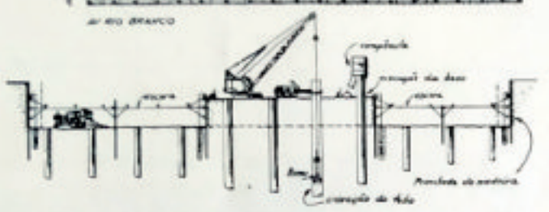
As fundações dos corpos laterais foram implantadas nas cotas — 20,00 metros e 23,00 metros, respectivamente para os tubulões e estacas de aço (tração).

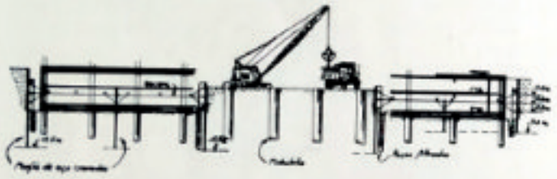
A análise judiciosa do comportamento das diversas camadas de solos, sedimentares e residuais, quer sob o aspecto de rutura, quer sob o aspecto de deformação, indicou, como solicitação admissível no terreno, 15 Kg/cm2

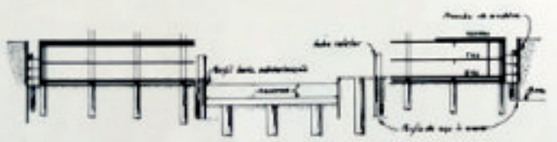


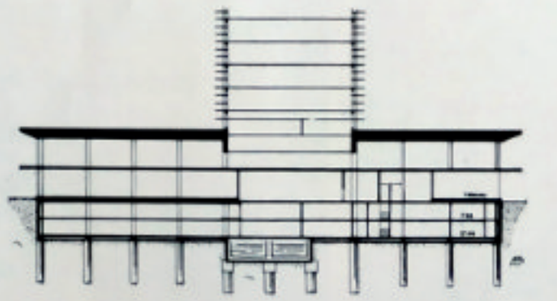












e 0,4 Kg/cm2, respectivamente para tensão de compressão e atrito lateral.

CONSIDERAÇÕES SÔBRE RECALQUES DA ESTRUTURA

O problema da ocorrência de recalques diferenciais foi cuidadosamente analisado, tendo em vista as características desiguais de carregamento do edifício, nos corpos laterais e central, bem como as diferentes fases de construção. Partimos do conceito de que: "recalques diferenciais admissíveis são aquêles que não provocam deformações (desníveis ou fissuras), incompatíveis com a finalidade da construção".

O valor dos recalques do corpo central será praticamente desprezível, em conseqüência da solução de fundações em tubulões implantados à grande profundidade, da natureza do terreno de fundação e do substrato residual subjacente. Outra consideração válida, na análise do valor do recalques, é a influência do pêso das terras escavadas, de aproximadamente... 58.000 toneladas (excluída a antiga construção), para uma carga total do edifício de 108.600 toneladas (excluída a ação do vento).

Nos corpos laterais de 5 lajes, com 2 subsolos, análise do problema de recalques impõe outras considerações além das acima citadas. No setor I (garagem) temos, para uma carga total de 13.775 t, uma subpressão d'água permanente de 8.780 toneladas e, no setor II (teatro), para uma carga total de 12.670 t, um empuxo hidrostático de 6.135 t. Esta observação foi considerada no dimensionamento das fundações, pois o máximo carregamento dêstes corpos se dará durante a construção, com o rebaixamento d'água em funcionamento (ausência do empuxo d'água).

Tendo em vista, pois, a grandeza desprezível dos recalques estimados, julgamos sem valôr prático levar em conta, no projeto estrutural e de fundação, as reações verticais de apoio (coeficiente de transferência de cargas) para os recalques unitários devidos à consideração da rigidez da estrutura; a solução pelos métodos conhecidos de aproximações sucessivas conduz a um problema que, senão insolúvel teòricamente, o é pelas dificuldades práticas que apresenta.

Como resultado das considerações resumidamente aqui apresentadas, julgamos conveniente e suficiente a adoção de duas juntas provisórias de construção, separando o corpo central dos dois laterais. Estas juntas serão eliminadas ainda durante a construção do edifício e com base na interpretação dos resultados fornecidos pelas periódicas medidas de recalque da estrutura. Construída a ligação total dos elementos estruturais, será estabelecida rigidez entre os diversos corpos do edifício.

METODOS CONSTRUTIVOS

a) Fundações

As fundações em tubulões e estacas de aço foram executadas de acôrdo com os desenhos anexos.

Os fustes dos tubulões de diâmetros 0.80, 1.00, 1.25, 1.50 m foram de concreto armado com camisa de aço incorporada e os de 2.20 m foram de concreto armado, pré-moldados. Os fustes dos tubulões com camisa de aço foram cravados mecânicamente, com auxílio do movimento de rotação alternativo imprimido às camisas de aço; à medida que estas penetram no terreno, foi utilizada uma caçamba automática para escavação no seu interior e sempre acima de sua faca-cortante, de modo a garantir a inalterabilidade da estrutura do solo que envolve-os tubulões. Os fustes dos 4 tubulões de 2.20 m foram pré-moldados e os seus elevados pesos próprios dispensam, para a sua cravação, a aplicação do movimento de rotação alternativo.

Uma vez atingidas as profundidades previstas, foi iniciada a execução das bases dos tubulões, escavadas manualmente, com emprêgo de ar comprimido. As bases alargadas têm a forma de tronco de cone (com inclinação mínima de 60° com a horizontal) e com o diâmetro projetado em função das máximas solicitações e das tensões admissíveis no terreno de fundação. Estes elementos foram ratificados pelo engenheiro, quando necessário, por ensaios geotécnicos na ocasião do alargamento das bases. A pressão de ar foi a necessária e suficiente para equilibrar a pressão hidrostática nessa profundidade, de modo a permitir o trabalho de abertura de base a sêco, e a não alterar a estrutura do solo de fundação.

A concretagem das bases e dos fustes foi feita sob ar comprimido e com os cuidados aconselháveis de colocação, adensamento e cura, para a obtenção de um concreto de boa qualidade e com as características de resistência projetadas. O consumo de cimento Portland previsto foi de 350 kg/m3 e a resistência mínima à compressão, em corpos de prova com 28 dias, de 180 kg/cm2.

Os tubulões foram cravados rigorosamente segundo a locação do projeto e garantida a sua verticalidade. O desvio máximo admissível do centro da seção transversal, medido no plano da base do fuste, em relação ao centro das cargas, não ultrapassaram 1/60 da altura do fuste do tubulão, ou mais de 1/10 do diâmetro do fuste. Para a execução dos trabalhos pneumáticos foram adotadas as normas de higiene e segurança, rotineiramente utilizadas por nossa firma com integral êxito em obras similares.

As fundações foram executadas segundo as prescrições aplicáveis da ABNT e o Código de Fundações e Escavação da P.D.F., bem como as especificações contratuais.

b) Escavação

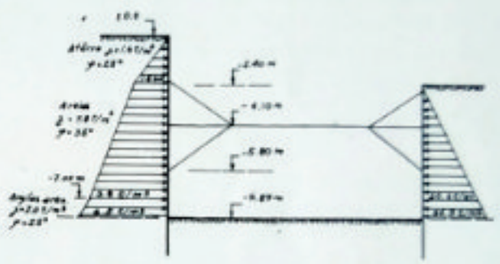
Conforme indicam os desenhos anexos, a escavação mecânica do terreno será feita em etapas diferentes, aproveitando, para reação dos empuxos ativos das terras atuantes nas cortinas da periferia, o empuxo passivo de um maciço central, que sòmente será escavado quando a estrutura das partes laterais estiver concretada e, portanto, capaz de resistir a êsses empuxos.

c) Escoramento das terras

Será adotado o sistema de pranchadas horizontais de madeira, apoiadas em perfis de aço verticais, espaçados de 1,50 metros. Esses perfis de aço, de seção I (10"x4.5/8"), serão cravados com emprêgo de bate-estacas e as pranchas de madeira (3"x9") colocadas manualmente, devidamente encunhadas, à medida que a escavação é executada.

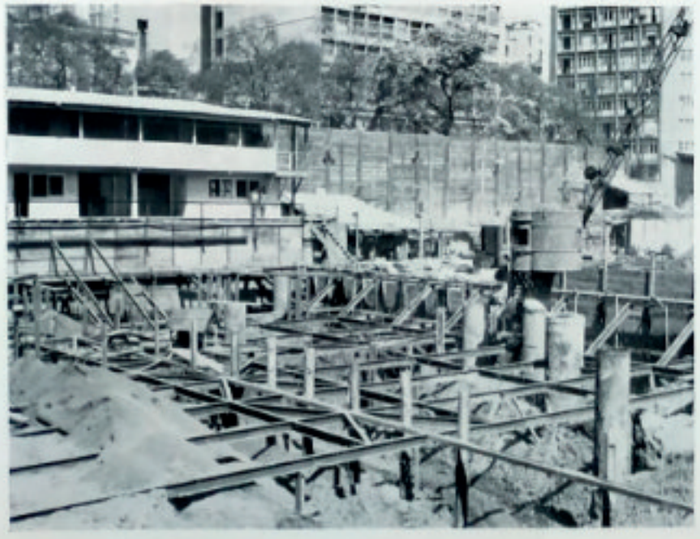
Para transmissão dos empuxos atuantes nas cortinas periféricas e internas serão utilizados perfis de aço, convenientemente contraventados, em um plano horizontal na cota — 4,10 m, cujas peças principais estão indicadas no desenho anexo.

Para o cálculo das peças principais do escoramento, adotou-se, de acôrdo com os elementos fornecidos pelos estudos geotécnicos, o diagrama de empuxos abaixo indicado:



d) Rebaixamento do nível d'água

Foi previsto o emprêgo de 2 estágios independentes de esgotamento d'água, conforme indicação esquemática nos desenhos anexos, utilizando-se ponteiras (well-points) colocadas no interior de poços filtrantes de 70 cm de diâmetro, com material graduado, coletores e conjuntos de dimentos nesta Capital. ■





DESTAQUE

ARQUITETURA E DESENVOLVIMENTO

Sob o título acima, traz o número I, da **Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil**, um ensaio da sociólogo **Mauricio Vinhas de Queiroz**, no qual o autor procura explicar a arquitetura brasileira em função do desenvolvimento nacional, que, segundo friza o ensaista, "não é um processo simples nem linear, mas complexo e contraditório, e que não deve ser entendido apenas em têrmos econômicos, pôsto que opera tambem, com impeto maior ou menor, em tôdas as esferas sociais e culturais".

Desta forma, **M. V. Q.**, acredita ser sugestivo tomar a arquitetura brasileira como um todo, tal como ela se nos apresenta, e a partir dai, "através da análise das características paradoxais e do significado sociológico dessa mesma arquitetura, tentar abordar — por um ângulo inesperado o estudo das pecularidades do nosso original processo de desenvolvimento, definindo melhor o seu tipo especifico e inclusive, procurando avaliar o nivel já alcançado e as perspectivas que apresenta".

Ao tentar precisar o conceito do têrmo arquitetura, **M. V. Q.**, depara-se com a contradição existente entre uma **"arquitetura de vanguarda**, praticada por uma **elite** intelectual de arquitetos, e outro tipo bastante distinto, que a referida elite denomina **"arquitetura de carregação"**, exercida por um grupo muito maior de engenheiros civis, de arquitetos não pertencentes à elite, de simples projetistas, desenhistas, etc."

Contradição esta já sentida e posta em foco, nos pronunciamentos do **I.A.B.-GB**, ao tentar alertar, não só a classe dos arquitetos, com tôdas as camadas culturais do país, contra o perigo de se deixar embalar pelo canto de sereia que representa a obra da chamada elite da **"arquitetura de vanguarda"** (5% do volume da construção em todo o país).

Mas, conclui, acertadamente, **M. V. Q.** — "arquitetura não significa apenas a atividade profissional dos arquitetos, pertençam à elite ou ao grosso dos projetistas. Nomeia também a obra concluída, o conjunto de prédios edificados em determinada época e lugar, o seu próprio e inconfundível".

Conclusão esta que leva o ensaista a perguntar: "pode-se a rigor dizer que existe uma **arquitetura moderna brasileira?** Será que há mesmo, de fato, uma escola ou uma tendência brasileira em arquitetura moderna?"

Quessão que o autor, baseado em testemunhos de inúmeros arquitetos, tenta, em seguimento e sob diversos ângulos abordar; terminando por concluir que o único fato capaz de levar a admitir a existência de uma arquitetura moderna brasileira reside em que tôdas as obras, quer sejam da **elite** ou as de **carregação,** são executadas pelas mesmas firmas construtoras. Razão que leva **M. V. Q.**, a encontrar, "por tôda a parte, nas obras projetadas pelos mais diferentes grupos e pelas cliques mais hostis, um certo ar de familia".

Dentro do conceito de construção, não resta a menor duvida de que o autor tem razão. A técnica, os processos e os materiais empregados são os mesmos. Os programas e os objetivos das obras são idênticos.

Mas, dentro desta massa de construção, enorme e, na maioria das vêzes, informe, o que faz destacar determinadas obras?

Este aspecto, tão relevante, não é, talvez por não se enquadrar dentro dos objetivos básicos do estudo abordado pelo seu autor.

M. V. Q. prossegue, assinalando que "essa arquitetura se desenvolve-se em um país onde ocorre uma das maiores explosões demográficas do nosso tempo, onde o deficit habitacional é, percentualmente, um dos maiores do mundo e onde também verifica-se um dos maiores **"booms" imobiliários** da atualidade".

Nega, entretanto, importância à "febre imobiliária" e à "especulação desenfreada" na eclosão da "aventura arquitetônica brasileira", para atribui-la, principalmente, à "preocupação governamental de afirmar-se perante o povo, de acrescer a legitimação dos podêres públicos através de obras suntuárias: desde o pioneiro edifício do Ministério da Educação à cidade de Brasília, um longo caminho foi percorrido".

Fato inegável e muito pròpriamente observado pelo ensaista. Talvez conviesse salientar o que de positivo houve na ação governamental. À nosso ver, o que marcou ação governamental, foi sua opção por uma arquitetura nova. O Ministério da Fazenda, provàvelmente seria, para o gôsto público da época, muito mais "suntuário" do que o Edifício do Ministério da Educação. A tentativa de afirmase, não pelo que possa ter de ostentação governamental, no caso, justificação, mas como ação cultural valida. Em países em vias de desenvolvimento, como o nosso, a ação governamental, no campo cultural é de capital importância. Houvesse sido oficializada a arquitetura pseudo clássica do Ministério da Fazenda, igualmente suntuária, outro teria sido, talvez, o

quitetura dos edifícios governamentais. É evidente que nos setores urbanos uma certa limitação é indispensável a fim de manter o equilíbrio e a harmonia exigidos pelo Plano Piloto. Não se poderia admitir que uma cidade nova, planificada, apresentasse os mesmos desacertos, a mesma confusão urbanística e arquitetônica das cidades atuais, que se expandem sem contrôle, onde cada edifício é tratado como prédio isolado, que nada tem a ver com os que o cercam nem com a harmonia do conjunto, que um arquiteto consciente saberia preservar.

SWB Sou totalmente contrário a uma censura estética oficial. Não há essa censura em Brasília. O que há são normas, gabaritos e projeções de blocos predeterminada, dentro de uma coordenação — urbanismo e arquitetura — resultantes da filosofia do Govêrno de implantar uma cidade em três anos. Foram portanto vendidas projeções, com gabaritos preestabelecidos por densidades populacionais em vez de terreno livre como acontece nas outras cidades, das quais todos nós conhecemos os resultados negativos.

SV A censura estética como tôdas as demais censuras destinadas a homens livres só pode ser aceita quando destinada apenas e tão-sòmente a evitar abusos. A dificuldade está em definir-se claramente o que seja abuso, e portanto, os limites dos campos de ação da censura. No campo da estética, normalmente, não deve existir censura, pois raramente a estética objetiva abusos. Quando êstes se verificam, quase sempre deixou de existir a estética. No caso de Brasília parece que a censura não se limitou à estética, a menos que a compreenda, no caso, como estética urbanística. Estendeu-se à própria arquitetura, não pròpriamente como censura, mas como regras rígidas de composição que alcançam desde o intercolúnio até as côres e os materiais de acabamento. Procurou-se obedecer àquelas determinações régias do período colonial, que mandavam fazer as casas da mesma figura uniforme cordeadas em linha reta. A arquitetura, como organização de um microespaço ou de um meio físico interessado ao homem, deixa de existir, suplantada pela arquitetura da cidade, pelo urbanismo, pelo macroespaço ou meio físico da coletividade. Por isso mesmo tem sido advertido que Brasília não possui escala do homem; tem escala de multidões. E o homem é sempre um perdido, um isolado, um ilhado nas multidões. Trata-se portanto de examinar a premissa e não suas conseqüências que redundaram na censura oficial de Brasília. Será conveniente fazer prevalecer a cidade sôbre a casa? Será vantajoso objetivar-se a harmonia dos conjuntos em prejuízo da liberdade de suas partes componentes monotonizadas? Uma cidade padronizada não seria uma cidade excessivamente racionalizada? Com esta censura vigorante teria existido um Caudi ou mesmo um Niemeyer? Convém lembrar a propósito que quando Niemeyer projetou o conjunto da Pampulha, em Belo Horizonte, havia lei municipal estabelecendo censura estética naquele nôvo bairro, proibindo taxativamente que nêle se construissem casas modernas ou rústico. Brasília, porém, é uma exceção em todos os seus aspectos e só como tal pode ser analisada.

Qual seria o caminho para a solução do problema de Habitação no Brasil (favela, casa popular, habitação coletiva, individual, etc.)?

ON Pouco a pouco a habitação foi evoluindo e os grandes palácios desaparecendo, substituídos pelas casas burguesas, que já agora começam a se reduzir no luxo e na escala, constituindo numa exceção não raro acintosa diante dos que nada possuem. A habitação coletiva representa hoje a solução que melhor atende aos interêsses do povo pelas condições de economia e simplicidade que oferece, mas isso não exclui a casa isolada — quando bem concebida num plano de urbanismo — nem a casa mais luxuosa e requintada, pois os tempos não se anunciam como uma promessa de miséria coletiva, mas de uma fase progressiva de maior confôrto para todos.

SWB O encaminhamento da solução do problema habitacional no Brasil, deveria ser enfrentado pelo Govêrno, articulando um plano nacional, estruturado na realidade econômico-social brasileira por região, nos institutos de previdência social, nas companhias de seguros, na iniciativa privada, nos sindicatos de classe, nas organizações bancárias, descentralizando totalmente o lado executivo construtivo.

O plano nacional de habitação, regularia e coordenaria tôdas as fôrças econômico-sociais do País com uma unidade de pensamento e propósitos. Os institutos de previdência social apenas financiariam os planos de habitação para os seus beneficiários.

As companhias de seguros lançariam o seguro habitacional, de forma que cada segurado pudesse mudar sempre que necessário para as proximidades do trabalho, evitando com isso uma sobrecarga no transporte e dispersão de energia e tempo.

rios, não pretendo assumir uma posição de combate à corrente em aprêço, mas demonstrar sòmente a fraqueza dos argumentos com que seus adeptos e os críticos que a apóiam procuram subestimar a arquitetura mais livre e criadora, que prefiro, e que, na verdade, a alguns arquitetos apenas assusta e intimida.

Dentro dessa arquitetura, procuro orientar meus projetos, caracterizando-os sempre que possível pela própria estrutura. Nunca baseada nas imposições radicais do funcionalismo, mas sim na procura de soluções novas e variadas, se possível lógicas, dentro do sistema estático. E isso sem temer as contradições de forma com a técnica e a função, certo de que permanecem, ùnicamente, as soluções belas, inesperadas e harmoniosas. Com êsse objetivo, aceito todos os artifícios, todos os compromissos, convicto de que a arquitetura não constitui uma simples questão de engenharia, mas uma manifestação do espírito, da imaginação e da poesia.

No Palácio do Congresso, por exemplo, a composição se formulou em função dêsse critério, das conveniências da arquitetura e do urbanismo, dos volumes, dos espaços livres, da profundidade visual e das perspectivas e, especialmente, da intenção de lhe dar um caráter de alta monumentalidade, com a simplificação de seus elementos e a adoção de formas puras e geométricas. Daí decorreu todo o projeto do Palácio e o aproveitamento da conformação local, de maneira a criar, no nível das avenidas que o ladeiam, uma monumental esplanada e sôbre ela fixar as cúpulas que deviam, hieràrquicamente, caracterizá-lo. Tivesse estudado o Palácio com espírito acadêmico ou preocupado com as críticas, e, ao invés dessa esplanada, que a muitos surpreende pela sua imponência, teríamos uma construção em altura, cortando a vista que hoje se estende em profundidade, além do edifício, acima da esplanada, entre as cúpulas, abrangendo a Praça dos Três Podêres e os demais elementos arquitetônicos que a compõem, somando-os plàsticamente e tornando, assim, a perspectiva do conjunto muito mais rica e variada.

Já nos Palácios do Planalto, do Supremo e da Alvorada, limitei-me a especular sôbre a forma dos suportes ou das colunas pròpriamente ditas. Não desejava adotar as seções usuais — colunas cilíndricas ou retangulares —, mais simples e econômicas, mas procurar outras formas que, mesmo contrariando certas exigências funcionalistas, caracterizassem os edifícios, dando-lhes maior leveza, situando-os como que soltos ou apenas apoiados no solo. Isso justifica as formas adotadas e as extremidades em vértice, formas que dão aos visitantes aspectos novos e inesperados; ora numa seqüência de curvas harmoniosas, ora quando êles se situam no centro da Praça dos Três Podêres — como comentou Jean-Paul Sartre —, como que os envolvendo em leque com seu jôgo plástico; ora se modificando, assumindo aspectos diferentes, como se não fôsse uma coisa inerte e estática. E agrada-me sentir que essas formas garantiram aos Palácios, por modestas que sejam, características próprias e inéditas e — o que é importante para mim — uma ligação com a velha arquitetura do Brasil colonial. Não com a utilização simplista de elementos daquela época, mas exprimindo a mesma intenção plástica, o mesmo amor pela curva e pelas formas ricas e apuradas que tão bem a caracterizam.

Mas na concepção dêsses Palácios, preocupou-me também a atmosfera que dariam à Praça dos Três Podêres. Não a pretendia fria e técnica, com a pureza clássica, dura, já esperada das linhas retas. Desejava vê-la, ao contrário, plena de formas, sonho e poesia, como as misteriosas pinturas de Garbou. Formas novas, que surpreendessem pela sua leveza e liberdade de criação. Formas que não se apoiassem no chão, rígidas e estáticas, como uma imposição da técnica, mas que mantivessem os Palácios como que suspensos, leves e brancos, nas noites sem fim do Planalto. Formas de surprêsa e emoção que, principalmente, alheassem o visitante — por instantes que fôssem — dos problemas difíceis, às vêzes invenciveis, com que a vida a todos mortifica.

SWB O que representa valôres constantes na arquitetura é o bom senso, o lado prático, o sentido humano, a integração ao meio ambiente, aliados a uma boa técnica, dentro da personalidade de cada arquiteto. As nomenclaturas Organicista, Racionalista, ou qualquer outra, dependem bàsicamente dêsses fatôres e são acomodações profissionais de cada arquiteto dentro das influências ou limitações por que esteja passando.

SV No frigir dos ovos, tanto a corrente organicista como a racionalista visam um objetivo comum, qual seja a lógica da construção. Diferem os métodos e as premissas da composição. A primeira tende mais para a posição e importância relativas dos espaços. A segunda, pelo agenciamento técnico dos mesmos. Modos diversos de resolver um mesmo problema com resultados semelhantes ainda que não iguais. Varia também a condição cultural que informa as duas correntes: romântica uma, clássica outra. Na primeira o homem apresenta-se individualmente com peculiares necessidades e flexíveis exigências; na segunda, considera-se o homem como um ser ideal, padrão como média, cujas necessidades físicas mais ou menos uniformes devem prevalecer sôbre suas possíveis peculiaridades. A questão torna-se portanto sutil quando se considera que o homem é também uma arquitetura, uma síntese de coisas, mentais e materiais. Em determinado caso aparece como uma coletividade, em outros como indivíduo. O próprio corpo humano, orgânico, não deixa de ser racionalmente composto. Considere-se por outro lado que na formação dos estilos, característicos de épocas, as correntes que os impulsionam só têm maior importância na medida em que venham a influir na definição dos citados estilos. Por si mesmo, as correntes, no tempo, perdem de importância, reduzindo-se a problema de personalidade de seus criadores, a **cachet** de determinadas obras, a **escola** de determinado autor. E generalidade arquitetônica acaba sempre por aproveitar a contribuição oferecida por tôdas as correntes, confluindo-as para uma só concepção final. Dentro do problema como nos encontramos, sem a perspectiva da distância para interpretá-lo, difícil é avaliar com justiça e corretamente cada corrente, cada tentativa ou experiência que vem sendo realizada.

A realidade brasileira, como a universal, tende, como não podia deixar de ser, para o aproveitamento de tôdas as correntes havidas como pontos de apoio do processo universal de desenvolvimento arquitetônico.

Deve haver uma censura estética oficial, como no caso de Brasília?

ON Não posso estar de acôrdo com uma censura permanente em qualquer cidade, mas quem conhece o nível da arquitetura brasileira, principalmente as incompreensões aceita a orientação que se adota na nova Capital, como medida educativa e disciplinadora que visa impedir aberrações que lamentàvelmente se espalham por todo o País, sob pretexto de **arquitetura revolucionária** ou **modernista**. Lembro, como exemplo, o projeto de uma igreja, por nós recusado em Brasília, representando um enorme peixe, e outro, de um prédio de apartamentos no qual foram adaptadas as colunas do Palácio da Alvorada, projeto que se aprovado constituiria um triste precedente por imitar, do modo mais impróprio e ridículo, a ar-

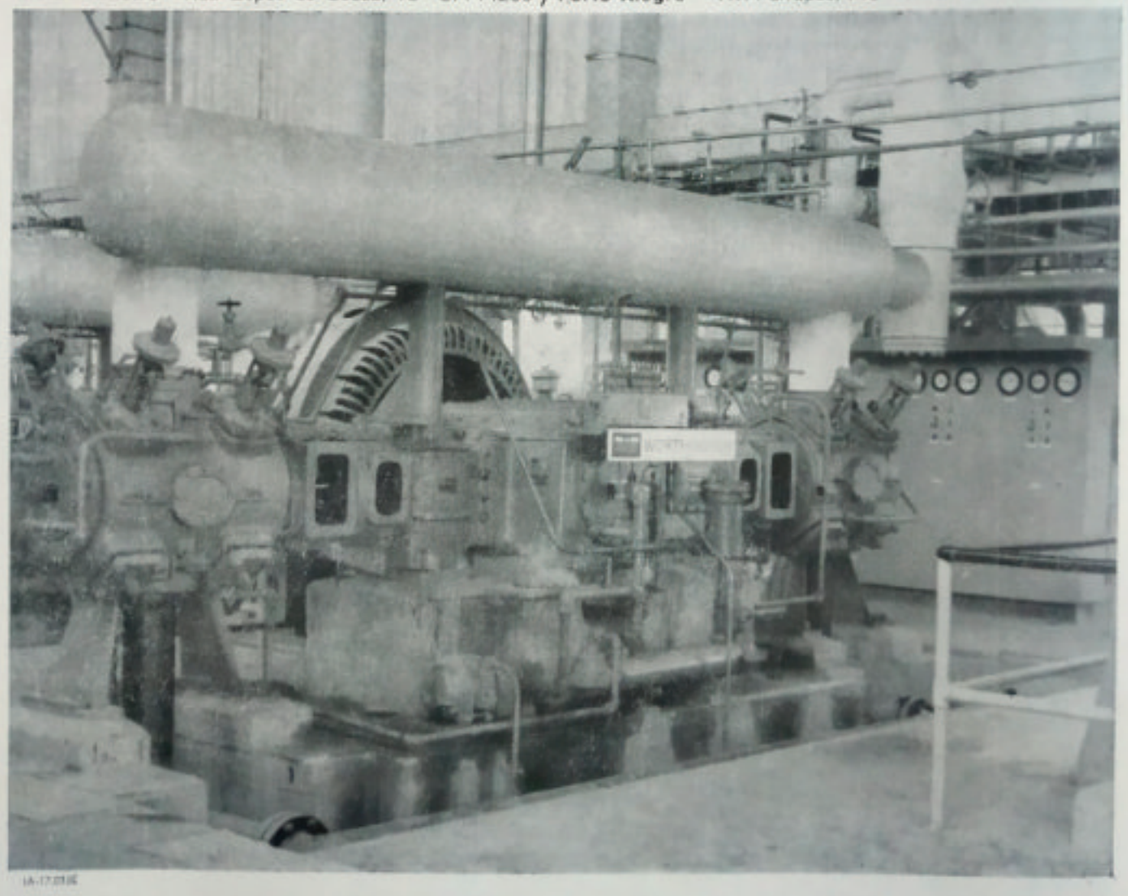
Onde ar condicionado e refrigeração constituem matéria prima...

Em diversas atividades industriais a refrigeração e o condicionamento de ar são indispensáveis ao processo de fabricação. Também cumpre notar que as condições de confôrto proporcionadas pelas instalações de ar condicionado são fatôres de importância no aumento da produtividade. Indústrias como a química, a farmacêutica, a de bebidas, a de frigoríficos, entre muitas outras, dependem essencialmente da eficiência do equipamento de refrigeração. Êle é parte integrante da indústria... matéria prima da qualidade de seu produto. É necessário continuidade e rendimento elevado... e a assistência de técnicos especializados sempre que Você pensar nêsse tipo de equipamento. Há mais de 25 anos a CEIBRASIL se dedica a problemas de refrigeração e ar condicionado. Seus engenheiros, técnicos e operários são homens experientes, sempre atualizados no estudo, instalação e manutenção de maquinismos dessa natureza. Utilizando equipamento Worthington, de qualidade comprovada internacionalmente, êles estão capacitados a resolver qualquer problema e planejar a aplicação do sistema de ar condicionado e refrigeração mais adequado à sua indústria.

WORTHINGTON
REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO

CEIBRASIL
CIA. ENGENHARIA E INDÚSTRIA

Rio de Janeiro - Rua Lopes de Souza, 45 - C. P. 1269 / **Pôrto Alegre** - Av. Farrapos, 146 - 1.º andar - C. P. 2667



buição pode ser encontrada no alto nível estético da arquitetura.

A terceira contribuição se resume em tudo aquilo que deu certo e errado, no maior laboratório de pesquisas arquitetônicas do mundo, para que os erros possam contribuir para a formação de nossa maturidade profissional.

A quarta contribuição foi, a meu ver, a aceleração do desenvolvimento industrial, aplicado à indústria de construção civil. Por fim, a quinta contribuição está no grande equilíbrio do urbanismo e da arquitetura, num todo um ressaltando a outra.

SV Brasília é um marco, um exemplo, uma experiência, uma tentativa honesta de caminhar para o futuro. É de se lamentar, apenas, que a esta experiência não tenha sido convocado um maior número de colaboradores para que a iniciativa pudesse traduzir a máxima capacidade nacional do momento. Ainda assim, por felicidade, Brasília foi realizada exatamente por aquêles que estão, indubitàvelmente, à frente do movimento arquitetônico nacional, correspondendo, portanto, ao que se melhor ou mais avançado se podia tentar. Se a tentativa se impuser como válida, sua importância terá sido imensa. Se não, sua importância será aquela decorrente do testemunho histórico a que já aludiu Lúcio Costa.

No momento histórico da industrialização do País, como deve atual o arquiteto para que se verifique uma elevação do padrão no produto industrial, e uma racional produção de elementos pré-fabricados para montagem de unidades arquitetônicas?

ON Sou de opinião que os sistemas modernos de pré-fabricação, padronização etc. decorrem da evolução social de cada país, que possibilita os grandes programas construtivos e os empreendimentos humanos que lhes são indispensáveis. No momento brasileiro, cabe aos arquitetos defender a indústria nacional estimulá-la a fim de que se organize e se prepare para as experiências do presente e os trabalhos do futuro.

SWB No ciclo industrial que estamos penetrando, o arquiteto deve atuar como elemento coordenador entre as várias indústrias. A êle cabe essa tarefa, justamente porque visualiza os efeitos que deseja obter no seu planejamento, e sabe como juntar os vários produtos industrializados para que tenham a unidade desejada. Ao mesmo tempo, a exuberância repentina de novos materiais pode trazer uma arquitetura sem tranqüilidade e sem sobriedade, fazendo com que a arquitetura brasileira corra o risco de ser transformada num mostruário de materiais. Ao arquiteto cabe a tarefa de fazer gente feliz ou infeliz, agregar famílias ou separar famílias, fazer com que gente trabalhe sem sendr, num ambiente ameno. Se analisarmos o dinamismo da época em que vivemos e procurarmos trazer aos nossos planejamentos uma calma ancestral, estaremos contribuindo para uma tranqüilidade sem pílulas e sem remédios, e, conseqüentemente, uma melhor adaptação a vida de hoje.

SV A atuação do arquiteto na industrialização do País é aquela mesma decorrente de sua responsabilidade em seu contexto social e econômico. É necessário e urgente que o arquiteto abandone sua posição de artista escultórico, para confundir-se com o povo em sua luta pelo progresso. Confundir-se no sentido de contribuir com tôda sua capacidade para que as coisas sejam bem planejadas, bem concebidas e bem executadas. Não só o edifício monumental ou a casa do rico mas tôdas as coisas que possam servir ao homem. Confundir-se com o povo no sentido de sentir e atender às suas necessidades mais prementes e não apenas aquelas da contemplação e da poesia. Confundir-se no sentido de tornar-se útil e não supletivo apenas.

Qual o resultado prático que se obterá com a regulamentação da profissão do arquiteto, ora em cogitação?

ON Não acredito muito nas vantagens de um regulamento para a profissão do arquiteto, mas sim de uma campanha que possa dar aos mesmos uma idéia mais justa dos objetivos profissionais, que não são apenas econômicos e artísticos, mas essencialmente humanos. Uma campanha que os faça compreender suas deficiências atuais — impedidos que se acham de dar à sociedade uma colaboração mais ampla, entregues aos caprichos das classes dominantes e afastados dos problemas básicos de suas cidades que se desvirtuam pelo jôgo da especulação imobiliária e dos interêsses individuais. No Rio de Janeiro, por exemplo, cidade onde se faz êsse inquérito, qual foi e qual é a atuação dos arquitetos em relação a seus problemas? Essa atuação se limita, na verdade, a prédios isolados, a obras sem maiores responsabilidades, alheia à cidade que cresce desordenadamente, comprometendo sua paisagem e suas belezas naturais, seus parques e seus jardins, suas obras de arte e sua arquitetura.

Eu resumiria tôdas as perguntas dêsse questionário, nesta.

Como poderá o arquiteto exercer sua profissão de forma justa e plena? E responderia — Lutando por uma sociedade melhor, onde prevaleça o interêsse da coletividade, onde a profissão do arquiteto se exerça, livre e independente, com o único objetivo de atender os anseios de todo o povo.

SWB Não respondeu.

SV O problema da profissão é antes de tudo de mentalidade e de consciência. Não de legislação. As leis consagram costumes e não os podem impor. Há, de fato, equívocos nas leis vigorantes que precisam ser sanados: há exploração do profissional pelo homem de negócios; há má colocação das atribuições de profissões correlatas ou afins. Todos êsses equívocos já a prática vem, contudo, acertando e resolvendo, sendo fácil à legislação tornar efetivas essas correções. O que não se pode pretender é que a lei sobreponha-se às contingências do meio, criando imposições ou mesmo privilégios, inócuos e fàcilmente desatendíveis na prática. Quando os arquitetos tiverem plena ciência de suas responsabilidades e as atenderem com proficiência, quando se organizarem como classe unida e definida, quando se mostrarem de fato mais capazes de oferecer o que lhes compete, o problema por si mesmo estará resolvido e a lei apenas consagrará o fato. O maior resultado da regulamentação profissional ora em cogitação reside, em conseqüência, menos em sua concretização do que na luta que ensejou, no despertar da consciência profissional, na união dos arquitetos em tôrno de seu órgão de classe, na posição de responsabilidade que assumiram e na definição correta do que é arquitetura. ■

caminho percorrido, que em vez de levar à Brasília, levaria a um arremêdo qualquer de **acrópole**.

M. V. Q., assinala a seguir, três surtos de construção civil no Brasil, ao seu ver "diversos entre si quanto aos fenômenos sociais a que se correlacionaram, quanto ao volume e o aspecto das obras, e os problemas técnicos e culturais nêle envolvidos: 2) de 1889 a 1910, aproximadamente; b) 1915 — 1929 e c) 1939...

Analizando os aspectos referentes à arquitetura, à inflação e à mão de obra, **M. V. Q.**, ressalta que outros fatôres mais importantes que a inflação determinaram o ritmo da construção no Brasil, e são capazes de explicar a "a especial atratividade exercida sôbre o capital imobilizado pelo setor imobiliário, e o relêvo excepcional que as construções atingem por vêzes". A nosso ver — prossegue o autor — êstes fatôres podem reduzir-se atualmente a dois: 1) a existência de uma demanda nunca ainda satisfeita, constituida por aquela parte das classes médias e pelas classes superiores urbanas que aumentam de número e poder econômico passo a passo com a industrialização, e que necessitam de mais apartamentos ou casas e estão aptos a pagar os aluguéis requeridos, a participar de uma variedade enorme de planos de financiamentos, ou simplesmente comprar à vista, em dinheiro somante, para consumo conspicu; 2) a existência de uma mão-de-obra de caráter particular, que pràticamente só pode ser empregada na construção de prédios e mesmo assim só no Brasil ou em paises que não sejam muito diversos no que diz respeito as condições geográficas e sociais".

E, através do uso desta mão-de-obra não qualificada que o autor procura explicar as atuais condições de nossa indústria de construção e de materiais de construção, e sua posição de inferioridade técnica ante as demais indústrias de nosso parque fabril.

M. V. Q., friza, ainda, que o fato de a mão-de-obra representar certa de 50% dos orçamentos da construção civil denota o emprêgo massiço de "trabalhadores manuais em detrimento de procedimentos mecânicos mais *adiantados tecnológicamente*.

(Tais fatos se bem que verdadeiros e agudamente observados não representam, todavia, o aspecto único da situação da construção civil no Brasil. Ela, apesar de tôda a pujança demonstrada últimamente, continua prêsa a uma série de fatôres que têm impedido o avanço técnológico que, do seu surto poder-se-ia esperar.

A mão-de-obra fácil é realmente um dos fatôres preponderantes de sua viabilidade, mas não explica totalmente o seu desaparelhamento, pois não passaria pela cabeça de ninguém fazer funcionar uma indústria, de

Desenho do "Die Stadt von Morgen"



qualquer outra natureza, a custa de uma mão-de-obra não especializada, mas farta e barata.

O que talvez tenha e venha acontecendo é que a ação de construir prédios, não atingiu ainda, no Brasil, a condições de ato industrial; em grande parte êle é ainda uma espécie artesanato, — se bem que destituido da maior parte de suas caracteristicas. Até bem pouco tempo era interdito aos industriais da construção civil emitir duplicatas, sempre existiram condições restritivas ao financiamento para construção civil e, mesmo em Brasília, nunca se chegou a ter uma programação de construções capaz de permitir o aparelhamento de firmas construtoras).

Na observação sôbre a arquitetura de elite, **M. V. Q.**, desvincula o seu desenvolvimento da "febre especulativa imobiliaria" para ligá-lo ao **"paternalismo suntuário governamental**, e as "conspicuas exigências privadas de novas camadas emergentes".

Ressalvando uma possivel interpretação de que a **elite arquitetônica** tivesse se colocado "a serviço" do suntuarismo esbanjador, friza que êste suntuarismo foi "a condição para que tal tipo de arquitetura tivesse podido, em dado momento histórico, florescer entre nós — e é certo que tal circunstância foi sempre reconhecida de forma mais ou menor consciente pelos arquitetos de vanguarda, que nela viam apenas a oportunidade de exercer e desenvolver — com plenos recursos — a sua técnica e a sua arte".

Neste trecho do ensaio, **M. V. Q.**, analisa a posição dos arquitetos face a realidade brasileira e face as origens culturais européas da arquitetura brasileira assinalando, no final do capitulo, que nossa atual arquitetura de elite não seria possivel em um pais nitidamente subdesenvolvido, nem em um pais dos mais adiantados. "Só as condições brasileiras de pais que voltou as costas à sua tradição arcaica mas ainda não atingiu o desenvolvimento pleno, é que podem explicar a especulação imobiliária, o suntuarismo governamental, Niemeyer e Brasília. Nossa arquitetura de elite é produto de transição".

Ao analisar os aspectos urbanisticos, mais caracteristicos, do Rio — especialmente Copacabana — e de São Paulo, **M. V. Q.**, ressalta que a profunda dessemelhança existente entre, não só as mencionadas cidades, mas qualquer outra cidade brasileira e Brasília.

"Brasília signaliza uma estrutura social profundamente marcada pelas diferenças de classes e camadas, signaliza o tipo de desenvolvimento em processo no pais, signaliza ainda o caráter e a falta de caráter nacionais, os intentos planificadores e a ausência de organização, signaliza a profunda vitalidade do povo e da nação brasileira".

Finalmente, numa tentativa de prognóstico, o autor indaga: a arquitetura brasileira — levando em conta os fatôres sociais conhecidos — estará apta a responder ao desafio das tarefas que o desenvolvimento ulterior do pais colocará diante dela?

Como resposta, **M. V. Q.**, coloca os arquitetos — de elite ou de carregação — ante um dilema: cessadas as causas da existência da mão-de-obra fácil, barata e não especializada, da febre imobiliária e do suntuarismo governamental, ou êles "desenvolverão uma técnica nova e uma nova habilidade em consonância com as exigências do futuro, ou terão de ceder lugar a uma jovem geração de arquitetos, que os estudará como quem estuda um capitulo encerrado da História".

Este ligeiro apanhado sôbre o ensaio do sociólogo **Mauricio Vinhas de Queiroz** não será, por certo, suficiente para demonstrar tôda a importância do trabalho focalizado, é, entretanto, uma forma de chamar a atenção sôbre êle e colocá-lo no plano do debate das questões relativas a nossa arquitetura e suas multiplas implicações — sociais, econômicas e culturais. Êste debate, tão necessário, não teve ainda a ressonância que se poderia esperar, apesar da já importante obra já realizada e da contribuição por ela trazida — ou refletida — ao painel complexo, intrincado e por vêzes caotico que é o Brasil em seu desenvolvimento.

É intenção nossa publicar, em número próximo, integralmente o ensaio que agora destacamos e comentamos ligeiramente. Acreditamos ser imprescindível a divulgação de trabalhos dêste gênero entre arquitetos, pelo que êles apresentam como subsidio na conscientização do papel social do arquiteto e de suas responsabilidades no processo de desenvolvimento em curso. Sòmente esta conscientização poderá colocar o arquiteto à altura do "desafio das tarefas que o desenvolvimento ulterior do pais" trará.

Registramos, finalmente, o nosso aplauso ao sociólogo **Mauricio Vinhas de Queiroz** pelo trabalho empreendido e que vem preencher um vazio ocupado, até agora, apenas pelos arquitetos que, entre um trabalho e outro de prancheta, sentem a necessidade imperiosa de, usando outro instrumento de expressão, tentar compreender e, através desta compreensão explicar a arquitetura e sua correlação com o **meio** que é sua origem e lhes dá significado.

M. N. B.

S.C.A. 46 — MUNFORD

O Boletim da Sociedade Central de Arquitetos de setembro de 1962 publicou uma conferência do conhecido critico norte-americano Lewis Munford, pronunciada em Roma, da qual destacamos alguns trechos.

LM. trata das relações entre o homem, a arquitetura, o urbanismo e as técnicas de nossa civilização maquinista, sob o ponto de vista filosófico, ressaltando a fragmentação dos laços que a uniam aos valôres éticos e objetivos mais profundos da humanidade, apesar do tremendo avanço científico e tecnológico dos últimos tempos.

Observando os símbolos de desagregação, aparentes na obra dos artistas de nosso tempo, LM friza que por época alguma, mesmo nos períodos mais sombrios da evolução humana, foram experimentados sentimentos tão universais de angústia, de vazio, de inutilidade da vida, de significação e intenção. Não estranha, portanto, que êstes mesmos artistas, em lugar de festejar, antes de tudo, as manifestações do nosso poder quase divino, se expressem, "ao criar, em têrmos nihilistas, violentos e infantis, desprovidos de conteúdo intelectual e de valor moral, demonstrado, freqüentemente, sem dúvida alguma, um verdadeiro amar pela corrupção e pelo mal".

Para Munford, a arte moderna expressa, largamente, uma espécie de perverso vigor, como que diretamente alimentado nas raízes primitivas do mal. Friza, entretanto, que não se deve dissimular que "sua significação depende da ausência de significação, seu conteúdo de sua falta de conteúdo, o que não deve ser confundido com a abstração. Seu único valor é negação da possibilidade de valôres".

Mais adiante, LM, observa que quanto a arquitetura e o urbanismo atuais, desde que vistos "com olho crítico, insensível aos clichês, a moda ou a propaganda, descobre-se, desgraçadamente, a mesma antinomia entre a figura aparente e o deslocamento interno. Tomemos a arquitetura. A arquitetura que domina em nossos dias pode ser grupada sob três etiquêtas: a embalagem, a pirâmide e o leito de procusto.

A embalagem é definida como sendo "a envoltura externa, um biombo de vidro, de aço ou de concreto, cuja forma não apresenta relação funcional ou intencional com o objeto ou com as atividades que êste encerra. Seu único objetivo é o de deslumbrar o observador e fazer a publicidade do produto à vender. Naturalmente uma tal casca será tanto mais efetiva quanto mais vazia esteja. Para as funções quotidianas da vida familiar, para os

Notícias

ARTIGAS PARANINFA
36 NOVOS ARQUITETOS

O arquiteto Vilanova Artigas foi escolhido paraninfo pelos arquitetos mineiros de 1962. Em seu discurso, referindo-se a alguns aspectos da situação da arquitetura e da realidade brasileira atual, Artigas afirma"... ainda não afloramos os grandes problemas de construção que o nosso povo deseja ver solucionados. Temos demonstrado capacidade técnica e artística. Mas os empecilhos não se contém nos limites de nossa experiência. Mesmo frente às demonstrações mais audaciosas de capacidade de realizar — a ponto para Brasília — as cidades nascem e crescem em território nacional de maneira caótica e desordenada, à mercê da ganância imobiliária e dos interêsses dos grandes proprietários. Convivemos com a exploração desenfreada da crise de estrutura que atravessamos". E mais adiante: "...na verdade, a exuberância formal e a audácia técnica da arquitetura brasileira esforçam-se para superar uma realidade social caracterizada pelo atraso de sua infra-estrutura. No quadro da arquitetura, como no de tôdas as outras atividades artísticas e profissionais, a intelectualidade brasileira defronta-se sempre com esta contradição básica de nossa realidade social: somos um país rico, de imensas possibilidades, cujo povo ainda vive em condições de miséria extrema. Ao lado da moderna casa brasileira, confortável, tècnicamente ajustada, pululam as favelas e os cortiços".

O orador da turma arquiteto Frank Svenson falando sôbre o crescimento de algumas cidades e áreas brasileiras assinala: "a migração provocada pelo desenvolvimento industrial, apresentando condições de trabalho que a atual estrutura agrária de nosso país não tem meios de proporcionar, aliada a outros fatôres, entre os quais, o baixo poder aquisitivo dessas mesmas massas migratórias, implica em graves problemas de adaptação dêsses contingentes aos novos padrões urbanos. Convém lembrar que sòmente 30% das moradias existentes no Brasil de hoje oferecem as condições mínimas de habitalidade, isto sem levar em conta um enorme "deficit" de domicílios. Considerando que a crise de moradias é a manifestação de outras crises mais profundas — técnica, econômica, demográfica, — verifica-se que o problema está vinculado a um contexto deficitário de proporções muito mais amplas". Acrescentando, mais adiante: "ao planejamento de moradias e edifícios "utilitários" deve-se integrar harmônicamente o total de atividades que intervêm na comunidade. A necessidade de programar o desenvolvimento exige que se respeite um processo integral, baseado na interrelação de considerações de ordem social, econômica e física, requerendo iniciativa e responsabilidade em todos os seus níveis".



O IAB LANÇA O CATALOGO DA CONSTRUÇÃO

Já está sendo distribuida a segunda edição do Catálogo Brasileiro de Construção, volume que reúne tôdas as informações necessárias sôbre o assunto e que estabelece contacto mais direto entre os arquitetos e industriais.

Lançado pela primeira vez no ano passado, o Catálogo conta com a orientação e aprovação do Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento de São Paulo. Sua distribuição é gratuita, e se faz apenas aos arquitetos, engenheiros civis e construtores, mediante devolução do volume anterior.

Sumário — A segunda edição do CBC apresenta o seguinte sumário: Seção1 — Equipamento do escritório; 2 — Serviços preliminares e equipamento da obra; 3 — Fundações, estruturas e alvenaria; 4 — Coberturas; 5 — Revestimento de pisos e paredes; 6 — Lambris, forros e divisões; 7 — Produtos químicos; 8 — Esquadrias; 9 — Ferragens e vidraçarias; 10 — Eletricidade; 11 — Instalações hidráulicas e sanitárias; 12 — Equipamentos para banheiros e cozinhas; 13 — Condicionamento de ar; — 14 — Elevadores; 15 — Sistemas de tempo, telefones e proteção contra incêndio; 16 — Equipamentos especiais; 17 — Decorações, e 18 — Ajardinamento e piscinas.

Objetivo — O CBC não objetiva fazer publicidade no plano habitual das promoções comerciais, mas fornecer informações técnicas suficientes para o conhecimento e aplicação dos produtos nêle classificados. A elaboração do Catálogo baseia-se num critério de seleção que impede a inscrição de firmas cujos produtos não tenham sido considerados de boa qualidades.

Exito — O Catálogo não é distribuido sòmente no Brasil como também no Exterior. Depois de lançada a primeira edição, que se denominava Catálogo Geral da Indústria da Construção, as manifestações de apoio de várias partes do País e do estrangeiro possibilitaram sua ampliação. Por terse tornado de âmbito nacional é que a nova edição aparece com o nome de Catálogo Brasileiro da Construção, denominação que têm caráter definitivo. Prevê-se um aumento gradativo de participantes, de ano para ano, segundo o critério de seleção empregado pelo Instituto de Arquitetos do Brasi — Departamento de São Paulo.

(O Estado de São Paulo — 15-11-62).

tempos de calor ou de frio extremos, uma casa inteiramente envidraçada, quer dizer, a embalagem perfeita, seria um lugar de tortura. Este ménosprêzo pelas necessidades humanas é um vício típico do nosso tempo".

A pirâmide, por seu lado, representa "uma das mais velhas depravações arquitetônicas, em vias de renascer em nossos dias; *ainda que, novas formas procurem disfarçar sua natureza. O edifício-pirâmide, ou seja aquêle que toma a forma de um arranha-céu, de uma milha de altura, onde sua estrutura (funcionando em balanço) é quase tão custosa quanto os edifícios que suporta, exige o sacrifício de esforços humanos por um grandioso vazio e pela vaidade de fazê-lo. Assim, ante esta definição, os novos automóveis norte-americanos são exemplos perfeitos do edifício-pirâmide. Da mesma forma que o são, guardadas as devidas proporções, as nossas bombas atômicas e de hidrogênio; porque elas são um aspecto do culto moderno à morte, com o poder de transformarem-se em túmulos, não de faraós, porém de tôda a raça humana.*

O leito de Procusto, representa o terceiro aspecto da superconcentração, e portanto, da desintegração orgânica. "Nossos preciosos e admiráveis servidores mecânicos convertem-se em vulgares Procustos quando uma função ou uma forma de organização mecânicas, domina tôda outra atividade e reprime as funções mais simplesmente humanas. Existem, hoje, muitíssimos mais meios do que os conhecidos pelo gigante grego, para cortar pernas ou estirar corpos humanos e ajustálos a um arbitrário leito de ferro. O perigo não vem do uso das máquinas e sim da transformação do homem em agente responsável que deve manejálas e dirigir suas ações para suas próprias finalidades. Desde que se começou a adaptação das pessoas às necessidades da máquina, já não pode haver mais barreiras capazes de resistir as deformações. Em um mundo sem objeto a mecanização assume inevitàvelmente o comando".

ARQUITETURA, *pretende, em número próximo, transcrever, integralmente, o texto desta importante conferência de Lewis Munford, onde são abordados, com impressionante lucidez, aspectos fundamentais da nossa civilização.*

MÓDULO — 30

Número de outubro de 1962 — a maior parte da edição é dedicada ao projeto de Oscar Niemeyer para a Feira Internacional e Permanente do Líbano em Trípole.

A edição traz ainda o projeto de ON para a Sede do Touring Club do Brasil, em Brasília; projeto de Sabino Barroso para a Central Telefônica de Brasília; o anteprojeto dos arquitetos Miguel Pereira e J. C. Paiva, para a Assembléia Legislativa de São Paulo, trabalho classificado em 3.º lugar; uma residência de campo do arquiteto Ricardo Menescal; Hall de Edifício em Laranjeiras, dos arquitetos Aristarco Acioli e Marion Levi, e nota ilustrada sôbre os tecidos pintados de Hilda Eisenlohr Campofiorito. No noticiário, notas sôbre exposições e o Regulamento do VII Congresso da N.I.A.

ACRÓPOLE — 287

O número corresponde a outubro de 1962. Traz como matéria, além das seções habituais de noticiário, bibliografia e Boletim do Instituto Brasileiro de Acústica, projetos dos arquitetos A. Franz Heep; Victor Reif; Fábio Penteado; J. M. Monfort; Israel Galman, Rubens Carneiro Viana e Ricardo Sievers, em equipe; Alberto Botti e Mar-Rubin, em equipe.

Na Galeria "Pioneiros do Movimento Moderno" é focalizado Erich Mendelsohn (1887-1953).

Publica ainda um trabalho do Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo sôbre a Capela de São Miguel.

ACRÓPOLE — 288

Publica os anteprojetos classificados no recente concurso do Jockey Club de São Paulo:

1.º Prêmio — Sérgio Bernardes e Henrique Pait.

2.º Prêmio — Fábio Penteado e Ubyrajara Gilioli.

3.º Prêmio — Rubens Carneiro Viana e Ricardo Sievers.

Além dêstes anteprojetos apresenta: residência no Jardim Paulista, dos arquitetos Rosa Kliass e Wlademir Kliass, trabalho êste que mereceu o Prêmio de Viagem ao País, Paulista de Belas-Artes de 1962; o Conjunto de Edifícios do Parque Guinle, no Rio, projetado pelos Irmãos Roberto; e projetos dos arquitetos Lugjan Korgold e Rubens Gil de Camillo, em equipe — Edifício Sede de Cia. de Seguros; David Libeskind — residência no Ibirapuera; e dois projetos de residências do arquiteto Adolpho Rubio Morales.

Aparecem ainda as habituais seções de noticiários, bibliografia e o Boletim do Instituto Brasileiro de Acústica.

A Galeria "Pioneiros do Movimento Moderno" apresentada Peter Behrens (1868-1940). ■

da Baia em benefício da cidade, de sua população e de turistas.

Premiação

1.º Prêmio — 50.000 libras israelenses
2.º Prêmio — 30.000 libras israelenses
3.º Prêmio — 20.000 libras israelenses

Além dêstes prêmios existe uma dotação de 30.000 libras israelenses a ser distribuida como menção, ou menções, a critério da Comissão Julgadora.

Comissão Julgadora

Compõe a parte técnica da Comissão Julgadora: Sir William Halford — Inglaterra; ARA, FRIBA, MTPI: Moshe Amiaz — Engenheiro Civil de Tel-Aviv-Yafo; Yaacov Dash — Diretor do Departamento de Planejamento do Ministério do Interior — Israel; Louis Kahan — USA — Arquiteto; Yzchak Perlstein — AMTPI — Israel — Arquiteto; Arieh Sharon — Israel — Arquiteto; Bruno Zevi — Itália — Rrquiteto e Urbanista; Assessor — F. Darnell — ARIBA — AMPTI.

Inscrição

Os interessados deverão requerer sua inscrição à:

ACHUZOT HACHOF CO.
TEL-AVIV-YAFO
RECHOV LURIE, 8
ISRAEL

A inscrição implica no pagamento de uma taxa de 100 libras israelenses.

O prazo para inscrições expira a 10 de fevereiro de 1963.

NOTA — A Libra israelense tem no momento a seguinte cotação: 3 libras israelenses valem 1 Dolar.

CONCURSOS DE LIVRE DOCÊNCIA NA ESCOLA DE ARQUITETURA — UMG

Para as cadeiras de Geometria Descritiva e Modelagem da Escola de Arquitetura de Minas Gerais realizaram-se provas para docência livre, sendo aprovados todos os candidatos inscritos.

Foram candidatos a livre docente de Geometria Descritiva o arquiteto Luis Simões de Castro e o engenheiro Antônio Gonçalves Couto. A banca examinadora estava constituida pelos professôres Gerson Pompeu Pinheiro (FNA-UB); Antônio Moreira Calais (Escola de Minas de O.P.); Francisco Estêves Kosuta (Mackenzie); João Kubitschek de Figueiredo e Paulo Henrique (U.M.G.).

O arquiteto Luciano Amédée Péret foi candidato único a docência livre de Modelagem. Foram seus examinadores os professôres Carlos Delnegro (FNA-UB); Júlio Ribeiro de Castilho (U.R.G.S.); Laszlo Zinner (Mackenzie); Francisco Martins Carvalho e Raphael Hardy Filho (U.M.G.).

TENREIRO — CASA NOVA

A Praça General Osório, continua desenvolvendo-se no panorama cultural carioca. A presença de lojas de equipamentos para interior, teatros, galerias de arte, bares e restaurantes — pontos de artistas e intelectuais, — dá àquele local de Ipanema, outrora "Provinciano" com o seu esquecido chafariz de mestre Valentim, uma nova feição.

Ao findar o ano de 1962, outro importante local para nossa vida artística e cultural ali surgiu. A nova loja e galeria de Joaquim Tenreiro.

Tendo encerrado as atividades da antiga casa na Barata Ribeiro, há dois anos, dedicou-se Tenreiro exclusivamente à criação e pesquiza do mobiliário. Os resultados, agora apresentados, mantém a tradição e o alto conceito do pioneiro do mobiliário brasileiro contemporâneo.

Ao lado de seus móveis e equipamentos de interior, Tenreiro está realizando uma mostra de artistas brasileiros: Darel Valença, Marcelo Grassman, Augusto Rodrigues, Ivan Serpa, Maria Martinsi Lygia Clark, Manabu Mabe e Antonio Bandeira.



Acompanhando Tenreiro, durante a inauguração, vemos Antonio Bento, Arquiteto Helio Modesto, Bustamante Sá, Lygia Clark e um dos seus "Bichos"

CAPANEMA (GRANDE HOMENAGEADO DOS ARQUITETOS FNA-62), INDAGA EM DISCURSO

Afirmando que os arquitetos que ora se formam têm um dever — o de prosseguir, por todos os meios, a revolução da arquitetura brasileira, fêz o Dep. Gustavo Capanema — as seguintes indagações em seu discurso aos arquitetos que o escolheram para alvo da "grande homenagem".

"Como imprimir à arquitetura o seu papel social, como fazer da arquitetura não apenas a criadora dos monumentos que enchem as cidades de beleza, mas também a propiciadora das habitações urbanas e rurais, das habitações de todos os niveis, principalmente das habitações proletárias, das habitações pobres e humildes? Com os olhos voltados para um dos mais agudos problemas do nosso País, como erguer uma arquitetura que um dia venha servir de instrumento a homens de govêrno providenciais, dispostos a proporcionar aos nossos irmãos, cada vez mais numerosos, que vivem nas favelas de tôdas as grandes cidades do País, lares onde a vida deixe de ser uma humilhação, e possam formar, nas redondezas das aglomerações opulentas, composições de grande sentido humano e até de valor plástico?"





Senhores Luiz Mellane Jr., diretor da Brafor, arq. Artur Lício Pontual, vencedor do Prêmio Cinquentenário Brafor, arq. Mauricio Fleury e Flávio Miranda, em palestra durante a inauguração; abaixo o arq. Donato Mello Júnior, diretor em exercício do MNBA, ladeado pelos arquitetos Mauricio Roberto e Mauricio Nogueira, e Srs. Luiz Mellane Jr. e Flávio Miranda.

PRÊMIO BRAFOR: EXPOSIÇÃO

O IAB-GB, com a colaboração do Museu Nacional de Belas Artes, patrocinou nas dependências do MNBA, a Exposição de Desenho Industrial "Prêmio Brafor".

A inauguração deu-se às 17,30 horas do dia 20 de dezembro último com a presença de um grande número de arquitetos, artistas e interessados em desenho industrial. A mostra continha todos os trabalhos selecionados, e cujos vencedores divulgamos em nossa edição anterior.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUITETURA DE ARQUITETURA E URBANISMO — ENEAU

O XXV Congresso Nacional de Estudantes, fundou a Executiva Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo, órgão destinado a coordenação nacional dos universitários de arquitetura e urbanismo.

De acôrdo com os estatutos aprovados a ENEAU terá fôro e sede na cidade em que funciona a UNE, tendo sido escolhida, desta forma, para tal fim a Faculdade Nacional de Arquitetura.

O Presidente da ENEAU é o estudante (FNA) Fernando Pereira Burkhardt e Secretário o estudante (FNA) Flávio Moreira Gomes.

CAMPANHA PARA O TERRENO DA RUA DO PASSEIO

A propósito da Circular n.º 10, de 16-12-1962 na qual relatava-se a situação do Projeto de Lei n.º 271/61, que tem por objetivo doar, com encargos, ao IAB-GB o terreno da Rua do Passeio, e atualmente em curso na Assembléia Legislativa Estadual, o IAB-GB recebeu do seu associado Schaias Zalcberg a seguinte carta:

Sr. Presidente,

Inúmeros afazeres conspiraram para que, sòmente hoje, lêsse a circular em referência.

Gostaria de sugerir, no entanto, que todo o membro do IAB, colocasse junto às respectivas placas de obra (ou mesmo pintado na superfície das placas) um slogan, na base do "Queremos a nossa sede", tão a gôsto das reivindicações do momento.

Esta frase, ou outra de maior efeito psicológico, permitiria, vincular visualmente a nossa reivindicação ao que realizamos e ao valor de nossa profissão.

Queremos, nesta oportunidade, apresentar-lhe os nossos votos de um Bom Natal e Feliz Ano Nôvo.

Atenciosamente

SCHAIAS ZALCBERG

A Diretoria do IAB-GB acolheu a sugestão do arquiteto Zalcberg e daqui faz um apêlo a todos os demais colegas no sentido de apoiarem esta campanha, colocando em suas placas, ou ao seu lado, frases alusivas a posse do terreno da Rua do Passeio.

ARQUITETURA, participando e apoiando êste movimento tarjará seus envelopes, até a solução da questão, com o seguinte "slogan":

"O terreno da Rua do Passeio para sede dos arquitetos, em 1963".

SALÁRIO MINIMO PROFISSIONAL PARA ENGENHEIROS E ARQUITETOS

O Sindicato de Engenheiros do Rio de Janeiro em Assembléia Geral Extraordinária, realizada a 18 de dezembro, resolveu, pela unanimidade dos presentes, estabelecer a tabela mínima de vencimentos, para os engenheiros empregados em emprêsas de economia privada, m regime de tempo integral baseada sôbre o salário mínimo vigente na região, e a partir de 1 de janeiro de 1963.

É a seguinte a tabela:

1 — Para engenheiro recém-formado, até 6 meses de trabalho na emprêsa:
5 salários mínimos ou Cr$ 105.000,00

2 — Para engenheiros com mais de 6 meses de trabalho na emprêsa:
6 salários mínimos ou Cr$ 126.000,00

3 — Adicional por triênio de trabalho na emprêsa, mais um salário mínimo de Cr$ 21.000,00

O S.E.R.J. enviou ofício ao IAB-GB comunicando a tabela e solicitando sua aprovação.

TEL-AVIV-YAFO — CONCURSO DE URBANISMO

O Concurso obedece as normas de concurso de arquitetura e urbanismo da U. I. A.

O Concurso que tem por objetivo determinar o caráter e a forma da área central de Tel-Aviv-Yafo, abrange o estudo da área residencial, da parte destinada à administração pública e as zonas: comercial, hoteleira e de diversões, áreas de recreação e utilização

domiro B. de Abreu; Grande Medalha de Prata à "Residência na Chácara Flóra", de Victor Reif.

Pintura

1.º Prêmio "Govêrno do Estado" (80 mil cruzeiros), a Nicola Petti; 2.º Prêmio "Govêrno do Estado" (40 mil cruzeiros), a Yoshiya Takaoka; Prêmio "Prefeitura de São Paulo" — letra a — (15 mil cruzeiros), a Aliberto Baroni; Prêmio "Prefeitura de São Paulo" (10 mil cruzeiros) a Kichizaemon Takahashi; Prêmio "Prefeitura de S. Paulo" — letra b — (15 mil cruzeiros), a Shigeo Nishimura; Prêmio "Assembléia Legislativa do Estado" (20 mil cruzeiros), a Edgard Oehlmeyer; Prêmio "Dr. Paulino Longo" (20 mil cruzeiros) — arquisitivo), a Salvador Rodrigues Júnior; Prêmio "Palácio das Tintas" (30 mil cruzeiros) — aquisitivo), Mário de Oliveira; Prêmio "Ilda Brandi Diniz" (50 mil cruzeiros), B. J. Tobias (aquisitivo); Prêmios Aquisição a Oswaldo Teixeira, Angelo Simeone, César Anderáos, José Benevenuto Madureira, Arlindo Ortolani, Salvador Santistebam e Omar Pelegatta; Grande "Medalha de Prata" a Edmundo Francisco Nicodemus Migliaccio; Pequenas Medalhas de Prata a José Riera Sicart e Cheen Kong Fang; Medalhas de Bronze: a Donato M. D'Agosto, João Egydio Adamoli, Tsukika Okayama e Iole Di Natale; Menções Honrosas: a César Oscar A. Pelegrino, Giancarlo Zorlini, Guido Totoli, Edite Straube e Maria Thereza Albé.

Escultura

1.º Prêmio "Govêrno do Estado" (80 mil cruzeiros), a Vicente Di Grado; 2.º Prêmio "Govêrno do Estado" (40 mil cruzeiros), a Yolando Mallozi; Prêmio "Prefeitura de S. Paulo" — Letra A — (15 mil cruzeiros), a Alfredo Oliani; Prêmio "Prefeitura de S. Paulo" — Letra B — (15 mil cruzeiros), a Batista Ferri; Prêmio "Assembléia Legislativa do Estado" (20 mil cruzeiros), a Ricardo Cipicchia; Prêmio Aquisição: a Octone Zorlini, Mauro Signanini e Clara Lucon; Grande Medalha de Ouro a Laurindo Galante; Grande Medalha de Prata a Ulpiano da Costa Manso; Pequenas Medalhas de Prata: a Paulo G. Vancelotti, Arthur Camarotto e Albano Vizotto Filho; Medalhas de Bronze: a Esmeralda Navarro Abelaneda, Luiz Garcia Vidal e Helena Glogowski; Menções Honrosas: a Zoltan Vertes, Vera Moreira Mazzieri, José Ribeiro e Lúcia Helena Fleury de Oliveira.

Arte Decorativa

Pequenas Medalhas de Prata: a Maria Elizabeth Engling e Serafino Faro; Medalhas de Bronze: a Algacyr Ferreira e Walkiria Tognoli; Menção Honrosa a Ilka de Araújo Ramos; Prêmios Aquisição: a Dominique Kolubaieff e E. Villar.



BOLETIM DO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES — 2

Com data de outubro de 1962 está circulando o n.º do Boletim do Museu Nacional de Belas-Artes. Publicação gràficamente bem cuidada, publica as seguintes matérias:

* o estudo de Henry Roy William Smith, da Universidade de Califórnia, sôbre as "Antiguidades etruscas no Museu Nacional do Rio de Janeiro".
* o trabalho "Os ateliers Jesuitas no Paraguai" do crítico de arte Josefina Pla. Êste estudo constitui o capítulo IV do Livro de J. P. sôbre o barroco Hispano-Americano e que será brevemente editado pelo MNBA, na coleção Ars Mundi.
* artigo do arquiteto Donato Mello Júnior sôbre a "A primeira missa no Brasil" de Vitor Meirelles.
* do seu Diretor José Roberto Teixeira Leite sôbre o "Repouso durante a fuga para o Egito, do Museu Nacional de Belas-Artes".
* uma resenha das atividades do MNBA.
* notas sôbre o falecimento do Prof. Edgar Santos, do pintor Raymundo Nogueira e do escultor Agnaldo dos Santos.
* bibliografia de livros de arte.

O Boletim constitui mais um atestado da segura e dinâmica orientação que José Roberto Teixeira Leite vem imprimindo ao MNABA.

2.ª MESA REDONDA PAN-AMERICANA DE ARQUITETOS

Realizou-se em São Paulo, no período de 18 a 25 de novembro, no Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento de São Paulo — a 2.ª Mesa Panamericana de Arquitetos.

A reunião foi convocada pela Federação Panamericana de Arquitetos, dela tendo participado delegação dos seguintes países americanos:

Argentina, Brasil, Chile, Equador, Estados Unidos, México, Nicarágua, Peru, Pôrto Rico e Uruguai.

O tema central da reunião foi o mesmo da 1.ª reunião, realizada em Lima em 1961: "Habitação Rural e Urbana" — Mercado Comum Latino-Americano de Materiais de Construção". ■

O Deputado G. C. historiou ainda a luta que empreendeu, quando Ministro da Educação, a favor da arquitetura moderna no Brasil, por êle considerada como "hoje, definitivamente vitoriosa em nosso país"; merecendo, de nossa parte, especial destaque, nesta luta, a criação da Faculdade Nacional de Arquitetura.

SALÃO PAULISTA DE BELAS-ARTES — ARQUITETURA

Os arquitetos Wlademir e Rosa Kliass levantaram o prêmio de "Viagem ao País" do Salão Paulista de Belas-Artes, na seção de Arquitetura.

Os arquitetos concorreram com uma residência construída no Jardim Paulista.

JOAQUIM CARDOSO PARANINFA ARQUITETOS PERNAMBUCANOS

O engenheiro Joaquim Cardoso foi escolhido pela turma de arquitetos de 1962 da Faculdade de Arquitetura, da Universidade do Recife, para paraninfo. Cardoso trabalha atualmente na elaboração do projeto estrutural da Feira do Líbano, projeto de Oscar Niemayer.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Prêmios a serem concedidos pela Academia Brasileira de Letras, em 1963, com inscrições abertas até 31 de janeiro: "Machado de Assis" (Duzentos mil cruzeiros), para conjunto de obra); "Cláudio de Souza" (Cento e dez mil cruzeiros), para peça teatral inédita); "Olavo Bilac" (Poesia, cinqüenta mil cruzeiros); "Silvio Romero" (para crítica e história literária, cinqüenta mil cruzeiros); "José Veríssimo" (para ensaio e erudição, cinqüenta mil cruzeiros); "Artur Azevedo" (para história do teatro, crítica e ensaio de interpretação sôbre obras de teatro, traduções poéticas e de obras clássicas e neo-clássicas, cinqüenta mil cruzeiros); e o "Júlia Lopes de Almeida" (para livro de escritora, de sete mil e duzentos cruzeiros).

ENCONTRO DE INTELECTUAIS

Realizar-se-á brevemente, na ilha do Paraíso, um encontro entre intelectuais das Américas com o objetivo de romper "o embaraço silêncio cultural entre as duas alas do Hemisfério". Representantes já convidados: do Brasil, Vinicius de Morais e Sérgio Bernardes; do Chile, Luiz Hiaremans e José Manuel Vergara; dos Estados Unidos, Vance Bourjally, William Sayron e Robert Pen Warren; do Peru, Carlos Zavaleta; e do Equador, Alfredo Pareja.

REFORMA URBANA

O Instituto de Arquitetos anuncia um Seminário sôbre Reforma Urbana. Parece que se preocupam muito com Planos Diretores, do ponto de vista estético, viário e sanitário. Os senhores arquitetos poderiam ir um pouco além, e enfrentar os aspectos econômicos e sociais da moradia, engendrando um plano de "Casa para todos" e portanto valorizando a arquitetura e a emprêsa de construção. E contra a especulação imobiliária.

(Fôlha de S. Paulo — 16-12-1962).

NÃO TEM SIDO OUTRO O TRABALHO DO IAB, POR ENQUANTO, PORÉM, MALHOU EM FERRO FRIO.

CIDADE É DO CENTRO

O urbanista Lúcio Costa está projetando, a pedido do Governador Mauro Borges, a Cidade Central ou Rurópolis que integrará, em Goiás, os Combinados Agrourbanos.

(Jornal do Brasil — 16-12-1962).

INSTALADA A XX SEMANA DO ENGENHEIRO EM STA. CATARINA

FLORIANO, 10 (O Globo) — Foi instalada, no Edifício das Diretorias do Estado, a XX Semana Nacional do Engenheiro e do Arquiteto. Amanhã, dia do Engenheiro haverá missa solene, na Catedral, conferências sôbre engenharia e sôbre o Plano de Metas do Govêrno e recepção a ser oferecida pelo Governador Celso Ramos. Os participantes do conclave visitarão as obras da Sotica, em Tuarão, o Vale do Itajaí, Joinvile e o Parque das Indústrias.

FATURAMENTO

Oscar Niemeyer já faturou cêrca de 250 mil dólares em construções em Beirute. Por não impor-se a posturas municipais, não sabemos de que ordem rejeitou, ao que dizem, 70 milhões de dólares: reforma de todo um bairro na capital libanesa.

POMONA POLITIS — (Diário de Notícias — 4-10-1962).

SCORZELLI NA PICCOLA GALLERIA

Muito bonita esta exposição de desenhos do jovem Scorzelli, que não é italiano — como seu nome faria supor — mas natural da Paraíba, onde nasceu há 24 anos, mas só permaneceu até os 17, vindo então procurar no Rio seu caminho. Começou pela Escola de Belas-Artes, onde foi aluno de Zaluar e Darel, passando depois para a Faculdade de Arquitetura, sem, entretanto, abandonar a arte: fêz cenários para o Teatro de Arena em salões e participando de mostras coletivas. Não me recordo, entretanto, de ter visto trabalhos seus, e esta sua primeira mostra individual foi para mim uma boa surprêsa. Mais pintor em prêto-e-branco que pròpriamente desenhista, Scorzelli joga magnificamente com êsse contraste, estendendo o negro em sedosas superfícies, abrindo o branco em espaços luminosos, o que não impede de explorar gràficamente as passagens intermediárias entre êsses extremos. Tratando temas comuns — animais, flôres, fachadas — Scorzelli os interpreta segundo um sentido formal que os eleva acima da banalidade do realismo. Na verdade, é tão elegante a sua forma que às vêzes parece-me beirar o preciosismo. Não sou daqueles críticos que lançam como vitupério o têrmo "decorativo", portanto posso empregá-lo sem desdouro para designar a qualidade que me parece predominante no trabalho dêste artista, que, ainda muito jovem, afirma decididamente seu valor.

Colunas de Artes Plásticas — VERA PACHECO JORDÃO — (O Globo — 12-11-1962).

PINTURA E ARQUITETURA OS MAIORES NO SALÃO DE BELAS-ARTES DE SÃO PAULO

A comissão organizadora do XXVII Salão Paulista de Belas-Artes divulgou hoje a relação dos artistas premiados e suas respectivas obras, tendo sido atribuídos os dois maiores prêmios ao pintor Joaquim da Rocha Ferreira (Prêmio Viagem ao Estrangeiro — 500 mil cruzeiros) e aos arquitetos Wlademir e Rosa Kliass (Prêmio Viagem ao País — 250 mil cruzeiros). Ao primeiro, pelo seu trabalho de n.º 77, intitulado "Arlequim descalço", e aos dois últimos, pela "Residência no Jardim Paulista", construída nesta Capital.

Os demais artistas premiados são os seguintes:

Arquitetura

1.º Prêmio "Govêrno do Estado" (70 mil cruzeiros) ao "Clube de Campo em São Caetano do Sul", de Rodney Guaraldo e Ary Queiroz de Barros; 2.º Prêmio "Govêrno do Estado" (40 mil cruzeiros), a "São Sebastião — Casa de veraneio", de José Luiz Fleury de Oliveira; Prêmio "Prefeitura de S. Paulo" — letra a — (15 mil cruzeiros), à "Residência no Sumaré", de Bernardo Castello Branco; Prêmio "Prefeitura de São Paulo" — letra b — (15 mil cruzeiros), ao "Hotel Turístico — Cidade residencial Refinaria Presidente Bernardes", de Luciano Octavio Ferreira Gomes Cardim; Prêmio "Assembléia Legislativa" (20 mil cruzeiros), à "Residência Athos Amaral", de João Cle-

§ 4.º As construções nas zonas cujo gabarito máximo de altura seja de 4 (quatro) pavimentos e nas quais seja aplicável o Decreto n.º 991, de 27 de abril de 1962, deverão, respeitados sempre os afastamentos mínimos frontal e laterais previstos no mesmo decreto, obedecer a um máximo de construção de 30,00 m (trinta metros), de frente a fundos.

Excetuam-se destas restrições as construções projetadas de acôrdo com o art. 4.º do Decreto n.º 991 de 27 de abril de 1962.

Art. 2.º Nas quadras em que houver limite de profundidade será permitida a ocupação da parte do lote que ultrapasse êsse limite com construções destinadas, sòmente, a cinema, teatro, e partes comuns de hotéis. Tais construções além dêsse limite, devem manter, em relação às divisas lindeiras, em todo o seu contôrno, um afastamento nunca inferior a 2,80 m (dois metros e oitenta centímetros), bem como não possuir elemento construtivo acima da cota de 8,00 m (oito metros) em relação ao meio-fio do logradouro.

Art. 3.º Em tôdas as construções a que se referem os artigos anteriores, salvo as das Avenidas Presidente Vargas e Rio Branco, serão aplicáveis as disposições do Decreto n.º 12.881, de 22 de junho de 1955.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de agôsto de 1962. 74.º da República e 3.º do Estado da Guanabara.

Carlos Lacerda
Ênaldo Cravo Peixoto
(DO - GB - 13.8.62)

ESCOLA DE DESENHO INDUSTRIAL

Decreto n.º 1.443 — De 26 de dezembro de 1962

Cria, na secretária-Geral de Educação e Cultura, a Escola Superior de Desenho Industrial, nas condições que menciona.

O Governador do Estado da Guanabara, usando das atribuições que lhe confere o item I, do art. 30, da Constituição do Estado, decreta:

Art. 1.º Fica criada, na Secretaria-Geral de Educação e Cultura, a Escola Superior de Desenho industrial, cuja organização obedecerá ao regime que for determinado de modo a assegurar-lhe características de nível superior, na forma da legislação vigente.

Art. 2.º O dirigente da Escola Superior de Desenho Industrial será designado pelo Secretário de Estado de Educação e Cultura e ficará a esta autoridade diretamente subordinado.

Art. 3.º O Secretário de Estado de Educação e Cultura designará professôres de qualquer categoria do Estado, para terem exercício na Escola Superior de Desenho Industrial... (ESDI)

Parágrafo único. Para atender às características de inovação do ensino a ser ministrado poderá ser feita a contratação de pessoal especializado, na forma da lei.

Art. 4.º O Secretário de Estado de Educação e Cultura expedirá os atos necessários à execução dêste decreto.

Art. 5.º O presente decreto entra em vigor na data da publicação e revoga as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1962, 74.º da República e 3.º do Estado da Guanabara.

Carlos Flexa Ribeiro
Carlos Lacerda



Meios-tubos para coberturas, painéis pré-fabricados, chapas corrugadas para revestimentos, persianas elípticas... alguns dos novos produtos ETERNIT para seu bom gôsto. ETERNIT acompanha as últimas tendências da arquitetura moderna porque nenhum outro material oferece tantas possibilidades como o cimento - amianto. Sempre à vanguarda na produção de melhores produtos, ETERNIT também coloca à sua disposição os seus Serviços Técnicos. Engenheiros especializados colaboram e estudam, desde o projeto à execução da montagem, soluções para problemas arquitetônicos, porque ninguém oferece mais do que ETERNIT!


Cobertura de Meios Tubos.


Revestimentos Corrugados.


Paredes de painéis

a nova linha ETERNIT
para arquitetura é moderna, é decorativa, é funcional e de bom gôsto.

ETERNIT DO BRASIL CIMENTO AMIANTO S. A.

São Paulo: Rua Marquês de Itu, 70 - 3.º andar - Telefone: 36-9154
Rio de Janeiro: Rua Benedítinos, 16 - 10.º à 12.º - Telefone: 23-5816
Filiais em: Brasília - Belo Horizonte - Curitiba - Salvador - Santos

Legislação

DESAPROPRIAÇÃO POR INTERÊSSE SOCIAL

Lei n.º 4.132 — de 10 de setembro de 1962

Define os casos de desapropriação por interêsse social e dispõe sôbre sua aplicação

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A desapropriação por interêsse social será decretada para promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem-estar social na forma do art. 147 da Constituição Federal.

Art. 2.º Considera-se de interêsse social:

I — o aproveitamento de todo bem improdutivo ou explorado sem correspondência com as necessidades de habitação, trabalho e consumo dos centros de população a que deve ou possa suprir por seu destino econômico;

II — a instalação ou a intensificação das culturas nas áreas em cuja exploração não se obedeça a plano de zoneamento agrícola, VETADO;

III — o estabelecimento e a manutenção de colônias ou cooperativas de povoamento e trabalho agrícola;

IV — a manutenção de posseiros em terrenos urbanos onde, com a tolerância expressa ou tácita do proprietário, tenham construido sua habitação, formando núcleos residenciais de mais de 10 (dez) famílias;

V — a construção de casas populares;

VI — as terras e águas suscetíveis de valorização extraordinária, pela conclusão de obras e serviços públicos, notadamente de saneamento, portos, transporte, eletrificação, armazenamento de água e irrigação, no caso em que não sejam ditas áreas socialmente aproveitadas;

VII — a proteção do solo e a preservação de cursos e mananciais de água e de reservas florestais.

§ 1.º O disposto no item I dêste artigo só se aplicará nos casos de bens retirados de produção ou tratando-se de imóveis rurais cuja produção, por ineficientemente explorados, seja inferior à média da região, atendidas as condições naturais do seu solo e sua situação em relação aos mercados.

§ 2.º As necessidades de habitação, trabalho e consumo serão apuradas anualmente segundo a conjuntura e condições econômicas locais, cabendo o seu estudo e verificação às autoridades encarregadas de velar pelo bem-estar e pelo abastecimento das respectivas populações.

Art. 3.º O expropriante tem o prazo de 2 (dois) anos, a partir da decretação da desapropriação por interêsse social, para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 4.º Os bens desapropriados serão objeto de venda ou locação, a quem estiver em condições de dar-lhes a destinação social prevista.

Art. 5.º No que esta lei fôr omissa aplicam-se as normas legais que regulam a desapropriação por utilidade pública, inclusive no tocante ao processo e à justa indenização devida ao proprietário.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 10 de setembro de 1962, 141.º da Independência e 74.º da República.

João Goulart
Francisco Brochado da Rocha
Hermes Lima
Renato Costa Lima

AFASTAMENTOS EM PAQUETÁ

Decreto n.º 1.222 — de 16 de junho de 1962 — O Governador do Estado da Guanabara, usando das atribuições que lhe confere o item I do art. 30, da Constituição do Estado, decreta:

Art. 1.º — Fica revogada a alínea "b" do art. 1.º do Decreto n.º 606, de 2 de outubro de 1961.

Art. 2.º — Os afastamentos das edificações na Ilha de Paquetá deverão satisfazer as condições seguintes:

I — Mínimo de cinco (5) metros de alinhamento e dois e meio (2,5) metros das divisas laterais;

II — Os prédios de uso comercial construídos nos logradouros especificados no § 1.º do art. 1.º do Decreto n.º 606, de 2 de outubro de 1961, poderão ser construídos no alinhamento, sendo dispensáveis os afastamentos das divisas laterais.

Art. 3.º — O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1962;

74.º da República e 3.º do Estado da Guanabara.

(as.) Carlos Lacerda; Ênaldo Cravo Peixoto; Danilo da Cunha Nunes.

(DO - GB - 9.10.1962)

MAIOR APROVEITAMENTO NO ÚLTIMO ANDAR AOS EDIFÍCIOS

Decreto n.º 1.374 — de 13 de dezembro de 1962

Retifica o art. 1.º do Decreto número 12.831 de 22 de junho de 1955.

O Governador do Estado da Guanabara, usando das atribuições que lhe confere o art. 30, item I, da Constituição do Estado e tendo em vista o que consta do processo número 7.415.836-61, decreta.

Art. 1.º O art. 1.º do Decreto número 12.881 de 22 de junho de 1955 passa a ter a seguinte redação.

"Art. 1.º Acima do último pavimento dos edifícios será permitida, além das casas de máquinas e reservatórios d'água, a construção até 50% (cinquenta por cento) da área do pavimento situado imediatamente abaixo, obedecidos:

a) afastamento mínimo de 5,00m (cinco metros) das linhas de fachada da edificação;

b) máximo de duas unidades residenciais projetadas na cobertura.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1962, 74.º da República e 3.º do Estado da Guanabara.

Carlos Lacerda
Ênaldo Cravo Peixoto

LIMITE MÁXIMO DE PROFUNDIDADE DE CONSTRUÇÃO

Decreto n.º 1.120 de 9 de agôsto de 1962

— Dispõe sôbre o limite máximo de profundidade de construção e dá outras providências.

O Governador do Estado da Guanabara, usando das atribuições que lhe confere o art. 30, item I, da Constituição do Estado, e considerando:

1 — Que há necessidade de regulamentar o licenciamento de construção com mais de 4 (quatro) pavimentos em determinadas zonas do Estado;

2 — Que legislações anteriores fixaram taxa de ocupação, sem limitar, porém, a profundidade de construção;

3 — Que a extensão indiscriminada de tais profundidades gerará um índice demográfico incompatível com determinadas zonas, em face das características locais, tão diversas nesta Cidade;

4 — Que se torna uma necessidade imperiosa cercear a densidade demográfica que, com as disposições legais em vigor, conduzirão a índices inaceitáveis sob todos os aspectos, principalmente em face das sobrecargas sôbre os serviços de utilidade pública;

5 — Que se torna necessário, antes que seja elaborada uma planificação geral detalhada e consentânea com o desenvolvimento da Cidade, restringirem-se as concentrações de grandes massas de populações, especialmente em locais em que a densidade máxima, aceitável já foi atingida, decreta:

Art. 1.º Para os logradouros cujo gabarito de altura seja superior a 4 (quatro) pavimentos, as construções terão o limite de profundidade de 30,00 m (trinta metros), salvo quando houver projeto aprovado de zoneamento ou decreto especial estabelecendo outra profundidade.

§ 1.º Nos terrenos cujas construções são reguladas por êste artigo, não será aplicável o disposto no Decreto n.º 9.518, de 23 de novembro de 1948.

§ 2.º Os prédios existentes e situados em zonas sujeitas a limite de profundidade de construção e que já ultrapassem êste limite, só poderão ser acrescidos no sentido vertical desde que:

a) o acréscimo projetado obedeça o limite máximo de profundidade estabelecido para o local;

b) a altura resultante não ultrapasse a a de 14,00 m (quatroze metros) ou quatro pavimentos.

§ 3.º As construções nas zonas cujo gabarito máximo de altura seja superior a 4 (quatro) pavimentos, projetados de acôrdo com as condições estabelecidas pelo Decreto n.º 991, de 27 de abril de 1962, não se aplicam as disposições dêste artigo.

Bôlsa de Materiais

Na Bôlsa de Materiais, os diversos produtos estarão grupados sob as seguintes rubricas:

01 — Materiais de Cerâmica
02 — Materiais de cimento-amianto e premoldados
03 — Materiais de madeira
04 — Materiais metálicos
05 — Materiais plásticos
06 — Materiais químicos
07 — Materiais de vidro
08 — Equipamentos
09 — Materiais Diversos
(Preços médios em 28-12-62)

01 — MATERIAIS DE CERAMICA

Azulejos brancos (11x11 e 15x15)	Cr$	1.050,00	m²
Azulejos de côr (11x11 e 15x15)	"	1.400,00	m²
terminais (boleados), brancos	"	220,00	ml
Terminais (boleados), de côr 11x11	"	400,00	ml
calhas internas e externas brancas 15 cm	"	220,00	ml
idem idem idem idem 11 cm	"	256,00	ml
idem idem idem de côr 15 cm	"	265,00	ml
idem idem idem idem 11 cm	"	338,00	ml
Banheiras brancas 4 1/5'	"	2.400,00	uma
Banheiras brancas 5	"	27.500,00	uma
Banheiras brancas 5 1/5'	"	33.000,00	uma
Banheiras de côr 4 1/5'	"	31.000,00	uma
Banheiras de côr 5 1/5'	"	43.800,00	uma
Bidês brancos 3 furos	"	4.020,00	um
Bidês de côr 3 furos	"	4.900,00	um
Ladrilhos cerâmicos sextavados vermelhos	"	1.200,00	m²
Ladrilhos cerâmicos sextavados em côr	"	2.200,00	m²
Ladr. cerâmicos retangulares vermelhos	"	1.250,00	m²
Ladrilhos cerâmicos retangulares em côr	"	2.100,00	m²
Ladrilhos de porcelana (quadrados, hexagonal e octogonal(em côres	"	1.450,00	m²
Lavatórios brancos 18x11 (1 furo)	"	1.250,00	um
Lavatórios brancos 23x17 (1, 2 e 3 furos)	"	3.500,00	um
Lavatórios de côr 18x11 (1 furo)	"	2.950,00	um
Lavatórios de côr 23x17 (1, 2 e 3 furos)	"	4.300,00	um
Mictórios (centro) brancos	"	1.380,00	um
Mictórios (centro) de côr	"	2.700,00	um
Mictórios (sifonados) brancos	"	2.700,00	um
Mictórios (sifonados) de côr	"	17.800,00	um
Mosáico cerâmico vermelho	"	650,00	m²
Mosáico cerâmico verde	"	1.440,00	m²
Telhas de barro (marselha)	"	33,00	uma
Telhas de cerâmica (marselha)	"	63,00	uma
Telhas de cerâmica (colonial)	"	69,00	uma
Vasos Sanitários (vitrificados, autosifonados, de côr)	"	4.100,00	um

02 — MATERIAIS DE MADEIRA

Chapas de madeira compensada (especial) à prova d'água, 220x110

pinho — 2mm	Cr$	290,00	m²
pinho — 4mm	"	478,00	m²
pinho — 6mm	"	695,00	m²
pinho — 12mm	"	1.112,00	m²
pinho — 15mm	"	1.420,00	m²
pinho — 20mm	"	1.635,00	m²
pinho — 25mm	"	2.240,00	m²
pinho — 35mm	"	3.010,00	m²
pinho — 40mm	"	3.030,00	m²
cedro — 4mm	"	795,00	m²
cedro — 6mm	"	1.142,00	m²
cedro — 8mm	"	2.056,00	m²
cedro — 10mm	"	2.056,00	m²
cedro — 15mm	"	2.896,00	m²
cedro — 20mm	"	3.882,00	m²
cedro — 25mm	"	4.159,00	m²
cedro — 30mm	"	5.598,00	m²

BÔLSA

Nota da Redação: **Iniciamos neste número a publicação da nossa Bôlsa de Materiais, seção destinada a informar, particularmente aos arquitetos, sôbre materiais de construção e decoração. Não é propósito desta seção constituir-se num guia para cálculos exatos de custos de construção e decoração, nem servir de base para compra de todos os materiais utilizados em construção. Ela revestirá, em síntese, o caráter de um informativo sôbre materiais, principalmente de acabamento, dando a sua cotação média entre os revendedores do Estado da Guanabara, segundo os dados colhidos pela nossa pesquisa semanal. Pretendemos que o seu maior interêsse será informar, aos arquitetos, de pronto, sôbre preços básicos de materiais que mais de perto lhe interessam, dando-lhes um ponto de partida para os cálculos exatos. Planejando ainda apresentar em cada número uma ou mais indústrias relacionadas com a construção, com a relação completa de sua linha de produtos, objetivamos mostrar a amplitude e a pujança de nossa indústria e, simultaneamente, identificar produtos com fabricantes. Na medida do desenvolvimento da Bôlsa de Materiais, que no presente número se apresenta, tríamos, em verdadeiro comício, iremos relacionando fabricantes e revendedores. TODA A MATERIA PUBLICADA NESTA SEÇÃO É INTEIRAMENTE GRATUITA, NÃO SE ACEITANDO PAGAMENTO DE QUALQUER ESPECIE PELA CITAÇÃO OU RELACIONAMENTO DE NOMES OU PRODUTOS, DE FABRICANTES OU REVENDEDORES. Insistimos aqui mais uma vez para que fabricantes e revendedores nos remetam periodicamente seus catálogos gerais e listas de preços.**

Chapas de madeira compensada (comum), 220x160

pinho — 3mm	"	170,00	m²
pinho — 4mm	"	250,00	m²
pinho — 6mm	"	370,00	m²
pinho — 8mm	"	450,00	m²
pinho — 10mm	"	560,00	m²
pinho — 20mm	"	935,00	m²
pinho — 25mm	"	1.040,00	m²
cedro — 4mm	"	603,00	m²
cedro — 6mm	"	760,00	m²
cedro — 8mm	"	865,00	m²
cedro — 10mm	"	1.022,00	m²
cedro — 15mm	"	1.230,00	m²
cedro — 20mm	"	1.650,00	m²
cedro — 25mm	"	1.980,00	m²
peroba — 4mm	"	790,00	m²
peroba — 6mm	"	950,00	m²
peroba — 8mm	"	1.000,00	m²
peroba — 10mm	"	1.200,00	m²
peroba — 20mm	"	1.750,00	m²
peroba — 25mm	"	2.130,00	m²

Chapas de fibra de madeira tipo Eucatex

Chapas duras de fibra de madeira (Eucatex, Duratex e Masonite)

couro 3,5mm	"	395,00	m²
canelado 3,5mm	"	465,00	m²
frisado 3,5mm	"	465,00	m²
lapidado 3,5mm	"	465,00	m²

Chapas Eucatex para forros

isolante bisotado	12mm	60x60	"	640,00	m²
isolante	8mm	122x244	"	640,00	m²
	12mm	122x244	"	640,00	m²
	12mm	122x122	"	640,00	m²
isolante revestido	12mm	122x244	"	680,00	m²
betumado	12mm	122x244	"	940,00	m²
	24mm	122x244	"	1.860,00	m²
Piso flutuante	12mm	122x122	"	385,00	m²
Acústico A	19mm	variável	"	1.280,00	m²
Acústico B	19mm	variável	"	1.280,00	m²
Acústico C	19mm	variável	"	1.280,00	m²
Travertino	19mm	variável	"	1.280,00	m²
Frigorífico	1/2"	122x244	"	385,00	m²
	1"	122x244	"	640,00	m²
	1 1/2"	122x244	"	920,00	m²
	2"	122x244	"	1.086,00	m²
	3"	122x244	"	1.740,00	m²
	4"	122x244	"	2.160,00	m²
	24mm	122x122	"	540,00	m²
Durotermic	19mm	120x240	"	1.370,00	m²
	31mm	120x240	"	2.160,00	m²

Chapas Neoplan (Bernini)

6mm	"	540,00	m²
8mm	"	630,00	m²
10mm	"	750,00	m²
12mm	"	840,00	m²
15mm	"	1.030,00	m²
17mm	"	1.130,00	m²
18mm	"	1.130,00	m²
20mm	"	1.260,00	m²
22mm	"	1.390,00	m²
25mm	"	1.680,00	m²
30mm	"	1.800,00	m²
Eucatex Azulejo 3,5mm	"	515,00	m²
Eucatex Lambri 3,5mm	"	515,00	m²

Lambris Compensados 0,07 cm.

pinho faqueado	"	1.215,00	m²
descascado	"	895,00	m²
imbuia	"	1.309,00	m²
amendoim	"	1.309,00	m²
cedro	"	1.309,00	m²
marfim	"	1.309,00	m²
cerejeira	"	2.380,00	m²
Jacarandá	"	2.380,00	m²
Fantasia	"	3.260,00	m²
ranhurado	"	1.215,00	m²

Compensados 0,12 cm.

pinho faqueado	"	1.932,00	m²
pinho descascado	"	1.655,00	m²
imbuia	"	1.950,00	m²
amendoim	"	1.950,00	m²
cedro	"	1.950,00	m²
marfim	"	1.550,00	m²
cerejeira	"	3.495,00	m²
jacarandá	"	3.495,00	m²

Maciços

jacarandá	"	5.500,00	m²
caviúna	"	3.850,00	m²
marfim	"	1.700,00	m²
Parquet em peroba do campo ou sucupira 0,067x0,134	"	1.350,00	m²
0,077x0,402	"	1.410,00	m²
Parquet em amarelo cetim, macaúba ou braúna 0,067x0,134	"	1.890,00	m²
0,067x0,402	"	1.910,00	m²

05 — MATERIAIS PLASTICOS

Chapas plásticas (Formiplac) brilhantes 1.5m	"	3.600,00	m²
meio fôscas	"	3.800,00	m²
fôscas	"	3.800,00	m²
Pias plásticas	"	6.100,00	uma
Pisos plásticos de luxo (colocado)	"	1.800,00	m²
anti-derrapante	"	1.500,00	m²
semi-áspero	"	1.550,00	m²
Tampos para vasos sanitários (Gojana)	"	3.300,00	um

06 — MATERIAIS QUIMICOS

Impermeabilizantes

impermeabilizante de péga normal	"	68,00	kg
impermeabilizante de péga rápida	"	120,00	kg
impermeabilizante de péga ultra rápida	"	150,00	kg
mastique elástico p/calafetar à frio (prêto)	"	88,00	kg
(cinza)	"	180,00	kg
tinta protetora para concreto	"	80,00	kg
tinta protetora para fachadas	"	78,00	kg
líquido incolar para fachadas	"	220,00	kg
tinta asfáltica de proteção, tipo Proko	"	60,00	kg

07 — MATERIAIS DE VIDRO

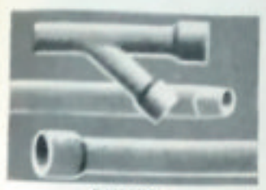
Pastilhas de vidro

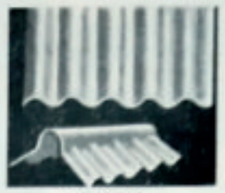
vipax especial	"	1.000,00	m²
Vipax Standard	"	900,00	m²
Reflex	"	900,00	m²
Miscelânea MC	"	800,00	m²
Miscelânea MS	"	600,00	m²
Telhas de vidro (marselha)	"	290,00	uma

08 — EQUIPAMENTOS

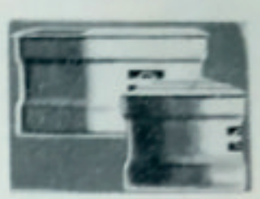
Exaustores domésticos standard	"	17.200,00	um
doméstico luxo	"	27.500,00	um
comerciais 250mm	"	27.000,00	um
comerciais 400mm	"	30.000,00	um
Aquecedores elétricos cap. 30L	"	17.000,00	um
cap. 80L	"	27.000,00	um
cap. 100L	"	23.400,00	um
cap. 200L	"	49.400,00	um
cap. 300L	"	87.600,00	um
cap. 500L	"	116.200,00	um
Aquecedores a gás (brancos)	"	19.200,00	um
Aquecedores a gás (em côr)	"	23.100,00	um
Fogões a gás (encanamento) 4 bôcas	"	24.200,00	um
6 bôcas	"	49.500,00	um
Fogões a gás (engarrafado) 4 bôcas	"	25.000,00	um
6 bôcas	"	52.500,00	um

S. A. Tubos Brasilit

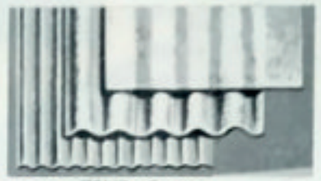

CANALIZAÇÕES


COBERTURAS


ARTIGOS SANITÁRIOS


MATERIAIS DIVERSOS EM CIMENTO-AMIANTO


CHAPAS LISAS


ONDALUZ – Chapas em poliester reforçado


TUBOS RÍGIDOS PVC

Indústria de artigos de cimento-amianto, premoldados e tubulações em geral. Matriz à Rua Marconi, 131 — 7.º andar, São Paulo, fábricas em São Paulo, Pôrto Alegre, Recife, Belo Horizonte e agências em Brasília, Belém, Fortaleza, Salvador, Rio de Janeiro e Curitiba.

Linha de Produção

1 — *Artigos Sanitários* (caixas de descarga externas, caixas de descarga de embutir, fossas sépticas, ralos sinfonados, caixas de gordura). Dimensões diversas e usos indicados.

2 — *Caixas d'água* — Capacidade de 50, 100, 150, 250, 375, 500, 750, e 1.000 litros. Dimensões de 412x412x406 mm a 1.612x1.052x750 mm. Formas retangulares e redondas.

3 — *Chapas lisas* (Brasiflex) para revestimentos internos e externos e outros usos (móveis, forros, divisões, etc). Nos comprimentos standard de 75, 100, 150 e 300 cm, largura única de 1.100 mm e espessuras de 2,5, 3,5 e 5 mm. Outros tipos: Brasilit, Fibrolit, decorativas Brasicôr e Painels Brasitop.

4 — *Chapas onduladas* (Brasilit e Fibrolit) para coberturas de fábricas, armazéns, escolas, residências, garages, e ainda para fechamentos laterais de prédios industriais, paredes e revestimentos. Regidas pela norma EB-93 da ABNT, são fabricadas na largura de 930 mm, com cinco ondas e meia de grande ondulação. Comprimentos variáveis de 915 a 3.050 mm. Peças complementares para os mais diversos tipos de cumeeiras.

5 — *Chapas de poliester "Ondaluz"* para aproveitamento da luz exterior em revestimento de fachadas, balcões, paredes divisórias, iluminação de interiores em telhados e janelas, nas côres laranja, amarelo, vermelho, azul, verde, incolor branco e outras tonalidades. Mesmas dimensões das chapas onduladas e lisas.

6 — *Materiais Diversos em Cimento-amianto* — Nesta linha a Brasilit fabrica, em diversos formatos, e para usos variados, quebra-sóis, caixas para lajes, pedras para pias, vasos para flôres e artigos agrícolas.

7 — *Tubos para canalizações* — Tubo de pressão nos diâmetros de 50, 60, 75, 100, 125, 200, 250, 300, 350 e 400 mm, nos comprimentos 3.000 e 4.000 mm; tubos esgôto e leve, para instalações prediais de esgôtos sanitários, ventilação, coletores prediais de esgôtos sanitários, descidas de lixo, rêdes coletoras de esgôtos sanitários, canalizações de gases e fumaças, formas para colunas de concreto; grades, corrimões, etc. Nos diâmetros 50, 60, 75, 100, 125, 150, 175, 200, 250, 300, 350, 400, 450 e 500 mm, e nos comprimentos de 70 80 e 90 mm; série completa de conexões e peças especiais para uso nas instalações sanitárias prediais; tubos para descida de lixo em diversas dimensões e eletrodutos com junta elástica em dois tipos (com ponta-e-bôlsa e lisos com luvas), nos diâmetros de 50, 60, 75, 90, 100, 125 e 150 mm.

8 — *Tubos rígidos PVC* nos tipos "A" Hidráulico, "E" Elétrico, "I" Industria e para caixas de descarga, nos diâmetros de 1/2', 3/4', 1', 1 1/5' 2', 21/5,' e 3', nas côres preta, cinza e branca.

Características dos produtos

Caixas d'água: Leves, facilitando a colocação e instalação, resistentes, devido ao seu formato especial, de furação simples, sem perigo de estilhaçamentos, impermeáveis, dispensando impermeabilização externa.

Chapas lisas:Ininflamáveis, não empenam nem desfolham, impermeável, isolantes e ultraflexíveis.

Chapas onduladas: Resistente ao manoseio, transporte e colocação, removíveis e reaproveitáveis, durabilidade ilimitada, eliminam o perigo da corrosão, dispensam conservação e permitem telhados quase planos.

Chapas ondaluz: Leves, resistentes e translúcidas. Duráveis e estéticas.

Tubos para canalizações: Pelos seus componentes, não sofrem os efeitos das correntes elétricas errantes; resistentes aos agentes químicos, à oxidação, à corrosão, a impactos e ao calor. Inalteráveis, leves e de alta rentabilidade.

Tubos rígidos PVC: Pelas suas especificações, substituem as tubulações metálicas com reais vantagens. ■

Cerâmica São Caetano S. A.

Indústria de cerâmicas em geral, com matriz à Avenida Paulista, 2073 — 1.º andar, S. Paulo, e filiais no Rio (R. Senador Dantas, 80-A), Santos (Rua D. Pedro II, 83), Belo Horizonte (R. S. Paulo, 897) e Brasília (Setor de Indústria e Abastecimento, Trecho n.º 1, Lotes 1290-1320).

Linha de Produção

1 — *Ladrilhos quadrados* para pisos, faixas e paredes (dim. 151x151x9); *quadrados boleados* (dim. 151x151x10) para capeamento de degraus, peitoris; *quadrado sulcado* (118x 118x10) para calçamento de grande resistência, passeios, jardins; *quadrado* (97x97x7) para ladrilhamento inteiriço; *texturado* (116x11x7) para ladrilhamento comum; *retangular* (151x75x7) para uso em acabamentos finos; *retangular* (151x75x6); losango (58x58x7); pastilha (37x37x7), para pisos finos; *retangular "latinha"* (302x150x9) para pisos de luxo, hall, salões nobres, living, sala de estar; *retangular "lajotinha"* boleada (302x150x10) para acabamento de degraus; *retangular* (196x97x8) para ladrilhamento de luxo; *quadrado* (196x196x9); *espelho* (185x150 x9), para espelho de degraus; *piso industrial* (232x112x10) para pisos de fábricas, etc., e *piso industrial* (232x112x55), material antiderrapamento com a mesma utilização do anterior. Nas côres vermelho, amarelo, preto, pérola e verde. N.ºs de ordem de 40 a 99.

2 — *Litocerâmica* para revestimento externo, fachadas etc.: *acanalado normal* (230x60x22); *testeira normal* (230x60x22) para remate lateral do acavalado n.º 1; 1/2 *testeira* (115x 60x22) para remate lateral do acanalado n.º 1; *canto vertical normal* (230x110x60) para remate vertical do acanalado n.º 1; *canto horizontal normal* (230x60x60) para remate horizontal do acanalado n.º 1; *acanalado baixo* (230x 40x20) para revestimento externo, fachadas, halls, etc.; *canto vertical baixo* (230x110x40) para remata vertical do acanalado n.º 7; *acanalado baixo* (200x30x20) para revestimento externo, fachadas, halls; *canto vertical baixo* (200x 100x30) para remate do acanalado n.º 11; *placa* (30x150x 25) para jardins, bordas de piscinas, entradas de automóveis, etc. nas côres.

3 — *Mosaico* para jardins, entradas de automóveis, passeios, calçadas, etc. nas côres vermelho, amarelo, preto, pérola e verde.

4 — *Rodapés e canto; canto externo do rodapé tipo "Hospital"* (85x30x9) para complemento do rodapé n.º 43-Y; *canto interno do rodapé n.º* 43-X(75x40x9) para complemento do rodapé n.º 43-X; *canto externo do rodapé* n.º 43-X (75x40x9) para complemento do rodapé n.º 43-X; *meia cana interna e externa* (75x34x8) para calhas internas e *externo do rodapé* n.º 43-Z (75x34x9) para complementos do rodapé n.º 43-Z.

5 — *Telhas brilhantes:* tipo "Marselhês" (exter. 416x241 e útil 341x205); *cumieira* (exter. 416x204); *tipo "colonial"* (exter. 416x180 e útil 360x180); *palma* (390x148); *ventiladora dupla* (exter. 416x450 e útil 341x400).

6 — *Tijolos prensados* para revestimento externo, fachadas meios-fios, sarjetas etc.: *simples* (257x24x57); *Peitoril com descanso* (153x124) para peitoril de janelas, com descanso p/ o caixilho, canaletas e pingadeiras tipo especial para arranha-céus; *peitoril boleado dos dois lados* (300x124x24) para capeamento de muros, muretas, balaustradas, sacadas, etc.; *peitoril curto boleado dos dois lados* (190x124x22); *canto redondo (comprido)* (300x124x24) para capeamento de degraus, peitoris, peitoris, soleiras, etc.; canto redondo boleado à direita e à esquerda 300x124x24) para terminação de degraus; *meio comprido, c/ e s/ ranhuras* (257x57 x33) para revestimento de paredes; *meio fino c/ e s/ ranhuras* ABEGLVWDSCCQ para paredes, fachadas, etc.; *ladrilhão* (405x254x23) para terraços, garagens, casas de campo, etc.; *meio peitoril* (146x124x22) para revestimento de pisos e peitoris; *canto redondo médio* (257x124x22) para degraus; *cantoneira* (205x57x57) para proteção de cantos e quinas, corrimão, etc.; *lajota* (358x176x22) para ladrilhamento de terraços, jardins, etc.

Características dos produtos

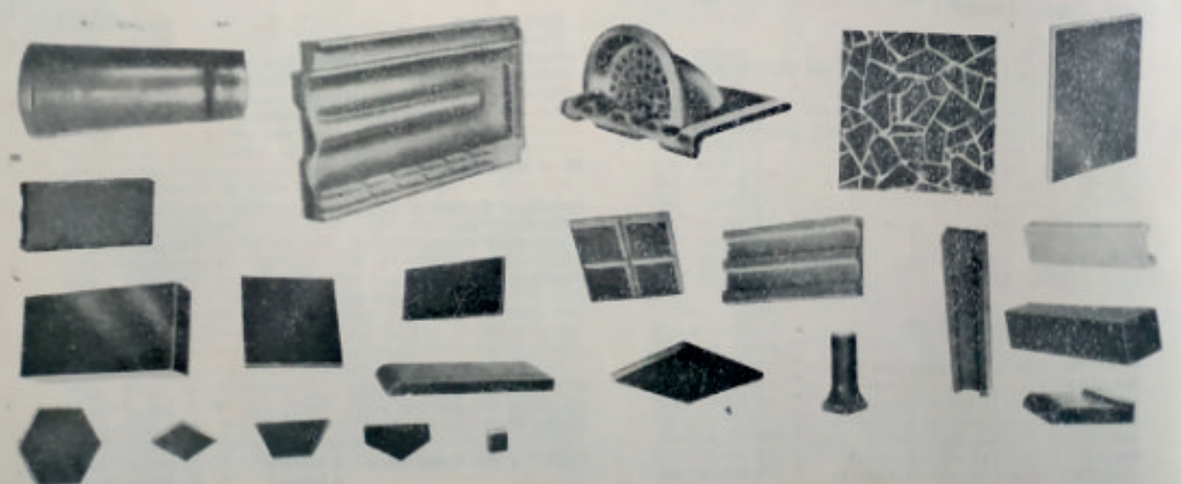
Ladrilhos: Uniformidade de côr, perfeito nivelamento, baixa porosidade, não riscam, não mancham, não desgastam.

Litocerâmica: Resistência aos agentes externos, (ar salitrado, especialmente, perfeita aderência, impermeabilidade, resistência mecânica, inalterabilidade.

Mosáico cerâmico: Mesmas características dos ladrilhos, pois é resultante da separação dêstes, quando quebrados.

Telhas brilhantes: Resistência, em virtude da prensagem hidráulica a sêco; inclinação (reduz a inclinação dos telhados até 20% com tôda a segurança); côr malterável.

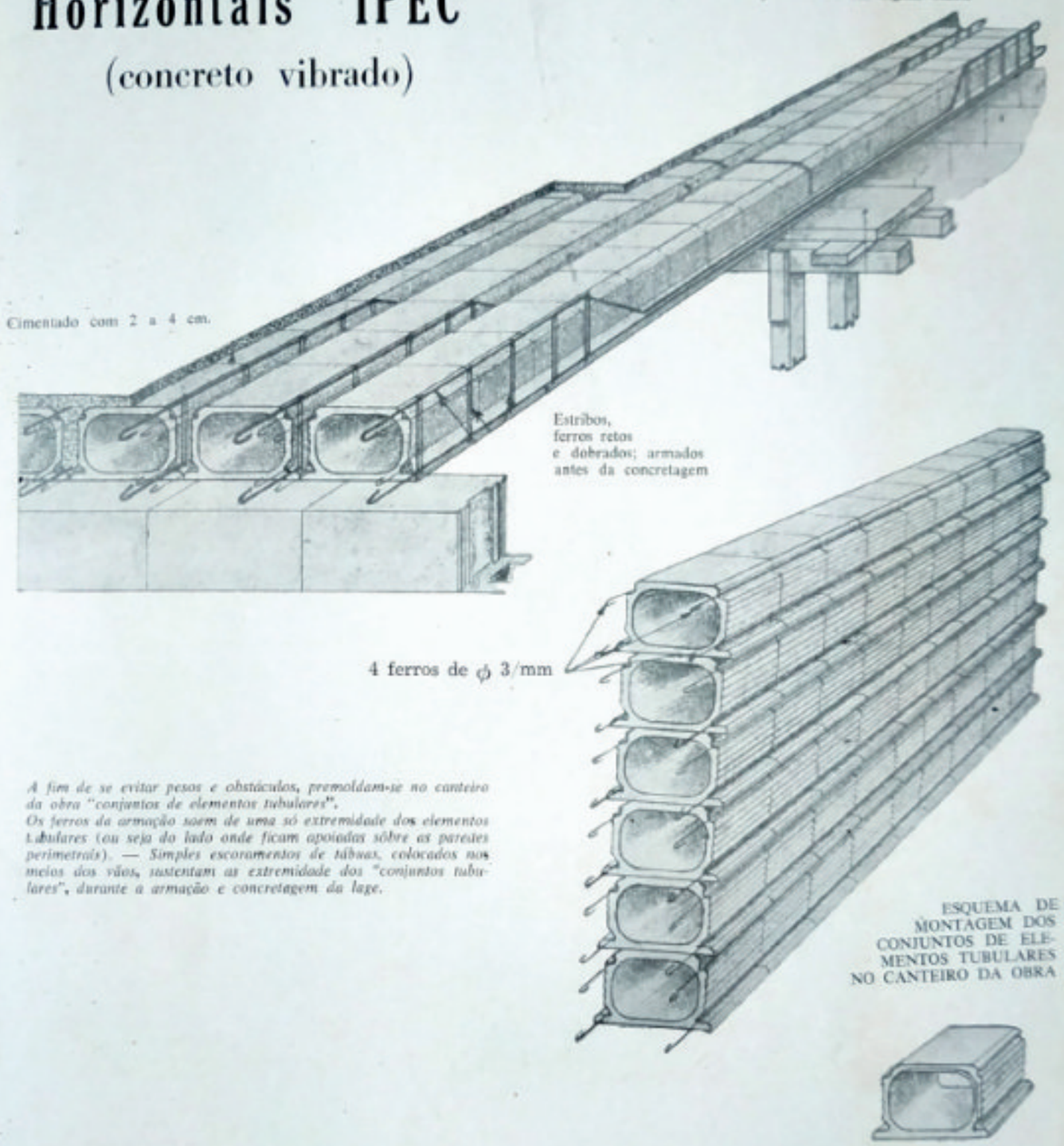
Tijolos prensados: Resistência extra e fino acabamento.



Estruturas Tubulares Horizontais "IPEC"

(concreto vibrado)

1) Estrutura simples, resistente e leve.
2) Superfície inferior homogênea e regular.
3) Custo inferior a qualquer outro sistema.
4) Refratária ao calor e ao som.
5) Dispensa telhado.
6) Dispensa emboço.
7) Dispensa tubulação elétrica em alguns casos.



A fim de se evitar pesos e obstáculos, premoldam-se no canteiro da obra "conjuntos de elementos tubulares".
Os ferros da armação saem de uma só extremidade dos elementos tubulares (ou seja do lado onde ficam apoiadas sôbre as paredes perimetrais). — Simples escoramentos de tábuas, colocados nos meios dos vãos, sustentam as extremidade dos "conjuntos tubulares", durante a armação e concretagem da laje.

ESQUEMA DE MONTAGEM DOS CONJUNTOS DE ELEMENTOS TUBULARES NO CANTEIRO DA OBRA

Irmãos Pangella Engenharia e Comércio Ltda.

ESCRITÓRIO: AV. GRAÇA ARANHA, 174 — CONJUNTO 216 — TELEFONE: 42-2464

AOS INTERESSADOS SERÃO FORNECIDOS FOLHETOS DE INSTRUÇÕES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Materiais Novos

LINHA COPACABANA

A "Ideal-Standard" com parque industrial em Jundiaí, Estado de São Paulo, acaba de lançar suas novas linhas de louça e metais para banheiro.

A "Linha Copacabana" de louça sanitária é uma concepção de D. Scott, nome internacionalmente conhecido no campo da arte industrial, exclusiva para Ideal-Standard. O desenho, desta nova linha de aparelhos sanitários, se destaca pela simplificação e pureza de formas, proporcionando agradável impressão de amplitude ao ambiente.

Simultâneamente, foi apresentada, pela mesma indústria, a "Linha Iguaçu" de metais sanitários, concepção do famoso arquiteto italiano Gio Ponti, que aliou grande beleza e categoria à tradição mundial de qualidade dos produtos "Standard".

A par da beleza e alta classe das novas linhas da "Ideal-Standard", sua fabricação no Brasil obedece ao mesmo rigor técnico que tornou as louças e metais sanitários desta indústria, altamente conceituados em todo o mundo.

Os novos produtos da "Ideal Standard" vêm alcançando grande receptividade entre arquitetos, engenheiros e construtores.





estofados com fitas elásticas nolacord e latex-pluma PIRELLI
padronagem exclusiva
fabricados por m. l. magalhães ind. e com. de móveis ltda.

exposição e vendas:
M. L. MAGALHÃES
Rua Barata Ribeiro, 450 - loja C
Rua Conde de Bonfim, 190


ELEVADORES
ATLAS
SIMBOLO DE VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA
INDUSTRIAS VILLARES S.A.